

Universidade Federal de Minas Gerais

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

Bárbara Marques Costa

**SANTA TEREZA ALÉM DOS SIGNOS COMUNS: A realidade ainda não contada sobre a
diversidade das matizes socioterritoriais presentes no bairro**

Belo Horizonte

2022

Bárbara Marques Costa

SANTA TEREZA ALÉM DOS SIGNOS COMUNS: A realidade ainda não contada sobre a diversidade das matizes socioterritoriais presentes no bairro

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Linha de pesquisa: Cultura, ecologia, política e educação geográfica

Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

Belo Horizonte

2022

Ficha Catalográfica

C837s
2022

Costa, Bárbara Marques.

Santa Tereza além dos signos comuns [manuscrito] : a realidade ainda não contada sobre a diversidade das matizes socioterritoriais presentes no bairro / Bárbara Marques Costa. – 2022.

125 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Klemens Augustinus Laschefski.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2022.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Cultura, Ecologia, Política e Educação Geográfica.

Bibliografia: f. 117-125.

1. Planejamento urbano – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Territorialidade humana – Teses. 3. Preconceitos – Teses. I. Laschefski, Klemens. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 711.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"SANTA TEREZA ALÉM DOS SIGNOS COMUNS: A realidade ainda não contada e as matizes presentes no bairro"

BÁRBARA MARQUES COSTA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 25 de abril de 2022, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Rubens Alves da Silva

UFMG

Heloísa Soares de Oliveira Costa,

IGC/UFMG

Valéria de Oliveira Roque Ascenção

IGC/UFMG

Klemens Augustinus Laschefsky - Orientador

IGC/UFMG

Belo Horizonte, 25 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por Valeria de Oliveira Roque Ascencao, Professora do Magistério Superior, em 25/04/2022, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 25/04/2022, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Klemens Augustinus Laschetski, Professor do Magistério Superior**, em 25/04/2022, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Alves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 02/05/2022, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1378144** e o código CRC **A2A6E7B3**.

A todos que me ajudaram de alguma forma nessa jornada e em especial aos meus pais e professores, por todo o apoio e ensinamentos ofertados ao longo de todos esses anos. Sem eles não seria possível chegar até aqui.

Agradecimentos

Ao meu orientador por ter me acompanhado nessa jornada desde a graduação.

Aos professores do departamento por todos os ensinamentos e carinho.

Aos funcionários do Departamento que contribuíram de alguma forma com este trabalho.

Aos colegas de turma pela colaboração e pelas boas conversas de corredor.

À CAPES pela bolsa concedida.

E por fins, ao meu namorado e aos meus amigos e parentes queridos por todo o apoio e por não me deixarem desistir, mesmo nos momentos mais difíceis.

RESUMO

O bairro Santa Tereza em Belo Horizonte é amplamente reconhecido por sua singularidade e se destaca por possuir características peculiares relacionadas, principalmente, aos seus modos de vida, costumes e história. Possui também um amplo histórico de reivindicações e movimentos sociais que visam a preservação e manutenção dessa singularidade, bem como da Área de Diretrizes Especiais – ADE do bairro. Entretanto, além da face já conhecida, o bairro possui também outros territórios e realidades. Nesse sentido, o presente trabalho buscou identificar e analisar a diversidade socioeconômica e cultural presente no bairro, tendo como objetivo analisar as diversas realidades e contrastes socioeconômicos e culturais presentes no Santa Tereza e como estas se relacionam com uma maior ou menor visibilidade frente ao poder público e à sociedade no geral, principalmente relacionadas à presença das Vilas Dias e São Vicente e do Quilombo Souza. A metodologia do estudo baseou-se na realização de trabalhos de campo e entrevistas com atores-chaves, relacionados diretamente com a temática, além de abranger pesquisa e revisão documental, incluindo trabalhos acadêmicos, notícias, legislações pertinentes e documentos oficiais. A análise dos dados foi conduzida de forma estritamente qualitativa e realizada através da análise do conteúdo das falas dos entrevistados. Verificou-se, portanto que o bairro também possui outras realidades e territorialidades, além das já citadas e habitualmente conhecidas e reconhecidas, bem como experimentam um cotidiano distinto da maioria dos moradores do bairro. Nesse sentido, as Vilas Dias e São Vicente, além de conviverem com problemas de infraestrutura básica e diversas vulnerabilidades, ainda sofrem com o preconceito e o descaso do poder público. Já o Quilombo Souza, que estava sendo ameaçado de despejo e foi reconhecido pela Fundação Palmares em 2019, enfrentou diversos desafios na luta por seu território e, assim como as vilas do bairro, também sofre com o preconceito, além de encontrar empecilhos e burocratizações para o reconhecimento de seu território nas esferas públicas de poder. Por fim, observou-se que, apesar de haver um certo diálogo e contato, entre as três realidades analisadas, a presença de alguns conflitos internos dificultam ou impedem uma maior aproximação e colaboração mútua, principalmente no que diz respeito à atuação de movimentos sociais e da própria associação de moradores do bairro, principalmente junto às vilas.

Palavras Chaves: Santa Tereza, Vila Dias, Vila São Vicente, Quilombo Souza, diversidade socioeconômica e cultural, vulnerabilidade, preconceito, conflitos.

ABSTRACT

The Santa Tereza neighborhood in Belo Horizonte is widely recognized for its uniqueness and stands out for having peculiar characteristics related mainly to its ways of life, customs and history. It also has an extensive history of claims and social movements aimed at preserving and maintaining this uniqueness, as well as the neighborhood's Special Guidelines Area - ADE. However, in addition to the familiar face, the neighborhood also has other territories and realities. In this sense, the present work sought to identify and analyze the socioeconomic and cultural diversity present in the neighborhood, aiming to analyze the different socioeconomic and cultural realities and contrasts present in Santa Tereza and how these relate to a greater or lesser visibility in front of the public power and to society in general, mainly related to the presence of Vilas Dias and São Vicente and Quilombo Souza. The study methodology was based on fieldwork and interviews with key actors, directly related to the theme, in addition to covering research and document review, including academic works, news, relevant legislation and official documents. Data analysis was conducted in a strictly qualitative way and carried out through the analysis of the interviewees' speeches. It was verified, therefore, that the neighborhood also has other realities and territorialities, in addition to those already mentioned and usually known and recognized, as well as experiencing a different daily life from most residents of the neighborhood. In this sense, Vilas Dias and São Vicente, in addition to living with problems of basic infrastructure and various vulnerabilities, still suffer from prejudice and neglect by the government. Quilombo Souza, which was being threatened with eviction and was recognized by the Palmares Foundation in 2019, faced several challenges in the fight for its territory and, like the villages in the neighborhood, also suffers from prejudice, in addition to finding obstacles and bureaucratizations to the recognition of their territory in the public spheres of power. Finally, it was observed that, despite having a certain dialogue and contact, between the three analyzed realities, the presence of some internal conflicts make it difficult or prevent a greater approximation and mutual collaboration, especially with regard to the performance of social movements and of the neighborhood association itself, mainly in the villages.

Keywords: Santa Tereza, Vila Dias, Vila São Vicente, Quilombo Souza, socioeconomic and cultural diversity, vulnerability, prejudice, conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Planta de Belo Horizonte em 1885.....	21
FIGURA 2: Mapa do bairro Santa Tereza, com destaque para a avenida do contorno e a respectiva localização do bairro no município de Belo Horizonte.	26
FIGURA 3: Delimitação do bairro Santa Tereza. Em destaque as duas vilas existentes no bairro, próximas à Estação de Metrô Santa Efigênia, demarcadas em vermelho.	26
FIGURA 4: Fotografia à esquerda mostra o local onde atualmente se encontra a Praça Duque de Caxias e figura à direita mostra o mapa da Colônia Córrego da Mata – Núcleo Mário Werneck.	28
FIGURA 5: Hospital do Isolado – Cícero Ferreira, onde atualmente encontra-se o Mercado Distrital.	28
FIGURA 6: Praça Duque de Caxias no ano de sua inauguração.	31
FIGURA 7: À esquerda a Igreja de Santa Teresa e Santa Teresinha – Tombada pelo Conselho do Patrimônio Cultural de BH. À direita, o Museu da Imagem e do Som – MIS Cine Santa Tereza - tombado pela Diretoria de Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de BH.	36
FIGURA 8: Quilombo Souza – Registrado como Patrimônio Cultural Imaterial de BH.	36
FIGURA 9: Delimitação do bairro Santa Tereza e das vilas à esquerda e área protegida pela ADE de Santa Tereza, delimitada em azul, à direita. Destaque para a área do “Chapéu de Napoleão” que não está incluída na ADE.	40
FIGURA 10: Imagens de Satélite das Vilas Dias e São Vicente (acima), localizadas próximas ao shopping Boulevard e do Quilombo Souza (abaixo), localizado próximo ao Clube Oásis.....	41
FIGURA 11: Vista panorâmica das “Torres Gêmeas” do bairro Santa Tereza antes de recomeçadas as novas obras após desocupação e leilão dos prédios.	44
FIGURA 12: Vista das “Torres Gêmeas” do bairro Santa Tereza após retomada das obras, que estavam previstas para terminarem em 2019.....	45

FIGURA 13: Vista panorâmica do projeto “Complexo Andradas” na área conhecida como “Chapéu de Napoleão”, que previa a construção de uma torre de 85 andares, uma arena multiuso e dois hotéis de luxo.....	50
FIGURA 14: Vista de cima da área que seria ocupada pelo projeto “Complexo Andradas” (em laranja). Destaque para a área da Vila Dias (demarcada em azul) que teria que ser desocupada..	51
FIGURA 15: Comparação do antes e depois do projeto “Praça da Cidade” da construtora PHV, divulgado em 2016 e que previa a construção de três torres de 23 andares cada e 80 metros de altura.....	52
FIGURA 16: Reformulação do projeto “Praça da Cidade”, divulgado em 2017.	53
FIGURA 17: Cartilha elaborada pelo Indisciplinar alertando sobre os riscos do projeto “Praça da Cidade” para o bairro Santa Tereza.	54
FIGURA 18: Localização da área conhecida como chapéu de Napoleão a esquerda. A direita, foto da Fábrica de Pregos São Lucas, edificação industrial típica dos anos de 1930, de estilo <i>art déco</i>	71

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA	12
1.1.	Tema, hipóteses e objetivos	15
1.2.	Justificativa	16
2.	METODOLOGIA	18
3.	BREVE HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE E DE SANTA TEREZA	20
3.1.	Belo Horizonte: Cidade planejada.....	20
3.2.	Surgimento e desenvolvimento do Santa Tereza.....	25
3.3.	Santa Tereza: Cultura e identidade local.....	34
4.	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	38
4.1.	O bairro Santa Tereza e seu histórico de resistência.....	42
4.1.1.	A “novela” das “Torres Gêmeas”	43
4.1.2.	A Operação Urbana Consorciada Nova BH	49
4.1.3.	O conflito envolvendo o Mercado Distrital de Santa Tereza e a FIEMG.....	55
5.	OS SIGNOS COMUNS E DISTINTOS: A PERSPECTIVA DO LUGAR DOS SUJEITOS.....	61
5.1.	As Vilas Dias e São Vicente	64
5.1.1.	Histórico e principais demandas das Vilas Dias e São Vicente	65
5.1.2.	O PGE das vilas e a polêmica envolvendo as tentativas de flexibilização da ADE.....	70

5.1.3. Gentrificação: uma ameaça para as vilas e um caminho para a mercantilização da cultura?.....	79
5.1.4. A interação da Associação de Moradores e do MSST com as vilas	83
5.1.5. Reconhecimento, segregação social, discriminação e exclusão	88
5.2. O quilombo do Santa Tereza	95
5.2.1. O histórico do quilombo Souza	96
5.2.2. Principais demandas do Quilombo Souza	103
5.2.3. Interação da associação e do MSST com o Quilombo Souza	106
5.2.4. Reconhecimento, segregação social, discriminação e exclusão	107
6. CONCLUSÃO.....	114
7. REFERÊNCIAS	117

1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA

Santa Tereza é um bairro localizado em Belo Horizonte que é reconhecido por sua singularidade, destacando aspectos como sua intensa atividade cultural e boêmia, seus ares interioranos e tradicionais, no meio de um contexto de uma metrópole em busca de modernidade e urbanidade. Tais características determinam, ao mesmo tempo, a proximidade assim como a impessoalidade das relações entre os seus moradores, dependente da diversificação socioterritorial interna do bairro.

Essa característica de Santa Teresa é resultado da construção e do desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte como um todo, que foi marcada desde o início por um histórico de exclusão e segregação social. A população mais pobre e vulnerável, formada principalmente pelos próprios operários que trabalharam na construção da capital, não foi incluída no planejamento da cidade. Desta forma é nesse contexto que começam a surgir as primeiras favelas da capital. O bairro Santa Tereza, que nasceu junto com a construção da metrópole também se viu incluso por muito tempo nesse mesmo cenário de segregação e exclusão social. O bairro começou então a ser ocupado principalmente por imigrantes europeus e brasileiros e por trabalhadores que ajudaram a erguer a capital mineira e por muitas décadas não recebeu serviços adequados de infraestrutura urbana, como ocorria na área central da capital, assim como diversas regiões suburbanas da nova capital mineira.

Apenas a partir da década de 1940 é que o bairro começa a receber em maior escala serviços de infraestrutura e a se projetar na cidade como um local “agradável” para se morar, devido à maior oferta de condições aceitáveis e adequadas para a habitação humana. É também nessa época que começam a surgir os primeiros prédios e o início da expansão do mercado imobiliário e da valorização do solo urbano na região (BARROS, 2016). Já nas próximas décadas o bairro passa a ganhar maior notoriedade por suas características artísticas e culturais. Sobretudo, a partir de 1970 essa imagem se intensifica principalmente a partir da constituição do Clube da Esquina, movimento que nasceu do encontro de jovens músicos que se reuniam na esquina das Ruas Paraisópolis e Divinópolis. O Clube da Esquina ficou reconhecido internacionalmente através de grandes nomes da música como Milton Nascimento, Toninho Horta e Wagner Tiso e compositores importantes

como os irmãos Borges, Fernando Brant e Beto Guedes. (BARROS, 2016; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011).

Por outro lado, o bairro possui também duas vilas, denominadas Vila Dias e Vila São Vicente, localizadas “ao fundo do bairro”, próximo à Avenida dos Andradas, caracterizadas por aglomerados de edificações de baixa renda onde residem diversas famílias (HOJE EM DIA, 2019a; SANTA TEREZA TEM, 2013a). Na Vila Dias estão localizadas as “Torres Gêmeas”, que foram abandonadas no início da década de 1980 e posteriormente ocupados em 1996 por centenas de famílias “sem teto” (ALMEIDA et al., 2015; TICLE, 2016). A área também já foi alvo de um megaprojeto divulgado em 2012, após a desocupação das “Torres Gêmeas” e que previa a construção de uma torre de 85 andares no local e a remoção de grande parte dos moradores da Vila Dias (CARNEIRO; VALADÃO, 2016; ESTADO DE MINAS, 2012; SANTA TEREZA TEM, 2013a).

A presença dessas vilas destaca que o bairro, apesar de possuir um extenso histórico de mobilização e luta por direitos, ainda possui uma intensa desigualdade e segregação social que, como já mencionado, acompanhou a construção de Belo Horizonte desde seu início. Nesse sentido, apesar do bairro ser considerado como de classe média/alta, também abriga diversas famílias de classe baixa que aparentemente são excluídas e invisibilizadas por residirem em áreas não regularizadas pela prefeitura e que possuem demandas básicas e essenciais à qualidade de vida humana, como Saneamento básico por exemplo e que diferem das demandas da parte “alta” do bairro.

Recentemente foi descoberta também uma comunidade remanescente de quilombolas, que estava sendo ameaçada de remoção, na chamada Vila Teixeira após residir por mais de 70 anos no local. A comunidade composta por cerca de 16 famílias foi reconhecida como quilombola em julho de 2019 e conseguiu suspender na justiça a ação de despejo e reintegração e posse (BRASIL DE FATO, 2019; ESTADO DE MINAS, 2019a, 2019b; HOJE EM DIA, 2019b). Tal descoberta ressalta ainda mais a diversidade sociocultural presente no bairro e abre possibilidades de discursões sobre outras formas de preservação e reconhecimento da diversidade cultural e identitária do Santa Tereza, além das já reconhecidas e tratadas como patrimônio de Belo Horizonte.

Com o crescimento, junto com a cidade e o processo de “modernização” a valorização imobiliária foi se intensificando, gerando pressões sobre o bairro e seus arredores (BARROS, 2016; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Sobretudo, nos últimos anos surgiram projetos de construção o que poderiam implicar em uma profunda intervenção na vida comunitária bucólica, que tem sido recebida de forma diferente pelos diversos grupos que, com foi mencionado acima, englobam os moradores de vilas e quilombos, além da classe média urbana. Foi nesse contexto que começaram a surgir e se intensificar movimentos sociais em prol da preservação da singularidade e do patrimônio do bairro. Dentre eles podemos citar a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST) e o Movimento Salve Santa Tereza (MSST), que foram essenciais para a consolidação do bairro enquanto Área de Diretrizes Especiais (ADE), junto ao Plano Diretor Municipal, assim como diversas outras conquistas posteriores visando a manutenção da ADE e preservação do bairro como um todo. Nesse sentido o Movimento Salve Santa Tereza sempre visou lutar pelas demandas e anseios dos moradores do bairro, através da mobilização social e busca de direitos (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011; TICLE, 2016).

A motivação para investigar estes fenômenos veio de minhas conexões com o bairro, já que eu e meus parentes moramos perto do bairro de Santa Tereza por muitos anos. Sempre ouvi histórias sobre os bailes de carnaval, o clima agradável e descontraído do bairro e suas festas e eventos, sempre muito animados e alegres. Durante minha juventude e até hoje, frequento o bairro em busca de um lugar tranquilo para descansar nos finais de semana e “bater papo” com os amigos.

Mas foi durante a graduação que realmente identifiquei a possibilidade de desenvolver minha pesquisa sobre o bairro, devido a seu histórico de mobilizações sociais e resistência, assuntos tratados recorrentemente durante o curso, e que serão detalhadamente abordados ao longo da dissertação. Posteriormente, ao iniciar mais profundamente as pesquisas sobre o bairro, vários contrastes foram surgindo e com eles a possibilidade de tratar também outros assuntos que sempre estiveram presentes em minha formação e área de interesse. Desta forma, surgiu a ideia de estudar não somente a história e os movimentos de resistência existentes no bairro, como também suas nuances socioeconômicas e culturais, presentes em suas vilas e no quilombo recém-descoberto no local.

1.1. Tema, hipóteses e objetivos

Diante desta perspectiva e do exposto acima, o tema proposto por esse estudo seria a diversidade socioeconômica e cultural presente no bairro Santa Tereza, tendo como objeto de pesquisa identificar e compreender as relações e contrastes existentes entre as diversas territorialidades presentes no bairro. De particular interesse neste contexto, além da conhecida área central, são as Vilas Dias e São Vicente, assim como a comunidade quilombola da família Souza, que raramente são notadas. Já a pergunta de pesquisa visa identificar e analisar, de forma mais abrangente, como os representantes dos diversos lugares no bairro se diferenciam frente às demandas sociais, representatividade e receptividade junto aos órgãos públicos e junto aos próprios moradores. na região. Desta forma pretende-se discutir sobre as diferenciações socioeconômicas e sociais e as diversas demandas apresentadas por essas comunidades e como estas se diferenciam em relação à realidade e demandas do restante do bairro, tendo em vista que se trata de uma região predominantemente de classe média/alta e com histórico de intenso capital cultural e mobilização social.

As principais hipóteses levantadas a princípio são:

- Existem diversas realidades socioeconômicas e culturais e territorialidades no bairro Santa Tereza onde, possivelmente, boa parte dos moradores são invisibilizados e talvez até mesmo excluídos, frente a uma demanda considerada maior e mais relevante do ponto de vista cultural, atrelada aos movimentos de resistência que visam a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico do bairro.
- Os diálogos entre os moradores e representantes do bairro, se é que existem e possuem uma certa frequência, apresentam, em sua maioria, anseios e demandas divergentes, principalmente devido às diversas realidades socioeconômicas e culturais presentes do bairro.
- Os grupos mais desfavorecidos do bairro enfrentam maiores entraves e dificuldades para verem suas reivindicações concretizadas já que, muitas vezes, essas reivindicações podem necessitar de maior apoio e visibilidade política, bem como disponibilidade e destinação de verbas para obras de regularização urbana, saneamento, melhorias de infraestrutura, dentre outras.

Nesse sentido tem-se como objetivo geral da pesquisa compreender as diversas realidades e contrastes socioeconômicos e culturais que caracterizam os lugares e as territorialidades no bairro Santa Tereza e como estas se relacionam com uma maior ou menor visibilidade frente ao poder público e à sociedade no geral. Já os objetivos específicos estão subdivididos em três partes, sendo eles:

- Analisar os contrastes socioeconômicos e culturais presentes no bairro Santa Tereza, principalmente relacionados a presença de vilas e descendentes de quilombolas no bairro.
- Identificar quais são as principais reivindicações e demandas dessa parcela da população e em que medida elas encontram maiores ou menores entraves para sua consolidação junto aos órgãos públicos, em relação aos demais movimentos de resistência do bairro.
- Avaliar se essa parcela da população, socioeconômica e cultural diferenciada, dialoga e é reconhecida e acolhida pelos demais moradores e movimentos sociais existentes no bairro.

1.2. Justificativa

Diante da apresentação do tema exposto acima, o bairro Santa Tereza em Belo Horizonte é reconhecido historicamente por suas características arquitetônicas, culturais e boêmias e mais recentemente por movimentos de resistência presentes no bairro que visam a manutenção das características e das peculiaridades do local, descritas anteriormente. Entretanto a área do bairro onde se encontram as Vilas Dias e São Vicente aparentemente se encontra a parte da realidade comumente conhecida do bairro. Dentre as pesquisas e notícias localizadas sobre o bairro, são raras e limitadas as menções a essas vilas, geralmente tratadas apenas como áreas de moradia de baixa renda ou áreas de antiga ocupação e especulação imobiliária, quando citado por exemplo o caso das “Torres Gêmeas”. Recentemente também foi identificado no bairro uma área onde reside há mais de 70 anos uma comunidade remanescente de quilombo, com cerca de 40 pessoas da família Souza e que vinha sofrendo ameaças de despejo.

Durante a pesquisa foram identificados alguns trabalhos voltados para o estudo e análise do bairro Santa Tereza. Entretanto, os mesmos estavam voltados principalmente para as temáticas dos

movimentos sociais e políticas públicas, bem como estudos sobre o patrimônio cultural e artístico e a singularidade presente no bairro. Nesse sentido, pode-se citar principalmente as dissertações: “Movimentos sociais e políticas públicas: Um Estudo de Caso do Movimento Salve Santa Tereza” de autoria de Barros (2016) e “O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: Os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte” de Ticle, 2016. Ressalta-se ainda o artigo “A singularidade do lugar: A construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza, de Souza e Cajazeiro (2011), bem como a tese intitulada “A luminosidade do lugar – Circunscrições intersticiais do uso de espaço em belo horizonte: Apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza” de Baggio (2005).

Entretanto, apesar do bairro possuir diversos estudos voltados para as temáticas citadas acima, são raras e superficiais as menções e análises às demais territorialidades presentes em Santa Tereza, como as Vilas Dias e São Vicente e o Quilombo Souza. Nesse sentido, e visto que não foram localizadas maiores informações ou trabalhos a esse respeito, a realização desta pesquisa justifica-se pelo interesse e importância em conhecer melhor a realidade dessas comunidades, seus anseios e necessidades, principalmente diante de uma imagem ou cenário “cultivado” pelo bairro de extrema mobilização social, valorização da diversidade e identidade coletiva e luta por direitos. Justifica-se também pela importância de se identificar qual a posição e relação dessas comunidades com o restante do bairro, com o Movimento Salve Santa Tereza e com o poder público, visando essa mesma busca por direitos e melhorias, bem como as possíveis dificuldades e discriminações que sofrem ou podem vir a sofrer nesses processos.

Portanto, acredito que esta pesquisa possa contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas socioculturais e econômicas do bairro Santa Tereza e auxiliar possíveis e futuras intervenções ou estudos na região. Acredito e anseio também que a pesquisa possa ser utilizada como fonte de informação e conhecimento para fins de intervenções e estudos em outras áreas, seja por parte de Órgãos Públicos ou Particulares, bem como por parte de outros pesquisadores, moradores e/ou associações de bairro que se interessem pelo tema ou que estejam vivenciando situações semelhante.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo abrangeu, primeiro, a pesquisa documental incluindo pesquisa e revisão de trabalhos acadêmicos, notícias, reportagens, legislações pertinentes ao estudo e documentos oficiais. Em segundo lugar, cabe mencionar as observações e visitas de campo no bairro, assim com minha convivência como frequentadora do bairro e de suas atividades e atrações. Nesse sentido, o trabalho esteve permeado, além de observações direcionadas pelos objetivos do trabalho, por observações pessoais através da vivência ao longo dos anos, configurando uma espécie de pesquisa observacional, que possui, como característica, o envolvimento entre pesquisadores e os grupos estudados durante o processo de investigação, distanciando-se dos princípios da pesquisa científica acadêmica, onde observa-se principalmente o conceito de objetividade da pesquisa empírica clássica (GIL, 2008).

Os trabalhos de campo *stritu senso*, finalmente se concentraram em entrevistas com atores-chaves que estivessem diretamente relacionados com a temática e os objetivos da pesquisa. Os sujeitos de pesquisa foram determinados considerando critérios de seleção pelo pesquisador, de acordo com fatores como público-alvo estudado e atores que possuíssem proximidade e relevância com o tema a ser estudado. Optou-se por esse método de seleção dos sujeitos de pesquisa por ser o mais próximo e compatível com o tipo de pesquisa realizada e o que mais se adequou aos objetivos da pesquisa onde, possivelmente, os sujeitos pesquisados poderiam ser alterados ao longo dos trabalhos e por necessitar também de um considerável conhecimento prévio a respeito da população, o qual foi buscado através de pesquisas e estudos preliminares, que antecederam os trabalhos de campo e as entrevistas.

Desta forma os sujeitos de pesquisa foram inicialmente determinados de acordo com os atores-chaves identificados durante o processo de investigação e busca de informações e fontes de dados, previamente encontrados. Porém, de acordo com a necessidade, foram sendo alterados no decorrer do processo de pesquisa, a depender do andamento das entrevistas e da disponibilidade e possibilidade de contato com os entrevistados. Nesse sentido, a busca ou troca por outros sujeitos de pesquisa foi necessária em alguns casos e/ou apontada pelos próprios entrevistados, ao longo dos trabalhos de campo. Nesse sentido, buscou-se selecionar uma parte das pessoas que compusessem o universo pesquisado, no caso o bairro Santa Tereza, objetivando que esses sujeitos

de pesquisa pudessem representar a população estudada e fossem condizentes com os objetivos preestabelecidos. Por uma questão de clareza do texto, apresentamos os atores selecionados no início do capítulo 5.

Vale ressaltar ainda que devido à pandemia de COVID-19 e à política de isolamento e distanciamento social, os trabalhos de campo sofreram atrasos e foram prejudicados. Desta forma, a maior parte das entrevistas foi realizada de forma online, através de chamadas de vídeo. Apenas duas entrevistas foram realizadas presencialmente, por preferência do entrevistado. Entretanto, ressalta-se que nessas ocasiões, todas as medidas de segurança foram tomadas como o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento social e as reuniões foram realizadas em locais abertos, ao ar livre. Devido a recomendações do Ministério da Saúde e da OMS, sugerindo o distanciamento e isolamento social, as entrevistas “porta-a porta”, que seriam realizadas com moradores, comerciantes e frequentadores do bairro, não foram realizadas, visando a manutenção da saúde individual e coletiva de todos os indivíduos envolvidos. Durante os contatos realizados com os sujeitos entrevistados, notou-se ainda um certo receio em relação ao modo como as entrevistas seriam conduzidas (presencial ou remotamente), fato que corroborou na decisão de suspender as visitas “porta-a-porta”, evitando causar mais apreensão e receio aos entrevistados. Ressalta-se ainda que, apesar da maior parte das entrevistas terem sido realizadas de modo online, a qualidade dos dados obtidos não sofreu prejuízos significativos.

3. BREVE HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE E DE SANTA TEREZA

3.1. Belo Horizonte: Cidade planejada

O espírito republicano que começou a se espalhar por todo o Brasil no século XX e que também estava presente na construção de Belo Horizonte, buscava uma ruptura com o passado e a chegada do desenvolvimento (BAGGIO, 2005; BARROS, 2016). Havia um desejo de modernização e superação do modelo arcaico e do período colonial/ imperial, entretanto o que se observou foi que esse anseio não pode ser totalmente atingido, principalmente devido a exclusão de uma parcela significativa da sociedade, que não foi incluída nos planos para o futuro do país. Nesse sentido, a desigualdade social, presente na realidade da população brasileira como um todo, não foi superada, impedindo que uma enorme parcela da população tenha acesso aos benefícios dessa modernidade (BAGGIO, 2005).

A história de Belo Horizonte começou em 1893, quando o então Governador Augusto de Lima anunciou a construção da nova capital mineira, antes sediada em Ouro Preto, dando espaço para uma nova cidade, com melhores condições de infraestrutura e totalmente planejada e construída para abrigar a nova capital do estado (BARROS, 2016; PBH, 2008). No local onde Belo Horizonte seria edificada existia um pequeno arraial, chamado Curral *del* Rei que na época foi quase totalmente demolido (PBH, 2008; TICLE, 2016). A capital mineira foi então projetada com o objetivo de modernização e construção de uma nova era, baseada na ideologia republicana e nos avanços do modernismo difundidos na época. Belo Horizonte que expressava esses valores, foi concebida pela utopia de uma cidade ideal e que serviria como modelo de ruptura com o passado colonial. Diferentemente de outras cidades, contava com ferramentas de controle, que além de lhe garantirem o conceito de cidade moderna, predeterminavam também suas territorialidades e o modo de ocupação da cidade, que deveria ocorrer da região central para a periferia (ALMEIDA et al., 2015).

Criou-se então a Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis e que era composta por uma equipe de engenheiros, arquitetos e urbanistas, cujos trabalhos estenderam-se entre os anos de 1894 e 1897, ano de inauguração da cidade que foi fundada no dia 12 de dezembro (PBH, 2020a). Posteriormente Aarão Reis foi substituído pelo engenheiro Chefe da Comissão Construtora, Francisco Bicalho (SANTA TEREZA TEM, 2020c) O projeto original

elaborado por Aarão Reis previa que a cidade seria dividida em três zonas, sendo elas a zona urbana, ocupada pela elite, a zona suburbana abrigando o centro de distribuição e a classe operária e a zona rural, ocupada por fazendas vilarejos e atividades de produção de alimentos (ALMEIDA et al., 2015; PBH, 2008; TICLE, 2016). Porém, as expectativas de crescimento ordenado da cidade logo foram superadas, dando espaço para a priorização do vetor Leste-Oeste com acentuado crescimento da população operária e menos favorecida em detrimento da expansão do vetor Centro-Sul que abrigaria a elite da capital (ALMEIDA et al., 2015). A planta de Belo Horizonte no ano de 1885 pode ser observada na figura abaixo.

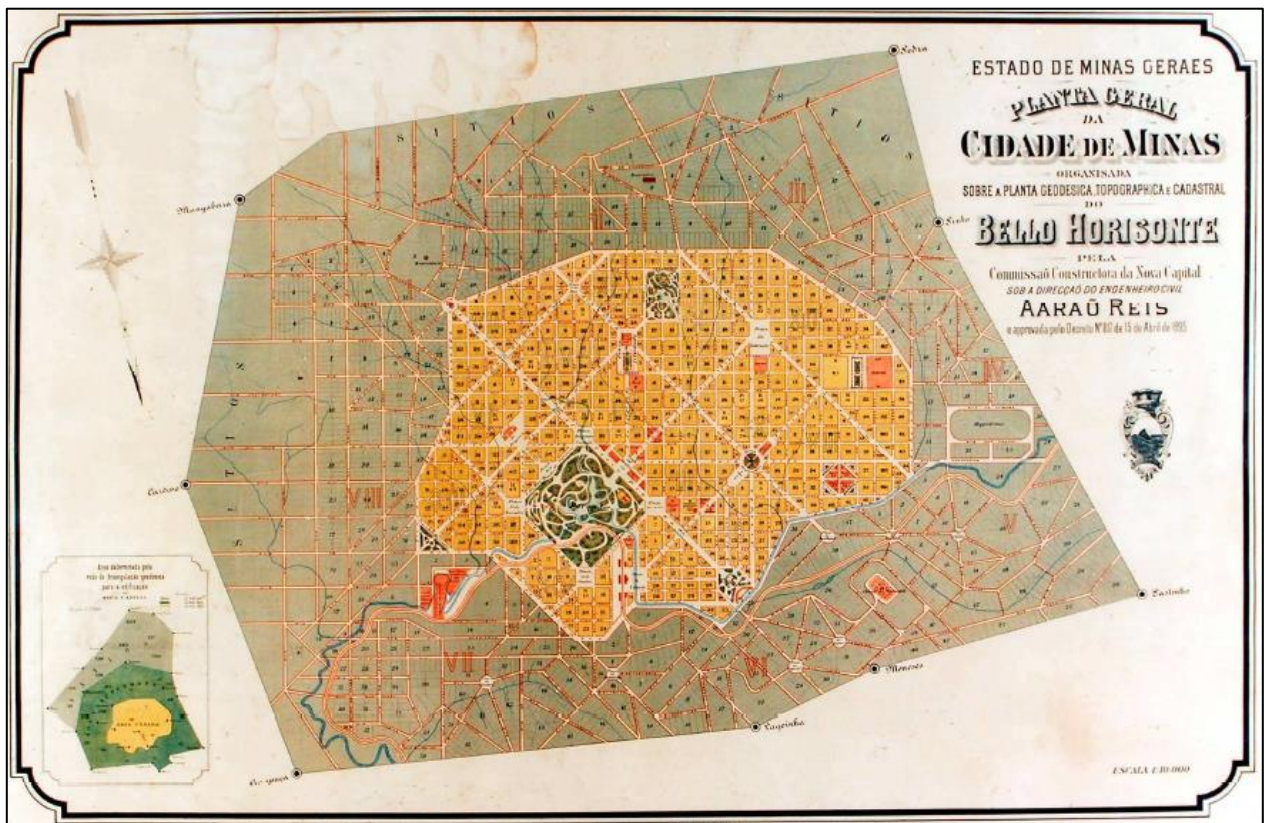


FIGURA 1: Planta de Belo Horizonte em 1885.
Fonte: PBH, 2015.

Alguns espaços da cidade eram frequentados quase exclusivamente pela elite da cidade e, recorrentemente, a própria polícia expulsava pessoas de baixa renda que tentavam frequentá-los, sob o pretexto de proteger os servidores públicos e o local de “vagabundos” ou “desocupados”. Desta forma, tal cenário já evidenciava a segregação espacial que a cidade pretendeu construir desde sua criação. Assim, em outras cidades onde não houve planejamento, o mapeamento social do espaço, ocorreu quase naturalmente e sem muita intervenção do estado, mas em Belo Horizonte,

esse mapeamento foi pensado e executado de acordo com um projeto e onde a exclusão social foi intencionalmente desejada (BARROS, 2016).

Após a desmobilização da Comissão Construtora as regiões não centrais começaram a crescer ainda mais e de forma desordenada seguindo de certa forma a exclusão social prevista no projeto e dando espaço para o início da valorização imobiliária, intensificado pela especulação em Belo Horizonte que mais tarde afetaria o bairro Santa Tereza. Portanto, a estratificação espaço-social identificada em Belo Horizonte desde sua construção acaba por produzir um cenário semelhante ao observado nas cidades não planejadas, onde as classes menos favorecidas são praticamente obrigadas a residirem nas periferias, onde na maioria dos casos não há acesso a diversos serviços e infraestruturas básicas (BARROS, 2016).

A população de Belo Horizonte era formada principalmente pelos antigos habitantes do arraial, por funcionários públicos vindos de Ouro Preto e por trabalhadores e imigrantes estrangeiros e brasileiros que trabalhavam no comércio, nas colônias agrícolas em torno da área urbana ou na construção da cidade (PBH, 2008). O perímetro central da cidade cresceu marcado por seu planejamento inicial e dentro dos limites da Avenida do Contorno, recebendo ao longo dos anos a infraestrutura e serviços necessários para o funcionamento da cidade, concentrando, desta forma, a maior parte das atividades como comércio, escolas e hospitais (BARROS, 2016; PBH, 2008). Já a região suburbana, delimitada pela área exterior aos limites da Avenida do Contorno, cresceu de forma mais desordenada e não foi contemplada com a mesma infraestrutura da área central gerando, desde o início, um cenário de desigualdades sociais e o aparecimento de vilas e favelas, tanto nos arredores dos bairros como próximos à área central (PBH, 2008).

Em 1921 a zona rural é incorporada à zona suburbana e as regras de urbanização são estendidas, visando solucionar o problema de moradia, entretanto, mesmo após todas essas medidas, ocorriam invasões às áreas nobres da cidade e o Estado intervia a fim de expulsar os moradores (BAGGIO, 2005). O subúrbio começa então a crescer em ritmo mais acelerado que a área central da cidade, demonstrando uma evidente inversão de curso, já que em outros locais o que geralmente ocorre é um crescimento periférico em decorrência da saturação da zona central. Assim, até 1920 o que se observava eram várias quadras vazias na região central, devido às tentativas do poder público em manter essa segregação socioespacial (BARROS, 2016).

Nesse contexto, a cidade cria uma lógica de distribuição espacial desigual que empurra a classe trabalhadora para as encostas, dando início ao processo de favelização da capital. Algumas dessas favelas existem até hoje, como a Pedreira Prado Lopes, o Morro do Papagaio e a Vila Acaba Mundo (BARROS, 2016) e que são, recorrentemente, áreas de extremo risco e vulnerabilidade socioambiental e que exclui grande parte da população urbana, não só nas cidades brasileiras como também ao redor do mundo. Desta forma, essas famílias diversas vezes se veem obrigadas a residir em áreas de risco, com pouca ou nenhuma infraestrutura e desprovidos de diversos serviços essenciais para a manutenção da saúde e qualidade de vida humana.

A partir das décadas de 1940 e 1950 Belo Horizonte começou a ter um crescimento cada vez maior devido a expansão das indústrias. Desta forma, acentuou-se a expansão para cima e a chegada dos primeiros arranha-céus, além de utilização de ônibus e automóveis como principais meios de transporte. Nas décadas de 1960 e 1970 a cidade continuou crescendo, com o surgimento de muitos novos bairros e os grandes edifícios começaram a se espalhar pelas áreas ao redor do centro, porém ainda prevalecia a diferenciação social entre a área central, com melhor infraestrutura e os demais bairros periféricos, como pouca ou nenhuma infraestrutura urbana (PBH, 2008).

Como forma de análise, vale destacar que a maioria das metrópoles brasileiras, apresenta inicialmente um padrão de urbanização que se expande do centro para as periferias, onde as áreas centrais possuem maior densidade demográfica e maior aporte construtivo e de investimento públicos, se tornando mais escassos à medida em que vão se distanciando dos centros. Também é comum observar tais padrões e urbanização ao longo dos principais eixos viários, principalmente aqueles que possuem maior infraestrutura econômica e industrial, que são intensificados também pela dinâmica imobiliária e fundiária que acompanha os investimentos públicos e privados, buscando se beneficiar destes (COSTA, 2006).

Em Belo Horizonte, consolidou-se esse padrão centro-periferia, embora neste caso centro e periferia não sejam tomados estritamente por seu conteúdo espacial, mas também sócio urbanístico, no sentido em que há também espaços periféricos em regiões centrais e espaços centrais em pontos mais distantes, como no caso da ocupação do vetor sul de Belo Horizonte. Assim, houve um crescente adensamento e valorização de áreas centrais, caracterizadas por maiores investimento

públicos e privados, pela concentração de equipamentos e serviço, empregos e oportunidades de geração de renda, bem como pela existência de mecanismos de regulação urbanística e ambiental. Em Belo Horizonte houve também intensa intervenção pública em torno das chamadas condições necessárias de produção, que visava promover a valorização de determinados espaços pensados e destinados à expansão urbana. Posteriormente, a ocupação destes espaços passou a ser comandada pelo capital imobiliário privado, que investia no parcelamento do solo (COSTA; MENDONÇA, 2010), como pode ser observado inclusive no caso do bairro de Santa Tereza que após receber melhorias e maiores obras de infraestrutura passou a ser vista como uma região preferencial para adensamento e verticalização em Belo Horizonte, como será melhor discutido no tópico a seguir.

Entretanto, Belo Horizonte como um todo, nas primeiras décadas de sua construção, não acompanhou esse padrão, principalmente devido à ausência de planejamento e destinação de áreas de ocupação popular, como visto anteriormente. Desta forma a área mais central do município foi ocupada tardiamente, por se tratar de uma região destinada à elite, que na época ainda não se sentia “atraída” pela cidade que estava sendo construída e ainda tinha ares de uma cidade do interior, com poucos serviços e movimento. Já as áreas periféricas, ao redor da Avenida do Contorno foram sendo ocupadas principalmente por operários que trabalhavam na construção da cidade e suas famílias, sendo que essa ocupação se dava de forma não planejada, desordenada e com carência de obras de infraestrutura básicas, como ocorreu em diversas metrópoles brasileiras. Nesse sentido vale ressaltar que não se trata de um padrão homogêneo, pois há uma enorme diversidade de situações e possibilidades no que diz respeito às dinâmicas de ocupação urbana e no caso de Belo Horizonte o que ocorreu foram grandes concentrações de populações em favelas, resistindo em territórios claramente delimitados (COSTA, 2006).

Posteriormente, nos anos 90, com o fim da ditadura militar, os movimentos sociais e a luta político sindical começam a avançar, resultando em 1990 na vitória eleitoral de projetos políticos em sintonia com os interesses democrático-populares (PAULA; MONTE-MÓR, 2001). Dentre esses movimentos podemos citar o Movimento Salve Santa Tereza que buscava preservar as características e a singularidade do bairro em oposição às tentativas de adensamento populacional e conseqüente descaracterização do bairro, como será discutido adiante.

3.2. Surgimento e desenvolvimento do Santa Tereza

O Santa Tereza é um dos bairros de ocupação mais antiga da cidade, localizado na Regional Leste de Belo Horizonte e sua ocupação começou junto com o planejamento da cidade guardando ainda a memória daquela época (FIGURA 2 e FIGURA 3) (PBH, 2008; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011; TICLE, 2016). Desta forma ainda é possível encontrar moradores que tentam manter um modo de vida característico à ocupação original, marcada principalmente pelas habitações predominantemente residenciais, pelos ares interioranos e tradicionais presentes no bairro e suas relações de proximidade e impessoalidade entre os moradores. Desta forma, tais moradores lutam pela preservação dos imóveis e espaços que permanecem como lembranças vivas do passado de Santa Tereza (PBH, 2008).

Os bairros Santa Tereza e Santa Efigênia tiveram ainda sua ocupação inicial favorecida pela presença dos dois córregos que fazem parte da bacia do Ribeirão Arrudas. Tais bairros, assim como outros, foram formados a partir do planejamento das seções suburbanas, delimitadas no projeto original de construção da capital e que eram responsáveis pelo plantio e distribuição de alimentos para bastecer a cidade. Ambos os bairros foram formados através do desmembramento de duas colônias agrícolas presentes na região, a Colônia Córrego da Mata e a Colônia Bias Fortes. Foram estas colônias que também facilitaram o processo de ocupação e desenvolvimento da área, visando principalmente o escoamento e transporte de produtos agrícolas (PBH, 2008).

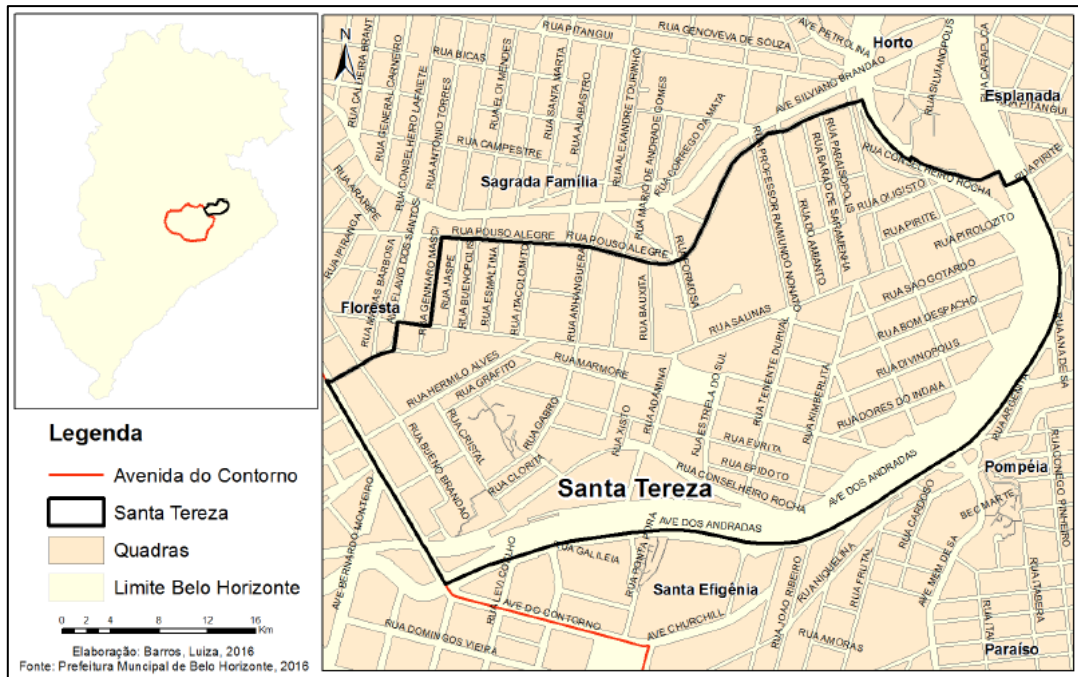


FIGURA 2: Mapa do bairro Santa Tereza, com destaque para a avenida do contorno e a respectiva localização do bairro no município de Belo Horizonte.
 Fonte: BARROS, 2016 *apud* BARROS, 2016.

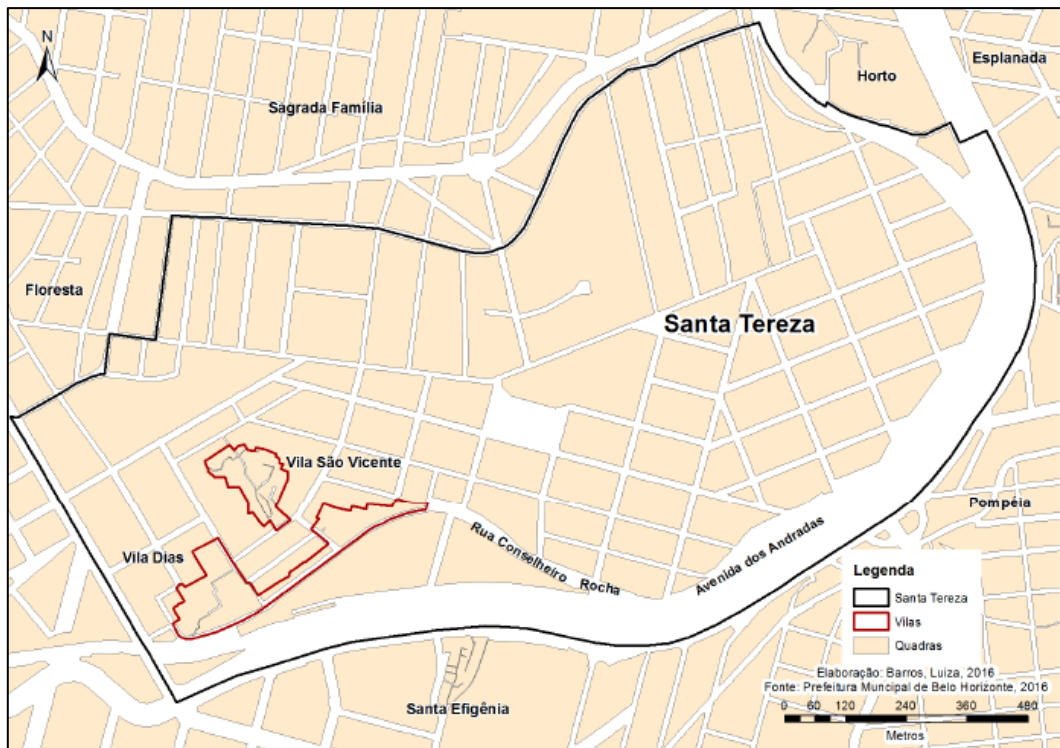


FIGURA 3: Delimitação do bairro Santa Tereza. Em destaque as duas vilas existentes no bairro, próximas à Estação de Metrô Santa Efigênia, demarcadas em vermelho.
 Fonte: BARROS, 2016 *apud* BARROS, 2016.

Ao longo do período de construção da Capital (1894 e 1897), o engenheiro Chefe da Comissão Construtora, Francisco Bicalho, que havia substituído Aarão Reis, solicitou a contratação de trabalhadores visando a conclusão das obras. Com isso houve a chegada de muitos imigrantes europeus, principalmente italianos, portugueses e espanhóis, bem como de brasileiros vindos de outras regiões. Na época, o principal motivo para a vinda de tantos imigrantes europeus para o Brasil se deu pela situação em que se encontrava a Europa e, principalmente a Itália, que havia acabado de sair de uma guerra de unificação. Com a morte de vários cidadãos, as terras devastadas e o desemprego crescente, devido à Revolução Industrial, milhares de pessoas se encontravam vivendo em péssimas condições. Na época o Brasil passava por um momento histórico com a criação da lei áurea (13 de maio de 1888) e devido à libertação dos escravos, várias fazendas ficaram sem mão de obra para continuarem a produção. Neste momento, e com a criação da Lei de Imigração para o Estado de Minas Gerais, em 1892, centenas de fazendeiro e a própria Comissão Construtora da nova capital mineira se organizaram para trazerem trabalhadores da Europa (SANTA TEREZA TEM, 2020c).

Assim, no ano seguinte (1893) foram criadas cinco Colônias de Imigrantes nos arredores da cidade visando abrigar os imigrantes que viriam para a Capital. A Colônia “Córrego da Matta” (FIGURA 4), posteriormente chamada de “Américo Werneck”, que foi instalada na 7ª Seção Suburbana, parte da mesma região do futuro bairro Santa Tereza. Também foram criadas as Colônias, “Bias Fortes”, “Afonso Pena”, “Carlos Prates” e “Adalberto Ferraz”, ao redor da futura Avenida do Contorno. Nelas, além dos operários e artistas, foram abrigados os agricultores visando o plantio e distribuição de alimentos para os habitantes da cidade (SANTA TEREZA TEM, 2020c).

Desta forma nasceu o bairro Santa Tereza, um dos mais antigos da capital. Sua formação definitiva ocorreu em 1910, com a inauguração do Hospital do Isolado também chamado de Cícero Ferreira (FIGURA 5), para onde eram levados pacientes com doenças contagiosas, o que gerou um novo núcleo de povoamento, inclusive com abertura de botequins e um pequeno comércio. O local onde antes existia o Hospital atualmente abriga o Mercado Distrital do bairro. Onde é hoje a Praça Duque de Caxias (FIGURA 4) antigamente abrigava o “galpão dos imigrantes”, que não foi utilizado para o fim proposto e transformado na 59ª Cia. do Exército em 1918 (SANTA TEREZA TEM, 2020c).

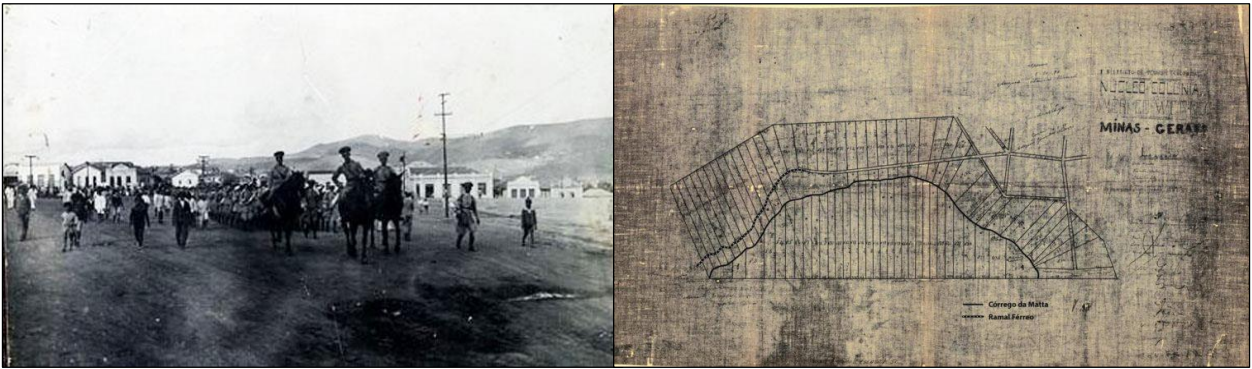


FIGURA 4: Fotografia à esquerda mostra o local onde atualmente se encontra a Praça Duque de Caxias e figura à direita mostra o mapa da Colônia Córrego da Mata – Núcleo Mário Werneck.
Fonte: SANTA TEREZA TEM, 2020c.

Em 1910, a população do bairro era de 292 pessoas, adultas, sendo 138 brasileiros, 30 italianos, 26 portugueses e 18 espanhóis, segundo um relatório da época. Em 1916, a comunidade recebeu o quartel do Exército, para sediar, em 1924, o 5º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais. O aniversário de Santa Tereza é comemorado no dia 15 de outubro em homenagem ao dia de Santa Tereza de Ávila, uma das padroeiras do bairro, junto com Santa Terezinha, cujo dia de comemoração é 1º de outubro (SANTA TEREZA TEM, 2020c).



FIGURA 5: Hospital do Isolado – Cícero Ferreira, onde atualmente encontra-se o Mercado Distrital.
Fonte: SANTA TEREZA TEM, 2020c.

Desta forma, Santa Tereza foi considerado inicialmente como um bairro de imigrantes europeus, ocupado principalmente por trabalhadores que vieram em busca de oportunidades de emprego na construção e desenvolvimento da nova capital mineira. Sendo que as primeiras ocupações respeitaram o loteamento proposto para a zona suburbana do município, porém, posteriormente começam a surgir também as chamadas “ocupações espontâneas”, em formato de vilas e até mesmo as primeiras aglomerações que, atualmente, conhecemos como favelas (ALMEIDA et al., 2015; BISTENE, 2018; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Assim, mesmo antes da inauguração de BH em 1897, pode-se considerar que a cidade já possuía tais “ocupações espontâneas” e aglomerações semelhantes ao que atualmente chamamos de favelas, como expressão espacial da segregação social, que se concentravam principalmente na região do Barro Preto ou Córrego do Leitão, no Alto da Estação e em algumas partes do Santa Tereza (BARROS, 2016).

Assim, alguns bairros da zona suburbana, apesar de terem nascido junto com a cidade, tiveram uma ocupação muito diferente da que era prevista pela Comissão Construtora, que previa uma ocupação predominantemente de agricultores e produtores rurais para abastecer a cidade. Ao invés disso, tais regiões começaram a ser ocupadas por operários e trabalhadores que vinham com suas famílias para trabalharem na construção da capital. Um exemplo dessas ocupações foi a primeira favela da capital, conhecida como *Favella* ou Alto da Estação, localizada na Rua Sapucaí, próxima à atual Praça da Estação. Essa ocupação foi um dos marcos da ocupação do bairro floresta, onde, em seus barracões improvisados moravam operários que ajudaram a construir Belo Horizonte. Portanto, nota-se que a ocupação do espaço não obedeceu integralmente ao projeto original, que não levou em consideração as áreas de habitação popular (PBH, 2008), como inclusive ainda ocorre em diversas cidades atualmente.

Até a década de 1920, o poder municipal visou evitar ao máximo o desrespeito, por parte da população, ao planejamento original da cidade e as ocupações irregulares não eram permitidas. Nesse sentido e segundo histórico elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte, no ano de 1902, cerca de 300 cafuas foram removidos da *Favella* e a população residente foi transferida para o local onde hoje estão os bairros Santa Efigênia e São Lucas. Entretanto, esse era um problema recorrente em Belo Horizonte e muitas favelas foram formadas posteriormente às margens do Ribeirão Arrudas. A Vila dos Urubus que começava atrás do Hospital Militar, seguia pelo bairro Horto até

o Granja de Freitas, e a Favela do Perrela, localizada na Rua Maranhão, também próxima ao Hospital Militar, são alguns exemplos. Parte da antiga Vila dos Urubus, inclusive, é onde encontra-se atualmente a Vila Dias e o campo de futebol da comunidade. Desta forma, nota-se que o planejamento urbano original não foi completamente realizado e teve que se adaptar aos modos de vida da população da cidade (PBH, 2008).

Neste sentido, já naquele período a prefeitura realizava a remoção de parte dessas moradias mais precárias, que geralmente eram ocupadas por operários que trabalhavam na construção da cidade, para locais suburbanos com pouca infraestrutura. Esses conjuntos de submoradias ocupados por pessoas com pouco acesso a direitos básicos, locais que deveriam, a princípio, abrigar chácaras e sítios para o abastecimento da cidade, tornaram-se locais de resistência ao projeto de cidade imposto (BARROS, 2016). A moradia, portanto, ainda hoje, se apresenta enquanto um problema grave das grandes cidades, obrigando muitas famílias a residirem em casas precárias e sem infraestrutura e no caso de Belo Horizonte esse problema surgiu junto com a construção da cidade (PBH, 2008).

Santa Tereza começa a receber algumas obras de infraestrutura somente a partir do final da década de 1910, mas, é somente em 1940 que o bairro começa de fato a receber em maior escala serviços como, calçamento, água, esgoto e iluminação, começando a ser reconhecido na cidade como um bairro novo e agradável de se morar. Ainda assim, os moradores continuaram a reivindicar maiores investimentos junto ao poder público, a fim de solucionar outras deficiências do bairro. Os primeiros prédios de mais de um ou dois andares começam a surgir nessa época, que é marcada também pela expansão do mercado imobiliário especulativo na cidade (BARROS, 2016).

É importante ressaltar também que nesta época, a família quilombola que ainda reside atualmente no bairro, já residia em Santa Tereza. Segundo relatos de uma das lideranças do quilombo, seus bisavôs, que nasceram em São José de Além Paraíba, próximo à divisa com o estado do Rio de Janeiro, vieram para Belo Horizonte em 1910 e se instalaram em Santa Tereza na rua Salinas. Eles vieram junto com a família para trabalhar no setor de cultivo e abastecimento da cidade e por volta de 1921 compraram os terrenos onde viviam. O terreno original possuía em torno

de 6.500 m² e atualmente possui aproximadamente 2.500 m², pois algumas partes foram sendo divididas e vendidas ao longo dos anos.

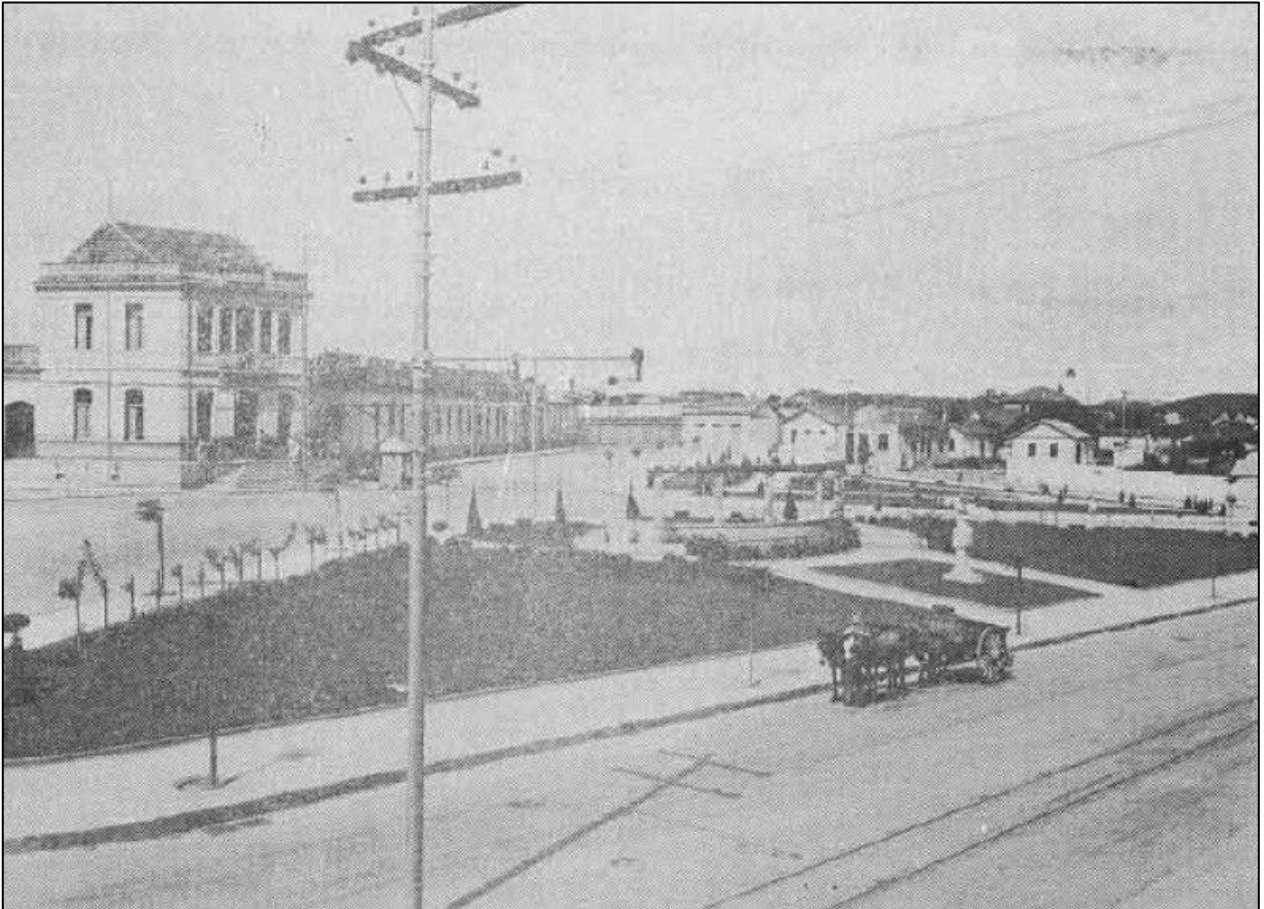


FIGURA 6: Praça Duque de Caxias no ano de sua inauguração.

Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte; Relatório do Prefeito Octacílio Negrão de Lima.

Já a partir de 1930 o bairro começava a alcançar certa notoriedade na cidade e também já contava com diversos comércios e serviços, distribuídos principalmente pela principal via do bairro, a Rua Mármore e, apesar de ainda possuir diversos problemas estruturais, os mesmos não impediam o crescimento populacional e o progresso do bairro (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011; TICLE, 2016). Em 1937 a Praça Duque de Caxias foi inaugurada (FIGURA 6), se tornando mais tarde, um dos principais espaços e símbolos do bairro e que contribuiu para o desenvolvimento de suas características culturais. Ela representava uma demanda dos próprios moradores, e só foi inaugurada após diversas reivindicações da comunidade. Devido a sua localização privilegiada a praça proporcionou o surgimento de vários comércios e pode ser considerada também como o

centro do bairro e principal ponto de encontro dos moradores. (BAGGIO, 2005; BARROS, 2016; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011; TICLE, 2016).

Nela a comunidade desenvolvia e ainda desenvolve suas atividades e inúmeras manifestações cívicas e culturais, como festas e seu famoso carnaval, que até hoje é festejado no bairro. Em 1932, surgiu o bloco carnavalesco “Não rapo nada”, o mais antigo da região, que perdurou até 1981, inspirando o surgimento de outros blocos no bairro, como o “Inocentes de Santa Tereza”, “Galãs Mirins”, o “Unidos de Santa Tereza” e a “Banda Santa”. Localiza-se também na praça o Cine Santa Tereza, inaugurado em 1944 e que já foi uma casa de teatro e de shows e posteriormente surgiu a Igreja Matriz de Santa Tereza, construída entre os anos de 1931 e 1962, que se tornou mais tarde um símbolo de identidade e centralidade do bairro (BAGGIO, 2005; BARROS, 2016; SANTA TEREZA TEM, 2016b; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011; TICLE, 2016).

Já nessa época surgia também as vilas do bairro. Segundo relatado por uma liderança local, a Vila Dias começou a surgir em meados da década de 1940 e seu avô foi um dos moradores mais antigos do local. Posteriormente, o restante da família, juntamente com seu pai e seu irmão mais velho, também moraram na vila. Ele próprio ainda reside na vila e relata que não gostaria de se mudar para nenhuma outra região. O local onde hoje se encontra parte da Vila Dias e o campo de futebol da comunidade, antigamente abrigava a Vila dos Urubus. Estima-se que atualmente existem cerca de 400 famílias residentes no local.

Já em 1950, acentua-se o predomínio de construções residenciais e nas décadas seguintes começa a surgir traços predominantemente especulativos, por parte do mercado, bem como o crescimento do bairro, com a construção de pequenos edifícios multifamiliares, promovendo maior oferta de imóveis e maior incentivo ao mercado imobiliário (BAGGIO, 2005; BARROS, 2016). Juntamente com as melhorias urbanas, começaram a ocorrer atividades esportivas e culturais que se intensificaram ao longo do tempo, fazendo surgir times de futebol, grupos teatrais, clubes recreativos, blocos carnavalescos, dentre outros, desta forma o bairro gradativamente foi sendo associado às práticas culturais até se tornar um espaço amplamente reconhecido por sua efervescência cultural (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011).

Entretanto, o adensamento populacional e a densificação da área construída trouxe também conflitos entre os moradores e o aumento do tráfego local. Nesse sentido, moradores e carros

disputavam o espaço e a apropriação das ruas, sendo que, a utilização dessas áreas para fins lúdicos e recreativos no dia a dia, foi sendo reduzida, dando espaço para o trânsito de veículos que se intensificava. Contudo, tais atividades não foram extintas ou suprimidas por completo e ainda podem ser observadas até hoje, principalmente na Praça Duque de Caxias (BAGGIO, 2005) e no campo de futebol da Vila Dias, onde as crianças realizam aulas e atividades recreativas.

Posteriormente a imagem cultural do bairro foi intensificada com o nascimento do Clube da Esquina por volta de 1970, como mencionado anteriormente. Na década de 1980 surgiram um maior número de prédios e conjuntos habitacionais, demonstrando que o bairro naquela época crescia junto com a cidade. Entretanto, tal crescimento não conseguiu descaracterizar a região que ainda abrigava muitas casas. Já em 1990, a especulação imobiliária passa a demonstrar maior interesse pelo bairro, principalmente devido a chegada de obras de infraestrutura viária que facilitavam o acesso ao local (BARROS, 2016). Assim, o bairro passou por um processo de valorização dos imóveis urbanos no final dessa década, entretanto ainda preserva um expressivo número de edificações protegidas pelo patrimônio cultural, que foram construídas nas primeiras décadas de ocupação da cidade e relembram o passado da região (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011), principalmente devido a atuação de movimentos sociais que lutam pela preservação do patrimônio material e imaterial e pela singularidade do bairro, como será abordado posteriormente.

Desta forma, em 1990 o processo de “modernização” vinha ameaçando a região, e o bairro passou a ser alvo de grandes obras, como o viaduto da rua Paraisópolis que liga Santa Tereza à Santa Efigênia em 1992 e a construção do metrô da cidade. Assim, o bairro tornou-se mais atrativo ao setor imobiliário, principalmente devido às melhorias no setor viário e de acessibilidade, sendo visto como uma possível zona de expansão preferencial e em 1995, foi incluído como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP¹) junto aos estudos do novo Plano Diretor do município, fator que induziria o adensamento e verticalização da região (BAGGIO, 2005; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011; TICLE, 2016). A proximidade do bairro com a região central e hospitalar e a Savassi, consideradas áreas já saturadas, também fez com que Santa Tereza fosse um espaço cada vez mais vulnerável aos interesses do setor imobiliário, o que foi agravado com sua posterior tentativa de classificação

¹ Segundo a lei municipal nº 7.166 de 27 de agosto de 1996, as Zonas de Adensamento Preferencial – ZAP’s são as regiões passíveis de adensamento, em decorrência de condições favoráveis de infraestrutura e de topografia. (BELO HORIZONTE, 1996).

como ZAP junto ao Plano Diretor (BAGGIO, 2005). Desta forma Santa Tereza era vista com uma promissora área de adensamento e verticalização, por se encontrar próxima à área central da cidade e por ainda não ser uma região saturada como as demais ao seu redor.

Foi neste contexto que os moradores, preocupados com as possíveis transformações urbanas e o interesse do mercado imobiliário, que poderiam descaracterizar o bairro, se mobilizaram para tentar resistir à imposição do padrão de ocupação determinado pelo novo Plano Diretor. Assim, em 1996, surgiu um forte movimento de resistência denominado Movimento Salve Santa Tereza (MSST), que visava garantir a preservação do bairro e questionava os impactos que o adensamento urbano poderia provocar na qualidade de vida dos moradores e que posteriormente culminou no estabelecimento da Área de Diretrizes Especiais (ADE²) de Santa Tereza (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011; TICLE, 2016). Pode-se dizer que o MSST também atuou como um elemento catalisador no processo de construção da identidade coletiva do Santa Tereza (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Tais pontos serão discutidos mais detalhadamente no decorrer do trabalho.

Desta forma, a região possui uma posição especial por suas propriedades culturais e patrimoniais. Ele se caracteriza enquanto um reduto de resistência às imposições do mercado e do poder público e busca ao mesmo tempo manter aspectos da vida local e atrair amantes da vida boêmia. A vivência experimentada pelos moradores aparentemente não foi totalmente afetada pela modernidade que a construção da cidade pretendeu trazer e, embora o bairro já tenha sofrido algumas interferências arquitetônicas, como a construção de alguns pequenos edifícios, não se configura enquanto uma região verticalizada, fato que foi possível, principalmente, pela inclusão da área como de adensamento especial, através da aprovação da ADE (BARROS, 2016).

3.3. Santa Tereza: Cultura e identidade local

Nas cidades modernas, alguns territórios se destacam por ostentarem fortes representações sociais e oposição a outros territórios e o bairro Santa Tereza em Belo Horizonte é um desses exemplos, se destacando por sua representatividade social e modos de vida que, ainda atualmente

² Segundo a lei municipal nº 7.166 de 27 de agosto de 1996 as Áreas de Diretrizes Especiais – ADE's - são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam. (BELO HORIZONTE, 1996).

resistem e se diferenciam dos modos de vida modernos. Esses territórios considerados diferenciados se afirmam, identificam e são reconhecidos externamente pela diferenciação ou pela oposição às demais regiões. Desta forma, o bairro Santa Tereza, assim como outros bairros e localidades brasileiras, se destaca por possuir características peculiares relacionadas, principalmente, aos seus modos de vida, costumes e história (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Entretanto vale ressaltar que tais características, apesar de reconhecidas e amplamente difundidas, possivelmente não são experimentadas pela totalidade dos moradores (ou o são de forma diferenciada), tendo em vista que o bairro possui outras realidades, culturas e grupos sociais, como é o caso das Vilas Dias e São Vicente e do Quilombo Souza.

Os discursos que foram sendo construídos e consolidados sobre o bairro criaram uma imagem e um conjunto de significados no imaginário coletivo, fazendo com que o bairro passasse a ser considerado como uma referência no cotidiano da cidade, principalmente por sustentar essas características que o diferenciam do restante da cidade (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Dentre as características que os moradores descrevem como portadoras de uma ambiência interiorana, pode-se citar a baixa altimetria das edificações, o relevante convívio comunitário e a predominância do uso residencial do bairro (CARNEIRO; VALADÃO, 2016).

A região e seus moradores também sustentam sua própria identidade local, significados históricos, simbólicos e afetivos com o bairro (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Destaca-se ainda que os elementos sustentadores do imaginário e da identidade do local são marcados principalmente pela tradicionalidade, pela efervescência cultural e intensa atividade boêmia, bem como por todo seu patrimônio cultural, artístico e arquitetônico. Seguem abaixo algumas figuras exemplificando o patrimônio presente no bairro. No que diz respeito à tradicionalidade, tal conceito é aqui entendido como oposição aos modos de vida modernos, marcados principalmente por relações impessoais, como discutido por Simmel (1973) onde, as condições psicológicas e o ritmo criado pelas metrópoles, promovem um profundo contraste com a vida nas pequenas cidades do interior e a vida rural (SIMMEL, 1973; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011).



FIGURA 7: À esquerda a Igreja de Santa Teresa e Santa Teresinha – Tombada pelo Conselho do Patrimônio Cultural de BH. À direita, o Museu da Imagem e do Som – MIS Cine Santa Tereza - tombado pela Diretoria de Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de BH.

Fontes: ESTADO DE MINAS, 2021; G1 MINAS, 2021; SANTA TEREZA TEM, 2021



FIGURA 8: Quilombo Souza – Registrado como Patrimônio Cultural Imaterial de BH.

Fontes: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2019; PBH, 2020b

Os moradores do bairro compartilham, ainda, de um imaginário comum e de um reconhecimento de igualdade entre eles, criando vínculos de pertencimento, construindo e reafirmando sua diversidade e história e desenvolvendo sentimentos de identificação, que promove a união pessoas de acordo com um determinado discurso que talvez não se identificassem em um outro contexto (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Entretanto, essa identidade cultural compartilhada não é algo dado ou que resulta de uma simples consolidação de hábitos e costumes e nem tampouco as identidades são rígidas, imutáveis e presas a um determinado período histórico (HOBSBAWM; RANGER, 1997). São construídas social e historicamente e de forma ocasional gerando tradições que retratam os desejos de construção social da realidade e que eventualmente podem ser novamente inventadas e reinventadas (HOBSBAWM; RANGER, 1997; SOUZA; CAJAZEIRO,

2011). O bairro Santa Tereza possui, portanto, características como a cultura, a tradição e a boemia, que o diferenciam de outros bairros da cidade, sendo alguns símbolos e espaços públicos de sua história e da construção do seu imaginário coletivo a Praça Duque de Caxias, a Igreja de Santa Tereza, o Clube Oásis, o Mercado Distrital e o restaurante Bolão (CARNEIRO; VALADÃO, 2016; TICLE, 2014).

Nesse sentido, esse ritmo mais lento e tranquilo, característico do interior, pode também ser percebido em Santa Tereza em diversos momentos e inclusive é percebido e relatado pelos próprios moradores do local, além de já ter sido discutido em diversas fontes, como revistas, reportagens e trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, durante a realização da presente pesquisa, os moradores e lideranças entrevistados reafirmaram em diversos momentos tais características, tendo inclusive relatado que o clima mais interiorano e calmo de Santa Tereza é um dos principais atrativos do bairro e o que faz com que as famílias escolham permanecer morando no local. Reafirmaram ainda o sentimento de pertencimento e a construção do imaginário coletivo do bairro, ao relatarem pontos e símbolos característicos do histórico, da cultura e das tradições do bairro, como a Igreja Matriz, a Praça Duque de Caxias e o Clube da Esquina, por exemplo.

Assim, o bairro afirma-se a partir da ocupação e utilização do espaço por vários públicos e através da produção de sua identidade. As características boemias do Santa Tereza, disseminadas pela capital, representam uma territorialidade de apropriação. É durante a noite que a região é tomada por públicos de diversas áreas da cidade criando um espaço de convívio, de encontro e de identidade, difícil de ser encontrado em outros bairros da cidade (ALMEIDA et al., 2015). Portanto, pode-se dizer que o bairro está inserido em uma territorialidade que recria a tradição em novas bases, não sendo necessariamente uma ideologia do passado nem somente uma representação do dinamismo do espaço metropolitano. Nesse raciocínio o bairro produz matizes identitárias socioespaciais, através da coexistência de valores tradicionais e modernos, fundidos na territorialidade (ALMEIDA et al., 2015).

Por se inserir em um contexto cultural bastante específico, no qual o próprio processo de imigração e desenvolvimento urbano foram fundamentais para a construção da identidade local, o bairro viria mais tarde a propiciar em seus moradores a compreensão deste espaço singular e com fortes relações identitárias e a mobilização de muitas pessoas em defesa da conservação dessa

singularidade (ARAÚJO, 2008; ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012). Nesse sentido, vários movimentos visando a proteção do bairro e de suas características começaram a surgir.

As influências exercidas pela dimensão cultural do bairro são de extrema importância para a compreensão do movimento de resistência presente no bairro que se mostra contrário às forças ideológicas do capitalismo. Pode-se considerar o bairro Santa Tereza como uma expressão de territorialidade singular, destacado pela organização socioespacial e por um modo de vida que valoriza o cotidiano em suas manifestações interioranas presentes e vivenciadas pelos moradores. Também chama a atenção a dimensão cultural, boêmia e outras particularidades do bairro e é diante desse cenário que o bairro resiste à intensa verticalização e revela possibilidades de luta pelo direito à cidade (ALMEIDA et al., 2015).

O bairro passou então a construir um histórico de resistência e mobilização social frente a projetos urbanísticos que, de algum modo possam alterar a paisagem e/ou a dinâmica do bairro, em sua maioria marcados por valores de mercado e pela imposição da vida urbana moderna (BAGGIO, 2005; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Nesse sentido, o Movimento Salve Santa Tereza, se apresenta como parte da história do bairro e há vários anos vem lutando pelos interesses comuns dos moradores. Ele visa principalmente mobilizar a população em defesa da Área de Diretrizes Especiais (ADE) do bairro, conquistada com muita luta, como será melhor discutido adiante.

4. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

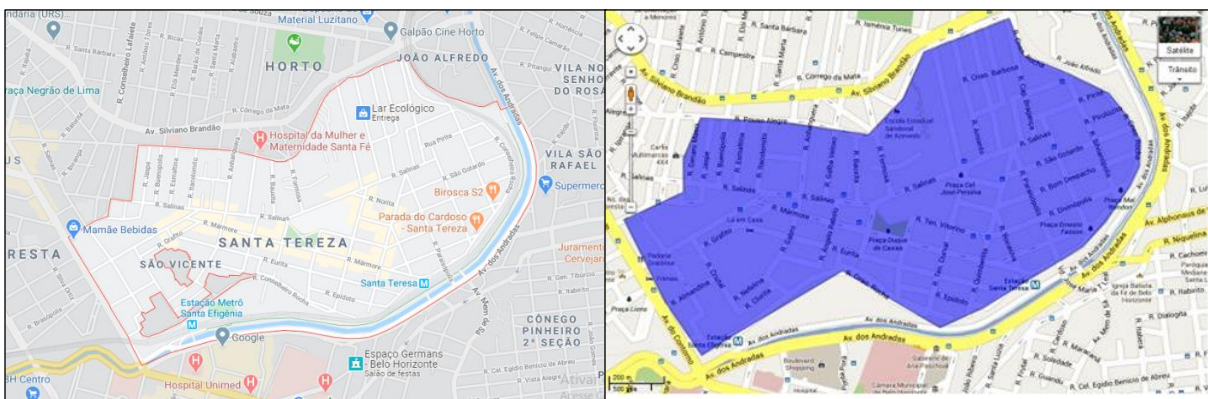
Como já mencionado, por volta da década de 1950 os arranha céus começaram a serem incorporados à capital mineira e devido à intensa especulação imobiliária e apoio da prefeitura, iniciaram a modificação de decretos e leis permitindo a implantação de grandes empreendimentos na cidade, o que descaracterizou e afetou características como a tranquilidade, o sossego e fluxo de pessoas na cidade. E em meados do século XX, Belo Horizonte já experimentava um rápido adensamento e verticalização da região central, principalmente destinada à atividade comercial (ALMEIDA et al., 2015). Já o bairro Santa Tereza começou a ser alvo de verticalização a partir do final da década de 1970, quando dois edifícios de 17 andares cada, pertencentes ao condomínio San Martin, conhecidos popularmente como “Torres Gêmeas” começaram a ser construídos no

bairro, trazendo diversos conflitos para o local, como será melhor discutido posteriormente (CARNEIRO; VALADÃO, 2016).

Frequentemente essas regiões que são alvo de um maior adensamento populacional e verticalização das áreas, apresentam um esvaziamento e abandono dos seus espaços de vivência, por não se sentirem pertencentes ou acolhidos pelo local, sendo que esta individualidade pode ser vista como uma resposta do próprio sistema capitalista que tenta fragmentar, urbanizar e verticalizar, impondo uma exclusão involuntária de convivência. Em contraposição, alguns bairros tentam resistir a esse processo intenso de ocupação e buscam priorizar a vizinhança, os comércios locais e as características de uma cidade tranquila do interior, livre das grandes movimentações dos bairros modernos superadensados (ALMEIDA et al., 2015), como é o caso do Santa Tereza.

Em meados da década de 1990 vinham sendo discutidas propostas para a elaboração do Plano Diretor (PD) e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) do município, promulgada em 1996. Tendo em vista todo o processo de verticalização que atingia a região pericentral de Belo Horizonte, em 1995 pretendia-se inicialmente delimitar o bairro Santa Tereza como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), no novo Plano Diretor, o que previa a permissão para adensamento e verticalização da área, considerando as condições favoráveis de infraestrutura e topografia (ALMEIDA et al., 2015; CARNEIRO; VALADÃO, 2016). Durante a elaboração do Plano Diretor, também estavam sendo abertos espaços para a discussão e criação das ADE's, considerando critérios relacionados às questões socioambientais e socioculturais (CARNEIRO; VALADÃO, 2016), como já mencionado anteriormente.

Foi nesse contexto que uma parcela dos moradores começou a se mobilizar e decidiu fundar, na década de 1990, o Movimento Salve Santa Tereza (MSST). O movimento apresentou então uma



proposta de criação de uma ADE para o bairro, visando problematizar as dinâmicas de produção do espaço e preservar seu caráter identitário e sua ambiência interiorana (CARNEIRO; VALADÃO, 2016), que vinham sendo seriamente ameaçados pela proposta de modificação do novo Plano Diretor. Assim, o Plano Diretor de 1996, elaborado no governo de Patrus Ananias e que possuía gestão pautada em questões de inclusão social, democratização e promoção da justiça social, atendeu às demandas do movimento e criou a ADE de Santa Tereza, segundo artigo 83 da LPOUS, através da Lei 7.166/1996 (FIGURA 9) (BELO HORIZONTE, 1996; CARNEIRO; VALADÃO, 2016).

FIGURA 9: Delimitação do bairro Santa Tereza e das vilas à esquerda e área protegida pela ADE de Santa Tereza, delimitada em azul, à direita. Destaque para a área do “Chapéu de Napoleão” que não está incluída na ADE.
Fontes: Google Maps e Portal Santa Tereza Tem, respectivamente.

Desta forma, a ADE de Santa Tereza foi definida como uma área que demandava adoção de medidas de proteção especiais em função de suas características ambientais e de ocupação histórico-cultural, como uso predominantemente residencial e controle de novas atividades no bairro (ARAUJO, 2008; ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012). A inserção do Santa Tereza em uma ADE permitiu, portanto, resguardar o patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural da região e a qualidade de vida de seus moradores, através da impossibilidade de instalação de edifícios e atividades de grande porte e que provocam maiores impactos, como indústrias, por exemplo (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014; SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). Segue abaixo imagens de satélite da área das Vilas Dias e São Vicente e do Quilombo Souza.



FIGURA 10: Imagens de Satélite das Vilas Dias e São Vicente (acima), localizadas próximas ao shopping Boulevard e do Quilombo Souza (abaixo), localizado próximo ao Clube Oásis.
 Fonte: Google Maps e Google Earth.

Após essa conquista, o movimento se dispersou e só foi retomado novamente em 2013, como será melhor discutido posteriormente, contando com a participação de novos integrantes, durante o mandato de Márcio Lacerda, que trouxe novamente ameaças para preservação do bairro

e da ADE, pois iniciava-se aquele momento a intensificação de propostas de caráter mercadológico, visando a transformação e privatização dos espaços públicos, pautadas na lógica capitalista (BARROS, 2016)(BARROS, 2016; CARNEIRO; VALADÃO, 2016).

A ADE, portanto, tem papel fundamental na manutenção dos aspectos próprios do bairro e no direcionamento dentro da política urbana no que diz respeito ao tombamento, inventário e preservação do patrimônio. entretanto, vale destacar que esta atenção especial ao bairro não deve ser encarada como um congelamento da região ou tentativa de aprisioná-la em outro tempo. Trata-se de garantir a qualidade de vida da população e priorizar e ouvir suas necessidades antes de propor qualquer intervenção no espaço, seja visando modificá-lo ou preservá-lo. Nesse sentido a comunidade possui o poder simbólico de determinar o que faz ou não parte do seu patrimônio cultural e os aspectos que caracteriza sua identidade, sendo também dela o poder de decidir sobre possíveis descaracterizações ou proteção desses bens. E as associações de bairro, os movimentos populares e os Conselhos Municipais de Política, que possuem membros da sociedade civil, também possuem esse papel de representatividade e luta junto aos interesses da comunidade (TICLE, 2014). Entretanto, vale ressaltar que, nem todos os grupos sociais, interesses e demandas, da população residente no bairro, se encontram efetivamente presentes e representados nessas associações e movimentos sociais, como podemos citar o caso das Vilas Dias e São Vicente. Tais pontos foram verificados, através das entrevistas realizadas, e serão descritos e detalhados posteriormente ao longo do trabalho.

4.1. O bairro Santa Tereza e seu histórico de resistência

O bairro Santa Tereza apresenta um extenso histórico de mobilização social e resistência que se acirrou principalmente após a criação da ADE de Santa Tereza. Nesse sentido o bairro vem sendo alvo de diversas tentativas de flexibilização dos parâmetros estabelecidos em lei, visando favorecer interesses comerciais e de especulação imobiliária (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2018).

Diante dessas ameaças, os moradores constantemente buscam se organizar e lutar contra possíveis interferências que possam vir a descaracterizar o bairro e seus modos de vida. Dentre os diversos momentos em que a comunidade e o Movimento Salve Santa Tereza se articularam em favor da preservação do patrimônio, podemos citar principalmente a própria mobilização em torno

da demanda de criação da ADE de Santa Tereza, a resistência ao Projeto Operação Urbana Consorciada Nova BH, que previa a construção da maior torre da América Latina, além de uma arena multiuso e dois hotéis de luxo nas “Torres Gêmeas” e as disputas envolvendo a ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza. Tais conflitos serão tratados detalhadamente a seguir como forma de embasamento e ponto de partida para outras questões que serão tratadas no decorrer da pesquisa.

4.1.1. A “novela” das “Torres Gêmeas”

Como já mencionado o bairro já foi cenário de um intenso conflito pela ocupação dos prédios do condomínio Saint Martin, conhecidos popularmente como “Torres Gêmeas” do bairro Santa Tereza. No fim da década 1970 os prédios começaram a ser construídos na Rua Clorita, próximo à linha férrea e à Avenida dos Andradas. As obras dos dois edifícios, de 17 andares cada, foram interrompidas em 1980 devido à falência das duas empresas responsáveis pela obra, a ICC Incorporadora e a Jet Engenharia. Após a falência e abandono dos residenciais, ainda inacabados, as torres foram ocupadas em 1996, dezesseis anos depois, por 171 famílias (ALMEIDA et al., 2015; TICLE, 2016).

Alguns anos após o início da ocupação, a área passou a ser vista como violenta e perigosa, devido a problemas relacionados como uso de drogas e conflitos com mortes no local (BAGGIO, 2005), gerando até mesmo certa discriminação e preconceito com seus moradores e um desejo aparente de que o local fosse desocupado. Em 1998 a Pastoral de Rua da Igreja Católica passou a atuar junto aos moradores, chegando a criar inclusive uma comissão para representar os moradores. Além dos avanços na questão de organização política, a comunidade também conquistou outras benfeitorias como energia elétrica parcialmente regularizada, abastecimento de água, dentre outras (BAGGIO, 2005).

Em 2010 um incêndio em uma das torres provocou a desocupação e bloqueio de um dos prédios, visando impedir que as famílias voltassem a ocupar o imóvel (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2011). A PBH tinha a intenção de demolir os prédios, mas em 2011 a torre onde ocorreu o incêndio foi leiloada por R\$2,6 milhões e os moradores da outra torre foram notificados sobre a interdição do prédio por não atender aos requisitos mínimos de segurança contra incêndio e pânico (TICLE, 2016). Durante as tentativas de leiloar o primeiro prédio, foi necessário

um esquema especial de segurança, tendo em vista a presença de manifestantes representando os moradores que ocupavam o prédio inacabado e os compradores que tiveram prejuízo com a compra dos imóveis ainda na planta. Ambos os grupos se manifestaram contra a realização do leilão e reivindicavam a posse dos apartamentos (FIGURA 11 e FIGURA 12) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2011).

O local também passava por diversos conflitos, pois alguns ocupantes consideravam que as políticas de assistência à moradia eram insuficientes. Com a desocupação dos prédios, a imprensa divulgou que as famílias poderiam ser atendidas por programas de reassentamento, promovidos pela PBH, entretanto, não foi possível verificar quantas famílias de fato foram realocadas, embora segundo o Jornal Estado de Minas, todas estivessem cadastradas no programa. Foi divulgado então um projeto que previa a implantação de um complexo comercial hoteleiro estimado em R\$1 bilhão, que abrangeria a antigo residencial e a construção da maior torre as América Latina (TICLE, 2016) como será melhor discutido na seção seguinte.



FIGURA 11: Vista panorâmica das “Torres Gêmeas” do bairro Santa Tereza antes de recomeçadas as novas obras após desocupação e leilão dos prédios.

Fonte: TICLE, 2016.



FIGURA 12: Vista das “Torres Gêmeas” do bairro Santa Tereza após retomada das obras, que estavam previstas para terminarem em 2019.

Fonte: Revista Encontro. Disponível em: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2017/04/torres-gemeas-do-santa-tereza-finalmente-serao-terminadas.html>

O título desse capítulo “A novela das ‘Torres Gêmeas’”, explica-se pela forma como o conflito presente nas “Torres Gêmeas” foi tratado por uma reportagem do portal Santa Tereza Tem. É importante destacar o leve tom pejorativo que a matéria traz, no sentido de entender o conflito e a ocupação dos edifícios, mais como uma situação incômoda que deve ser solucionada o mais rápido possível e não como um enorme problema de habitação urbana e de intensa desigualdade social, que assola a maioria das cidades do Brasil e do mundo (SANTA TEREZA TEM, 2013b).

Parece que agora a novela das torres gêmeas em Santa Tereza começa a chegar ao seu final, depois de 17 anos, quando começou a invasão por centenas de sem-teto dos apartamentos inacabados devido à falência da construtora. [...] Os vizinhos das torres gêmeas, que sofreram uma série de problemas, como o acúmulo de lixo, invasão de ratos e baratas, o aumento da violência, insegurança até a convivência com o tráfico de drogas na região, agora parece que podem respirar aliviados. Resta saber o que será feito delas, pois há muita especulação sobre o assunto. Será mesmo o fim da novela ou o começo de outra? (SANTA TEREZA TEM, 2013b).

Demais reportagens também trazem essa problematização. Em uma delas a chamada da matéria destaca a comemoração de vizinhos próximos, após a remoção da última família que

ocupava um dos imóveis e em outras as torres são chamadas de “elefantes brancos”³, no sentido de serem obras sem utilidade, mas que na verdade serviam de abrigo para centenas de famílias durante os vários anos de ocupação, embora em condições precárias (ESTADO DE MINAS, 2012; SANTA TEREZA TEM, 2017a). Tais fatos revelam também a necessidade de maiores discursões a respeito do direito social da propriedade, enquanto direito coletivo da sociedade diante da ocupação de imóveis subutilizados ou inutilizados e que constantemente são alvos de desocupação e reintegração de posse, após serem ocupados por famílias que buscam por seus direitos básicos e que não possuem locais dignos de moradia.

Nesse sentido, nota-se claramente que houve um movimento de rejeição a esse grupo de sem-teto que ocuparam as torres gêmeas e que pode, inclusive, estar relacionado à uma tentativa de manutenção de valores por parte dos sujeitos que compõem esses grupos ou até mesmo dos integrantes do próprio site de notícias Santa Tereza Tem. Durante entrevista realizada, a liderança da Vila Dias relatou que realmente a violência e o tráfico de drogas aumentaram muito na área, após a ocupação das Torres Gêmeas. Informou ainda que realizava diversas atividades e tratativas com os moradores das torres, visando amenizar os conflitos e reduzir o índice de roubos e tráfico e uso de drogas na comunidade. Dentre essas ações eram realizadas atividades sociais junto à Pastoral da Terra, visitas aos moradores, inclusive em alguns casos com a presença da polícia militar, para realização de trabalhos sociais, aulas de futebol com as crianças e jovens da comunidade, ministradas pela própria liderança, apoio às famílias em outras necessidades, como distribuição de alimentos, dentre outras ações.

Diante do exposto acima nota-se, portanto, que a presença das “Torres Gêmeas” e sua ocupação, após terem sido abandonadas pelas construtoras, trouxeram um certo desconforto e clima de insegurança e violência para a região, o que possivelmente pode ter acarretado uma menor

³ O termo, de acordo com o professor Ari Riboldi, no seu livro “O Bode Expiatório”, teve origem em um costume do antigo Reino de Sião, atual Tailândia, onde o elefante branco, um animal raríssimo e considerado sagrado, deveria ser dado de presente ao Rei, assim que fosse encontrado. Como sinal de bênção, o rei também oferecia um elefante branco a algumas famílias, sendo que o presente não podia ser recusado por se tratar de um ser sagrado e por ser uma honra receber tal presente do rei. Contudo, como as despesas para a manutenção do elefante eram extremamente elevadas, esse presente transformava-se num grande incômodo, do qual não se podiam livrar, além de não gerar nenhum retorno ou utilidade prática. Nesse sentido, a expressão também pode ser usada de forma crítica e irônica para indicar alguma coisa que é valiosa e dispendiosa, mas que não possui qualquer utilidade, transformando-se em algo incômodo, como no caso das Torres Gêmeas do Santa Tereza, que se encontram abandonadas ainda hoje.

valorização e elitização do local, como claramente ocorreu e ainda ocorre em outras partes do bairro. Também a presença da Vila Dias, local onde estão localizadas as torres, pode ter auxiliado nesse cenário, tendo em vista que a região permaneceu com menor infraestrutura e acesso a serviços públicos, em relação ao restante do bairro e como área de moradias de baixa renda. Mesmo estando tão próxima a áreas nobres da cidade, tal contexto pode ter impactado na valorização e desenvolvimento do local, principalmente devido à falta de interesse de investimentos e apoio por parte do poder público por ser uma área não regularizada pela prefeitura.

Nesse sentido e como discutido por Tuan (1983), o espaço se torna lugar quando é inteiramente familiar, sendo que, nas relações entre espaço e lugar esses dois significados frequentemente se fundem, de forma que, o espaço se torna lugar quando o dotamos de valor e o conhecemos. Acontecimentos simples, memórias e lembranças podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar, transformando-o em um lugar íntimo (TUAN, 1983). As pessoas investem parte da sua vida emocional no seu lar e no seu bairro e por esse motivo quando são retiradas daquele local ou despejadas por algum motivo, passam a se sentir desprotegidos devido à ausência de familiaridade com o novo local. Por esse motivo, muitas pessoas, principalmente idosos, resistem em abandonar seu velho bairro para se mudar para outro mais novo. Nesse sentido, a consciência do passado se torna um fator importantíssimo quando o assunto é o amor pelo lugar (TUAN, 1980).

No caso do bairro Santa Tereza observa-se, diante do histórico apresentado, que os moradores possuem maior reconhecimento com os lugares mais comuns ou mais frequentados, como a Praça Duque de Caxias, a Igreja Matriz e o Clube da Esquina, por exemplo, que além de serem símbolos do bairro, trazem uma grande familiaridade e afeição com o lugar. Existem ainda um reconhecimento relativo às peculiaridades e características presentes no bairro, principalmente no que diz respeito aos aspectos culturais, boêmios e os ares interioranos e de tranquilidade do bairro, que são reconhecidos, não só fora de Santa Tereza, como também pelos seus próprios moradores, como pode ser identificado no trecho abaixo, retirado de uma das entrevistas realizadas. Entretanto, vale destacar que durante as entrevistas também foram ressaltados aspectos negativos e conflitos presentes no bairro, demonstrando que Santa Tereza possui ainda outras realidades e contradições além das características comumente reconhecidas.

[...] o grande fruto dessa primeira mobilização (do MSST) foi a ADE de Santa Tereza, que preserva até hoje boa parte do bairro e a questão da comunidade de Santa Tereza que é um bairro mais voltado para moradia e um bairro patrimônio da cidade e tem todo seu estilo de vida, então quer dizer, protegendo contra a especulação imobiliária principalmente, porque a gente sabe da proximidade com o centro e dos estragos que a gentrificação faz em comunidades antigas como Santa Tereza. Tem famílias aqui há mais de 100 anos. Então esses imóveis têm um valor alto [...] então a especulação imobiliária corre muito em cima disso, então houve uma edição do Santa Tereza (do MSST) que tenta preservar o bairro com essas características mais tradicionais, por ser um bairro mais residencial, mais interiorano, inclusive isso é que atrai as pessoas. Por exemplo, eu sou do interior e eu vim para Belo Horizonte e escolhi Santa Tereza primeiro pela proximidade com meu trabalho [...], mas também pela tranquilidade, pelo lugar, da gente se sentir em casa como se tivesse no interior. Inclusive com todas as coisas boas e ruins do interior. Tem muita picuinha, tem muita fofoca... O Santa Tereza tem uma coisa que sempre me chamou muita atenção que é a questão da boêmia, da vida noturna e também essa diversidade [...]. (Entrevista com Jorge, novembro de 2021).

Entretanto, durante as entrevistas, observou-se também que tanto os moradores das vilas, quanto os moradores do quilombo também possuem esse mesmo sentimento de reconhecimento, pertencimento e amor pelo lugar, descrito por Tuan (1983), apesar de experimentarem outras realidades presentes dentro do bairro. Seria, portanto, a compreensão de que existem várias “Santas Terezas” dentro de uma mesma. Desta forma, apesar de conviverem com certos problemas, como ausência de infraestrutura, apoio político, invisibilidade, preconceito e ameaças de despejo, como no caso do quilombo, ainda assim, não gostariam de deixar seus locais de moradia e se mudarem para outras áreas da cidade.

Só da gente morar perto de uma área hospitalar, dois quartéis perto de nós, um shopping na frente, uma estação do metrô aqui, ônibus pra lá e pra cá... Aí você pega uma pessoa que mora lá em Neves, nossa... eu vou te falar, ali no Granja de Freitas, aquele lugar ali, depois de 6 horas você não vê mais ninguém na rua não, então é complicado. Minha esposa fica invocada comigo porque eu não gosto nem de sair daqui. Eu vivo 24 horas na vila, há 60 anos. E vou te falar, eu não saio da vila para ir para outra vila não. (Entrevista com Dias, dezembro de 2021).

[...] eu falo que em momento algum, nós tivemos ou temos a pretensão de sair daqui. Tirar a gente daqui é como se tivesse arrancado toda nossa memória, toda a nossa história com o lugar. Aqui o nosso interesse nunca foi imobiliário, a gente sofreu muito pela especulação imobiliária, mas o nosso interesse não, nosso interesse é de manter a terra, de manter o nosso espaço, preservando, né? Um pouco que na realidade nós perdemos muita área, tem pouco tempo que nós perdemos uma parte, onde foi construído um prédio que mantém o mesmo número da casa do meu tio. [...] quilombo, se eles puderem eles jogam a gente o mais rápido para fora, né? Então, o que eu sempre falo é que eu faço parte de Santa

Tereza e Santa Tereza faz parte de mim. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

A percepção dos problemas enfrentados por essas distintas realidades presentes no Santa Tereza, como preconceito e invisibilidade, também pode ser corroborada através de algumas falas e atitudes dos próprios moradores, como, por exemplo, a separação simbólica entre a “parte alta” e “parte baixa” do bairro, representando principalmente a diferenciação socioeconômica dos moradores, como será melhor descrito posteriormente; as notícias e relatos de violência e tráfico de drogas na região das vilas, principalmente durante a ocupação das Torres Gêmeas, que provoca, em alguns moradores, a sensação de insegurança ao frequentar tais locais por não (re)conhecerem ou se identificarem com os mesmos; e também a clara separação social e cultural, que pode promover uma intimidação ou sensação de desconforto por parte dos moradores da “parte baixa” do bairro, ao frequentar os estabelecimentos e áreas da “parte alta” do bairro.

Essas relações e hierarquias de valores também podem ser percebidas através das localizações das residências. Nesse sentido, a população mais rica não somente possui mais bens materiais como também tendem a dominar maior espaço visual. Tal *status* social se torna evidente através da localização superior de suas residências, reafirmando sua posição na sociedade e “tendo o mundo aos seus pés” (TUAN, 1983). No caso do Santa Tereza, apesar de não haver grandes edifícios que enfatizariam essa distinção nota-se, novamente, uma diferenciação clara quando os próprios moradores do bairro distinguem a parte “alta” e “baixa” do bairro, relacionando estas, não apenas à uma diferença topográfica e de altimetria em relação à áreas ao redor, mas também a uma diferenciação socioeconômica existente entre as duas regiões do bairro, onde na parte “baixa” habitam as pessoas com situação socioeconômica mais desfavorecida e na parte “alta” a “elite” ou classe média do bairro.

4.1.2. A Operação Urbana Consorciada Nova BH

Como citado anteriormente, após a conquista da criação da ADE de Santa Tereza em 1996, o movimento se dispersou durante 17 anos voltando a se reunir apenas em 2013, diante das ameaças previstas pelo projeto Operação Urbana Consorciada (OUC) Nova BH.

As OUC são instrumentos previsto no Estatuto da Cidade pela Lei Federal 10.257/2001 e constituem a principal base de reformulação do “desenvolvimento” na cidade, dando origem à

OUC Nova BH. Essa operação previa um conjunto de medidas e intervenções urbanísticas, coordenadas pelo município, com o objetivo de produzir melhorias sociais e valorização ambiental em 58 bairros, representando aproximadamente 7% (cerca de 25km²) do território do município e afetaria diretamente 170 mil pessoas e uma parte considerável do bairro Santa Tereza (BRASIL, 2001; CARNEIRO; VALADÃO, 2016; INDISCIPLINAR, 2013; MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014). A OUC Nova BH também ampliaria ações menores que já haviam sido efetuadas, em escalas mais pontuais e reduzidas, através das Parcerias Público-Privadas (PPP's) e de Operações Urbanas Simplificadas (CARNEIRO; VALADÃO, 2016).

O megaempreendimento previa a construção de uma torre de 85 andares e 350 metros de altura, considerado o maior prédio da América Latina, na porção sul do bairro, próximo às Vilas Dias e São Vicente. O projeto contava ainda com a construção de uma arena multiuso para 40 mil pessoas ao longo do Boulevard Arrudas, abrangendo o terreno da Vila Dias e o campo de futebol da comunidade, além das “Torres Gêmeas”, que seriam transformadas em dois hotéis de luxo (CARNEIRO; VALADÃO, 2016; ESTADO DE MINAS, 2012; SANTA TEREZA TEM, 2013a). O projeto denominado “Complexo Andradas” seria instalado em uma área conhecida como “Chapéu de Napoleão”, próximo à rua Conselheiro Rocha e é de autoria do arquiteto Bernardo Farkasvölgyi, sendo que a construção ficaria a cargo da PHV Engenharia (FIGURA 13 e FIGURA 14) (SANTA TEREZA TEM, 2013a).



FIGURA 13: Vista panorâmica do projeto “Complexo Andradas” na área conhecida como “Chapéu de Napoleão”, que previa a construção de uma torre de 85 andares, uma arena multiuso e dois hotéis de luxo.

Fonte: Indisciplinar - Grupo de Pesquisa CNPQ da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG



FIGURA 14: Vista de cima da área que seria ocupada pelo projeto “Complexo Andradas” (em laranja). Destaque para a área da Vila Dias (demarcada em azul) que teria que ser desocupada.

Fonte: Indisciplinar - Grupo de Pesquisa CNPQ da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG

O portal Santa Tereza Tem ressaltou que, devido à magnitude do projeto, todos os moradores do bairro seriam afetados, principalmente os residentes na Vila Dias que teriam que ser desapropriados. Além disso, o projeto teria grande impacto não só na ADE Santa Tereza, mas também no trânsito local e no sistema de esgotamento sanitário do bairro que é antigo e não foi projetado para um projeto desse porte, sem contar outros prejuízos. O portal também argumentou que se caso o projeto saísse do papel isso poderia abrir brechas para a derrubada da ADE e espaço para que outros empreendimentos do tipo sejam instalados na região, trazendo com eles muitos outros problemas (SANTA TEREZA TEM, 2013a).

Porém, o projeto que previa a participação dos moradores, usuários e investidores privados, foi elaborado praticamente às escondidas com tentativa de aprovação imediata pela PBH no final de 2013. Desta forma, não contou com a participação da população, sendo produzido apenas através da parceria da PBH com o setor imobiliário e sua primeira apresentação pública, que deveria ocorrer de forma aberta, foi realizada apenas com a presença de grandes investidores imobiliários, que participaram de um seminário realizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários. Nesse sentido a prefeitura pretendia transferir para o setor privado a gestão da área delimitada no projeto e o direito de construir e desapropriar imóveis, demonstrando extrema falta

de compromisso com a população e seus verdadeiros interesses e demandas. Além disso, criaria problemas e prejuízos para a população ao entregar os espaços urbanos ao setor imobiliário com a “promessa” de desenvolvimento econômico (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014).

Posteriormente a PHV divulgou em 2016 um novo projeto para o mesmo local onde tentaram construir a torre mais alta da América Latina. Desta vez, a empresa buscava aprovação de uma outra modalidade de PPP através de uma Operação Urbana Simplificada (OUS) (INDISCIPLINAR, 2013; SANTA TEREZA TEM, 2016a).



FIGURA 15: Comparação do antes e depois do projeto “Praça da Cidade” da construtora PHV, divulgado em 2016 e que previa a construção de três torres de 23 andares cada e 80 metros de altura.

Fonte: Indisciplinar - Grupo de Pesquisa CNPQ da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG

O projeto seria implantado na Rua Conselheiro Rocha, onde fica a antiga Fábrica de Pregos São Lucas e previa a construção de três torres de 23 andares e 80 metros cada, o que poderia afetar um dos itens do dossiê de proteção do bairro, que determina que nenhuma construção poderá tampar a visada da Serra do Curral que se tem do Santa Tereza (FIGURA 15) (SANTA TEREZA TEM, 2016a, 2017b). Desta foram, o novo projeto, denominado “Praça da Cidade”, previa uma

reformulação do projeto “Complexo Andradas”, gerando novamente grande polêmica entre a comunidade do bairro e foi criticado pelos movimentos locais e grupos de pesquisa atuantes no local (INDISCIPLINAR, 2013).

Já um ano depois, em 2017, o projeto é novamente reformulado. As três torres projetadas inicialmente são convertidas em duas de 20 andares cada (FIGURA 16) e o projeto previa ainda a construção de um viaduto, andares de estacionamento e lojas sob as torres e a execução do Plano Global Específico (PGE) da Vila Dias, que será melhor discutido posteriormente. O novo projeto assim como os demais, vai contra as diretrizes de proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza e as diretrizes de tombamento da Serra do Curral e diante dessa nova ameaça para o bairro, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG formulou uma cartilha sobre o projeto, visando informar a população sobre os riscos que o mega empreendimento poderia trazer (FIGURA 17) (INDISCIPLINAR, 2013; SANTA TEREZA TEM, 2017c).



FIGURA 16: Reformulação do projeto “Praça da Cidade”, divulgado em 2017.
Fonte: Indisciplinar - Grupo de Pesquisa CNPQ da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG

Entretanto, mesmo após diversas tentativas de readequação e mudanças no projeto o mesmo não conseguiu ser aprovado, principalmente devido à intensa e eficaz mobilização social presente no bairro, que inclusive criou uma marchinha de carnaval criticando o empreendimento e argumentando que Santa Tereza não era Dubai, em uma clara alusão aos megaempreendimentos que se tornaram cada vez mais comuns nessa região do oriente médio (SANTA TEREZA TEM, 2013c, 2016a, 2017d).



FIGURA 17: Cartilha elaborada pelo Indisciplinar alertando sobre os riscos do projeto “Praça da Cidade” para o bairro Santa Tereza.

Fonte: Indisciplinar - Grupo de Pesquisa CNPQ da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG.

Nesse sentido o ex-vereador Pedro Patrus que é morador e defensor do bairro, em entrevista ao portal Santa Tereza Tem, destaca as tentativas de flexibilização da ADE Santa Tereza e as investidas para implantação de megaprojetos na área onde está localizada a Vila Dias, as “Torres Gêmeas” e a tradicional “fábrica de pregos”, considerada como “setor predominantemente não residencial”, afirmando que tais projetos poderiam trazer ainda mais problemas para o bairro e alertando a população para que tais mudanças não consigam ser aprovadas (SANTA TEREZA TEM, 2019a).

Tais projetos tentam trazer também uma certa “ambientalização” nos debates no campo das políticas públicas e a inserção do discurso ambiental nas questões urbanas, como discutido por Acselrad (1999). Nesse sentido o conceito de sustentabilidade urbana é incorporado também a algumas estratégias de implementação da metáfora cidade-empresa, que projeta nas “cidades sustentáveis” esse discurso ambiental, como forma de atrair maiores investimentos e maior aceitação (ACSELRAD, 1999).

No caso específico do bairro Santa Tereza, essa estratégia pode ser observada nos projetos apresentados acima e que tentam incorporar elementos e até mesmo nomes relacionados a essa vertente ambiental e sustentável. Como por exemplo no caso do projeto “Praça da Cidade” que previa a criação de praças e jardins no entorno e nas varandas dos edifícios. Entretanto esses locais serviriam apenas para o uso restrito daqueles que frequentam o local, sinalizando, desta forma, o

uso inadequado do termo praça, que pressupõe, antes de mais nada o acesso democrático e coletivo do local (SANTA TEREZA TEM, 2017c).

Da mesma forma o “Complexo Andradas” previa a possibilidade de transformar 90% da área privada do projeto em uma praça pública, visando privilegiar conceitos de sustentabilidade e gentileza urbana, além de ser uma área de contemplação e paisagismo, servindo ainda de ligação entre o metrô, o bairro Santa Tereza e o entorno do Boulevard Shopping. Segundo o arquiteto responsável essa contribuição, a vinda da iniciativa privada, seria muito mais relevante que a altura da torre (HOJE EM DIA, 2015). Desta forma e tendo em vista esses dois exemplos, nota-se de fato essa tentativa de inserção de supostos conceitos ambientais e sustentáveis no contexto urbano, relatada por Acselrad (1999), com forma de criar uma maior aceitação e atratividade para os projetos.

Posteriormente as discussões e mobilização dos moradores junto ao Salve Santa Tereza também se acirram com a possibilidade de seção do Mercado Distrital de Santa Tereza para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), como será abordado na seção seguinte.

4.1.3. O conflito envolvendo o Mercado Distrital de Santa Tereza e a FIEMG

O Mercado Distrital de Santa Tereza foi inaugurado em 18 de junho de 1974, com 99 boxes e tinha como objetivo o desenvolvimento de atividades econômicas. Entre as décadas de 1970 e 1980, as atividades no mercado eram intensas e ele possuía cerca de 80 comerciantes, entretanto no fim da década de 1990 entrou em declínio com fechamento de muitos boxes, até que em 2007 restavam poucos feirantes. Sua decadência era visível e seu amplo espaço se encontrava subutilizado e no dia 05 de julho de 2007 a Prefeitura de Belo Horizonte, decidiu pelo fechamento e desocupação do imóvel, o que gerou uma série de mobilizações no bairro contra a execução da medida. A questão é que essa decadência do mercado era inexplicável, pois se tratava de um ponto comercial estratégico e há relatos de que havia constantes mobilizações de comerciantes interessados em ocupar os boxes vazios, porém a PBH permaneceu sem abrir novas licitações por cerca de 6 anos, o que poderia explicar, ao menos em parte, a situação de abandono do local, até ser fechado em 2007 (ARAUJO, 2008; ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012).

Após a desocupação a intenção da prefeitura era transformar o mercado na sede da Guarda Municipal. Porém, devido a intensos protestos e pedidos para reabilitação e tombamento do Mercado Distrital, a PBH voltou atrás na sua decisão (ARAUJO, 2008; ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012; TICLE, 2016). Essa vitória foi possível a partir da ação da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST) junto ao Ministério Público Estadual, que comprovou que a instalação da Guarda Municipal no mercado feria a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Plano Diretor de 1996, sendo necessário observar também a Lei da ADE de Santa Tereza que determina quais atividades podem se instalar no bairro antes de propor qualquer novo projeto (ARAUJO, 2008; ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012).

Posteriormente a ACBST coordenou a realização de um plebiscito popular para identificar o desejo da população quanto ao futuro do Mercado Distrital. A votação ocorreu no dia 19 de agosto de 2007 e de um total de 1.545 votos, 1.412 (90,3%) votaram pela revitalização e manutenção do local como espaço comunitário. Embora sem validade legal, o resultado foi apresentado ao poder público e a PBH decidiu retirar a proposta de mudança da Guarda Municipal, reconhecendo a legitimidade da manifestação e ressaltou que estabeleceria diálogos com a população sobre o destino do espaço. Com o parecer favorável da PBH em atender à reivindicação da comunidade, a ACBST juntamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (IBDS), prepararam uma proposta de reabilitação do mercado que visava a manutenção e introdução de novos usos compatíveis para o espaço, que garantiriam a reaproximação da comunidade local e promovendo e incentivando atividades e produções culturais de diversos tipos no bairro (ARAUJO, 2008; ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012). Porém essa proposta de reabilitação não chegou a sair do papel e posteriormente houve uma tentativa de ocupação do local pela FIEMG.

A proposta de seção do mercado para a FIEMG seria realizada através de uma Parceria Público-Privada da PPP entre o Poder Público e a empresa, visando transformar o mercado em uma escola automotiva e tal proposta foi considerada como uma tentativa de privatização do espaço público (CARNEIRO; VALADÃO, 2016; TICLE, 2014). A escola profissionalizante automotiva atenderia a Fiat Automóveis e previa receber quatro mil e quinhentos alunos por ano, o que provavelmente acarretaria alterações no bairro, como o alargamento de vias e a modificação do uso majoritariamente residencial, além de transformar o bairro em um local de passagem,

enfraquecendo suas características tradicionais (CARNEIRO; VALADÃO, 2016; SANTA TEREZA TEM, 2019c; TICLE, 2014).

Posteriormente a flexibilização da ADE, durante a assembleia do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR) em agosto de 2013 provocou ainda mais insatisfação por parte dos moradores e culminou na consolidação e ampliação do MSST. Desta forma, para viabilizar a implantação da escola da FIEMG, o COMPUR alterou o uso da quadra onde fica localizado o mercado, apesar do voto contrário de alguns conselheiros, permitindo que a ocupação por escolas dentro da ADE passasse de 400m², para 6 mil m², que seria a área ocupada pela escola automotiva (CARNEIRO; VALADÃO, 2016; ESTADO DE MINAS, 2013; MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014).

Ressalta-se também que o projeto da FIEMG violava os processos de participação popular, tendo em vista que os moradores afirmam que não foram consultados sobre a proposta, negociada de maneira não transparente (BARROS, 2016; ESTADO DE MINAS, 2013; MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014). Desta forma, a ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza se configurou como a principal pauta de discussão e atuação do MSST, dando início a uma série de ações visando criar formas participativas de atuação (CARNEIRO; VALADÃO, 2016).

Diante deste cenário, a Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça Habitação e Urbanismo do Ministério Público Federal, emitiu parecer afirmando que a ocupação do mercado pela FIEMG era ilegal e feria a legislação vigente, que visa a preservação da essência e vocação do bairro (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014). Por fim, após diversas mobilizações contrárias e ações lideradas pelo MSST e pela ACBST, a FIEMG, que já havia assumido o compromisso de só investir na construção se tivesse o aval da comunidade do bairro, desistiu do empreendimento (ESTADO DE MINAS, 2015; SANTA TEREZA TEM, 2020b). Após diversas outras mobilizações têm início também o processo de tombamento do mercado que foi aprovado em 2015 pela Diretoria de Patrimônio Histórico (SANTA TEREZA TEM, 2019c, 2020b).

Posteriormente, em 2016, o Coletivo Mercado Verde + Vivo, integrado por artesões e representantes da agroecologia e da economia solidária, se uniu a ACBST e iniciou a elaboração e um projeto de ocupação para o local, levando em consideração as demandas dos moradores. O projeto foi apresentado ao prefeito Kalil no início de seu mandato, que se dispôs a ceder o mercado

desde que uma proposta de viabilidade econômica fosse apresentada dentro de um ano. O projeto foi então montado em parceria com o SEBRAE e previa ocupar o espaço com barracas de produtos agroecológicos e da agricultura familiar, pequenas oficinas profissionalizantes, artesanato, atividades culturais e espaços para convivência e o uso da comunidade (SANTA TEREZA TEM, 2019c, 2020b).

Com o projeto pronto o Coletivo Mercado Verde + Vivo tentou apresentar novamente a proposta ao prefeito, porém foi informado que ele não poderia atender à demanda pois abriria licitação para privatização de todos os mercados distritais da cidade e criação do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Assim, em 14 de novembro de 2019, é votado e aprovado o PL 747/2019, pela Câmara Municipal (SANTA TEREZA TEM, 2019c, 2020b). A licitação tem como base a Lei 11.219/2020 que autoriza a concessão dos Mercados Municipais da cidade, ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. O primeiro edital inclui a Feira Coberta do Padre Eustáquio e o Mercado de Santa Tereza e os grupos econômicos e empresários interessados teriam até 31 de março de 2020 para apresentar propostas (SANTA TEREZA TEM, 2020b). Agora resta à comunidade aguardar a decisão, que já perpassou por idas e vindas relativas à participação da comunidade, que espera que o projeto vencedor da licitação respeite as características do bairro e os interesses dos moradores (SANTA TEREZA TEM, 2019c).

Assim, diante do histórico apresentado, pode-se dizer que foram diversos os movimentos de resistência e as lutas travadas pelo MSST e pela ACBST, diante desses projetos. Observa-se, portanto, que o MSST luta principalmente pelo direito da comunidade, ou ao menos parte dela, em participar das decisões que envolvem o destino e as mudanças promovidas no bairro, impedindo que a cidade seja tratada como mercadoria, tanto pela especulação imobiliária quanto pelo setor público, que diversas vezes já tentou aprovar projetos na região sem consulta pública e de forma ilegal. Nesse sentido, a intenção do movimento é informar a população e buscar maior apoio e participação, visando a preservação do bairro (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014).

O MSST objetiva também a manutenção da qualidade de vida e da sociabilidade do bairro, através da luta pela proteção do seu patrimônio cultural, histórico e paisagístico e defende a cidadania e a participação democrática igualitária, servindo de referência para outros movimentos na cidade (ALMEIDA et al., 2015). O movimento é aberto à participação de todos que se

interessarem, é horizontal e não tem vínculos partidários, apesar de receber o apoio de alguns vereadores que simpatizam com a causa, além disso, considera que a participação democrática da população constitui um fator essencial para assegurar a qualidade de vida dos moradores (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014).

Importante destacar também que a coesão da parcela dos moradores que participam do Movimento Salve Santa Tereza e da Associação de Moradores, torno de um objetivo comum, foi fundamental para a preservação do Santa Tereza e foi a partir desse momento que a comunidade se reconheceu como um grupo que possui objetivos, vivências, tradições e valores em comum. Assim, o que era antes uma apreensão subjetiva sobre um conjunto de valores e referências culturais, ganha uma identidade fortemente compartilhada e uma sistematização através do discurso midiático e do MSST, que pressionou para que a ADE fosse aprovada pelo Poder Público (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011). A capacidade dos moradores de se organizarem em associações comunitárias e movimentos sociais também evidencia que a comunidade se mantém unida o bastante para conseguir iniciar um diálogo e organizar suas demandas coletivas. Percebe-se nesse sentido de fato uma convivência mais próxima e íntima que facilita as negociações em torno do bem comum, embora não esteja isenta de dissensos e disputas (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011).

Entretanto, embora essas práticas e conquistas sejam recorrentes na região, como demonstrado, aparentemente as vilas presentes no bairro não se encontram inseridas nessa mesma lógica, pelo contrário, parece haver um distanciamento e uma segregação tanto nas relações com a “parte alta” do bairro, quanto no que diz respeito às demandas dos moradores e visibilidade junto ao poder público e à sociedade. Tal observação pode ser corroborada pelo fato de que as vilas raramente são citadas em trabalhos acadêmicos ou mesmo nos comunicados e reuniões divulgados pelos movimentos que atuam no bairro. Ou quando o são trazem apenas vagas informações, caracterizando-as como locais de moradia de baixa renda, servindo apenas para contextualizar o cenário descrito ou impedir ameaças de alterações no bairro, trazendo uma clara percepção de exclusão e segregação das demandas existentes na parte “baixa” do bairro. Tais questões serão melhor abordadas nas demais seções. Desta forma, nesse primeiro momento, buscou-se realizar uma contextualização do bairro desde sua criação, visando entender melhor suas dinâmicas e características históricas e culturais para posteriormente tentar conhecer e compreender as diversas outras nuances presentes no Santa Tereza e que serão tratadas posteriormente.

5. OS SIGNOS COMUNS E DISTINTOS: A PERSPECTIVA DO LUGAR DOS SUJEITOS

Como mencionado na introdução, buscou-se realizar, diante dos objetivos da pesquisa, entrevistas com atores relacionados a temática do estudo, sendo eles, lideranças locais, representantes de movimentos sociais, moradores e representantes do poder público. Como já descrito, a coleta de dados e todos os objetivos, tanto geral como específicos, contarão também com análise documental e pesquisas bibliográficas incluindo, artigos e trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, notícias, reportagens, entrevistas e relatos anteriores, já documentados, dentre outras fontes.

Para atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa que busca analisar os contrastes socioeconômicos e culturais presentes no bairro Santa Tereza, principalmente relacionados a presença de vilas e descendentes de quilombolas no bairro, as entrevistas e conversas foram realizadas com moradores e representantes das Vilas Dias e São Vicente e com uma liderança do Quilombo Souza. As entrevistas com esses atores se mostram pertinentes pelo fato de eles serem os atores chaves diretamente relacionados a esse objetivo e se inserirem nessa realidade socioeconômica e cultural diferenciada presente no bairro. Abaixo, encontra-se a análise detalhada desses sujeitos de pesquisa entrevistados:

- Representante da Vila Dias, que chamamos aqui com o nome fictício “Dias”: Nascido na vila e neto de um dos ocupantes mais antigos do local. Mora na vila há aproximadamente 60 anos e relatou que desenvolve, desde cerca de 2008, diversas atividades de apoio e recreação juntos à comunidade e conhece de perto as demandas e problemas da vila.
- Representante das Vilas Dias e São Vicente (a partir daqui identificado como “Vicente”): Reside há aproximadamente 25 anos na Vila Dias. Concorreu no final de 2021, à presidência da Associação de Moradores do bairro e já havia se candidatado na eleição anterior, quatro anos atrás. Relatou estar envolvido diretamente com todas as ações sociais desenvolvidas nas vilas.
- Liderança do Quilombo Souza (denominada “Souza”): Nascida e criada no bairro e bisneta dos primeiros ocupantes de parte do terreno que hoje abriga o Quilombo Souza. Relatou que seus bisavôs chegaram em Belo Horizonte em 1910 e se

instalaram em Santa Tereza. Conhece e vivenciou de perto todo o processo de despejo e luta pelo território da família e posterior reconhecimento, registro e tombamento, como Patrimônio Cultural Imaterial, do quilombo.

Estava prevista a realização de uma entrevista também com o Grupo de Apoio Social Solidariedade (GASS), que atende crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade. Entretanto, tentou-se obter contato por diversas vezes com o grupo, ou algum de seus representantes, através de redes sociais, aplicativos de mensagens, telefone pessoalmente, porém, sem sucesso. Em uma dessas tentativas as mensagens enviadas foram respondidas e a representante do GASS informou que entraria em contato novamente para agendar uma data, mas posteriormente não se obteve mais resposta. Ressalta-se que a entrevista com o GASS visava principalmente a obtenção de informações a respeito das principais demandas e vulnerabilidades enfrentadas pelos moradores das vilas, sobretudo entre as crianças e jovens que o grupo atende.

Buscando alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa que visa avaliar se essa parcela da população, socioeconômica e cultural diferenciada, dialoga e é reconhecida e acolhida pelos demais moradores e movimentos sociais existentes no bairro foi preciso, além das entrevistas com os sujeitos de pesquisa citados no primeiro objetivo, conversar também com participantes dos movimentos sociais presentes no bairro, como a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST) e o Movimento Salve Santa Tereza (MSST). As entrevistas com estes demais atores também se justificam pelo fato de eles serem os atores chaves, diretamente relacionados a esse objetivo e por serem fundamentais para avaliar em que medida se dá a relação com as vilas e o quilombo presentes no bairro identificando, se há ou não, um processo de diálogo e acolhimento dessas comunidades pelo restante do bairro. Abaixo, encontra-se a análise detalhada desses sujeitos de pesquisa entrevistados:

- Ex-presidente da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza – ACBST (para fins de identificação no texto, denominado “Paulo”): Atuou como presidente da associação por dois mandatos seguidos, até o final de 2021. Anterior a isso já esteve envolvido nas ações do Movimento Salve Santa Tereza na luta contra a verticalização e alteração das características socioculturais do bairro. É filho de um dos precursores do MSST e, devido a sua atuação junto à associação e ao MSST,

conhece de perto a realidade do bairro. Possui ainda uma dissertação sobre o MSST, que inclusive é citada por diversas vezes ao longo deste estudo.

- Integrante do Movimento Salve Santa Tereza – MSST (nome fictício: “Jorge”): Veio do interior do estado de Minas Gerais e mora em Santa Tereza há aproximadamente 22 anos. Começou a participar do MSST por volta de 2013 e até hoje integra o movimento que, segundo ele, se encontra de certa forma desmobilizado no momento, mas que está sempre atento à movimentação e acontecimentos do bairro. Também conhece de perto a realidade do bairro, por já residir há mais de 20 anos no local e por atuar junto ao MSST há quase 10 anos.

Para atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa, que busca identificar quais são as principais reivindicações e demandas das vilas e do quilombo, e em que medida elas encontram maiores ou menores entraves para sua consolidação junto aos órgãos públicos, em relação aos demais movimentos de resistência do bairro, foram entrevistados sobre esse assunto todos os atores citados anteriormente. Ressalta-se ainda que tentou-se obter contato com representantes do poder público, entretanto não foram obtidas respostas. As entrevistas com estes atores podem ser justificadas por estes serem atores chaves, diretamente relacionados a esse objetivo e por serem fundamentais para avaliar como o poder público vem lidando com as demandas e reivindicações dessas comunidades.

A análise dos dados coletados foi conduzida de forma estritamente qualitativa e realizada através da análise do conteúdo do discurso dos entrevistados. Foram consideradas também, durante a análise, as notas de campo e as percepções obtidas através das falas dos entrevistados.

Como ressaltado anteriormente, a coleta e análise dos resultados foi realizada através de revisão bibliográfica e documental, como pontos de reflexão e visando dar suporte à posteriores discussões advindas das entrevistas realizadas com os atores chaves relevantes para a pesquisa. Nesse sentido os tópicos a seguir trazem os resultados obtidos através dessas duas linhas de pesquisa, visando realizar uma análise sobre as nuances socioeconômicas e culturais presentes no Santa Tereza, principalmente voltados para a presença das Vilas Dias e São Vicente e do Quilombo Souza no bairro.

5.1. As Vilas Dias e São Vicente

Como já mencionado, o bairro possui duas vilas, denominadas Vila Dias e Vila São Vicente, localizadas “ao fundo do bairro”, próximo à Avenida dos Andradas, caracterizadas por aglomerados de edificações de baixa renda onde residem diversas famílias. Na Vila Dias estão localizadas as “Torres Gêmeas”, que foram abandonadas e posteriormente ocupados por centenas de famílias “sem teto” e atualmente se encontram desocupadas. A área também já foi alvo de um megaprojeto que previa a construção de uma torre de 85 andares no local e que previa a remoção de grande parte dos moradores da Vila Dias (HOJE EM DIA, 2019a; SANTA TEREZA TEM, 2013a).

Nesse sentido, e tendo em vista a síntese apresentada acima, o presente capítulo visa discutir os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com lideranças e moradores do bairro Santa Tereza, voltado para a temática das vilas Dias e São Vicente. Traz ainda informações sobre as vilas obtidas através de pesquisas documentais, notícias e reportagens. Nesse sentido, o primeiro tópico busca retratar o histórico e as principais demandas das vilas. Em seguida discute-se sobre o PGE elaborado pela prefeitura e as polêmicas envolvendo as tentativas de flexibilização da ADE de Santa Tereza que poderiam impactar diretamente as vilas do bairro.

O capítulo traz ainda considerações sobre as interações e diálogos entre a Associação de Moradores e o MSST com as vilas, visando identificar em que medida tais relações acontecem e como são percebidas pelos diferentes atores entrevistados. Por fim, elaborou-se uma discussão através das falas dos entrevistados visando identificar em que medida as vilas são reconhecidas e/ou sofrem processos de segregação social, discriminação e exclusão, tanto perante a própria comunidade do bairro, quanto por meio do poder público.

Nesse sentido, a partir desse ponto as referências relativas à “parte alta” e “parte baixa” do Santa Tereza serão utilizadas tendo em vista, estritamente, as evidentes diferenciações de discurso e demandas enfrentadas por essas duas realidades presentes no bairro, sendo elas, a parte histórica e cultural do bairro, excetuando-se vilas e as Vilas Dias e São Vicente, respectivamente.

Desta forma, vale ressaltar que se observou a frequente utilização de tal nomenclatura pelos moradores do bairro e que esta será empregada como forma de diferenciação e distinção, para que

se torne mais evidente o entendimento do contexto e da realidade analisada em cada situação, não significando nenhuma forma de desrespeito ou preconceito com a realidade encontrada nas vilas e nem representando o discurso presente nas falas dos entrevistados. Ressalta-se ainda que a utilização dessa nomenclatura será analisada no decorrer do capítulo, a partir das falas dos entrevistados, visando identificar as possíveis causas de sua utilização.

5.1.1. Histórico e principais demandas das Vilas Dias e São Vicente

Em entrevista realizada com a liderança da Vila Dias (denominado aqui como Dias), relata sobre a origem da comunidade. Segundo ele:

...um dos moradores mais antigos daqui foi meu avô, tanto que quando que comecei a mexer eu pus o nome de vila Dias por causa dele e por causa do Valdir ali que ele também assina Dias e o Valdir foi um dos primeiros presidentes das vilas. Aí eu peguei e pus. Ai quando eu comecei a mexer com a associação eu pus o nome. Ai eles, o meu avô, o meu pai e meu irmão mais velho falam que começou em meados de 1940, bem antiga mesmo. A antiga vila dos Urubus era aqui, é, parecia uma cidade do Oeste, aqui você travessava tinha a linha do trem, aí era cheio de barzinho aqui, o rio passando aqui, era butecão mesmo. Ai ali o rio fazia a curva lá, tinha a fábrica de prego lá, funcionava, depois surgiu a fábrica de plástico, então assim, e a rua da mina começava lá na Contorno, ela passava aqui dentro aí ela vinha e subia lá. Ai hoje a rua da mina é só daquela escadinha pra lá. Então meu irmão fala que veio meu avô, depois veio meu pai, veio meus irmãos, veio minha família (Entrevista com Dias, dezembro de 2021).

A fala demonstra novamente, segundo Tuan, um afeto pelo território e um meio de criar identidades, além disso, a consciência do passado se torna um fator importantíssimo quando o assunto é o amor pelo lugar (TUAN, 1983, 1980).

Em relação à quantidade de moradores existentes, Dias relatou que a URBEL realizou o trabalho de cadastramento na época em que Plano Global Específico (PGE) se encontrava em andamento e identificaram aproximadamente 410 famílias e que acredita que esse número permaneça praticamente o mesmo atualmente, tendo em vista que a vila não apresentou crescimento expressivo nos últimos anos.

Em relação às principais demandas das vilas, o ex-presidente da associação de moradores do bairro, que chamamos a partir daqui Paulo, relatou as ações de urbanização, principalmente voltadas para saneamento básico, como esgotamento sanitário, coleta de lixo e sistemas de

drenagem, bem como regularização e melhorias nas moradias e asfaltamento de vias. Ressaltou ainda que tais ações são urgentes, porém já se arrastam por décadas sem solução.

As vilas também necessitam de ações de atenção social, visando a redução de vulnerabilidades locais, da violência e do uso e tráfico de drogas e álcool, porém em menor nível. Paulo disse ainda que, possivelmente, devido a pandemia, notou-se um arrefecimento de conflitos envolvendo violência, assassinatos e/ou disputa por territórios pelos traficantes de drogas. Conflitos que, segundo ele, também são percebidos em outras favelas e que são fruto da falta de atuação do estado para socialização, educação e melhoria da qualidade de vida da população, deixando esses indivíduos e comunidades à margem da sociedade. Nesse contexto destacou que não possuem os mesmo direitos e acessos a bens e serviços básicos, em relação ao restante da sociedade.

Segundo o Vicente as vilas enfrentam muitas dificuldades, principalmente no período das chuvas, tendo em vista que como as casas são muito próximas, não há espaço suficiente para a vazão e escoamento da água, dificultando o deslocamento e passagens dos moradores. Há também riscos geológicos, devido à inclinação dos terrenos e estruturas construídas de forma mal planejada ou precária. Disse, inclusive, que houve a queda de um muro no final do ano passado que impediu a passagem dos moradores. Felizmente não houve danos maiores ou vítimas.

O representante das vilas, Vicente, informou ainda que a iluminação também poderia ser melhorada, pois a rede é antiga e os moradores enfrentam problemas com o fornecimento de energia. Em relação ao esgotamento sanitário disse que a rede que abastece as vilas também é antiga e não consegue suprir a demanda, principalmente devido ao aumento populacional ocorrido na região nas últimas décadas, que sobrecarregou o sistema existente, ocasionando problemas frequentes na rede, como entupimentos de canos e necessidade de obras emergenciais. A concessionária que atende as duas vilas é a COPASA que, segundo ele, disponibiliza abastecimento de água e esgotamento sanitário para todas as residências.

Outra demanda ressaltada foi a ausência de regularização urbanística nas vilas e que, segundo ele, é uma pauta muito importante, tendo em vista a necessidade da regularização e emissão da documentação e das escrituras dos imóveis.

Já o representante da Vila Dias também informou que possuem diversas necessidades, incluindo a necessidade de alargamento de becos; sensibilização da população quanto à gestão de resíduos sólidos, tendo em vista a disposição de lixo em locais inadequados ou em dias que não haverá a coleta; e manutenção e reestruturação da rede de esgoto, principalmente, tendo em vista que, em diversos pontos, a rede subterrânea passa dentro dos imóveis e das residências, dificultando ou impossibilitando o acesso à mesma.

Em relação à regularização urbanística informou que o processo na Vila Dias já se encontra em andamento e que foi solicitado o direito de Usucapião para os imóveis, tendo obtido apoio através do ex-vice-prefeito Paulo Roberto Lamac Junior e de seu advogado, que ainda continua auxiliando a comunidade. Nesse sentido, disse que o processo já se encontra em estágio avançado e que deve ser concluído até meados de 2022.

Salientou ainda que de forma geral, não possuem outras necessidades urgentes, além das já ressaltadas e que as vilas, assim como o restante do bairro, se encontram localizadas praticamente no centro de Belo Horizonte e, por esse motivo dispõe de inúmeros serviços e infraestruturas básicas de apoio, como linhas de ônibus, estação de metrô, postos de saúde, escolas, shoppings, comércios, dentre outros. Nesse sentido, afirmou que considera um privilégio morar na região.

Como já ressaltado anteriormente, em relação à violência e tráfico de drogas, Dias informou que atualmente a situação está bem mais tranquila, se comparado à época em que as “Torres Gêmeas” ainda estavam ocupadas. Atualmente possui cerca de 70 crianças e jovens no projeto da Escolinha de Futebol que desenvolve, mas que pretende expandir ainda mais, visando atender mais alunos. Informou ainda que o objetivo do projeto é dar oportunidade e esperança a essas crianças e jovens, além de incentivar o estudo e ensinar sobre disciplina, respeito e humildade. Nesse sentido, só pode participar do projeto quem frequenta regularmente a escola e disse ter um contato próximo com os pais dos alunos, visando obter apoio para a continuidade das atividades.

Além disso, Dias informou acreditar ainda que as pessoas e instituições que atuam nas vilas, atualmente, apenas não desenvolvem outras atividades e ações devido à ausência de maiores oportunidades e recursos, como, por exemplo, a disponibilidade de um espaço físico equipado e recursos financeiros, propriamente ditos.

O bairro possui também o Grupo de Apoio Social Solidariedade (GASS), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atende crianças e adolescentes da Vila Dias e São Vicente do bairro Santa Tereza e a Vila Ponta Porã localizada ao lado do Boulevard Shopping, também conhecida como Vila União. O GASS visa promover a socialização através de ações socioeducativas e culturais e tem como prioridade o acolhimento de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos que passam parte do dia na unidade, sempre em horários de contraturno da escola. O GASS já existe há 14 anos, sendo que há 10 funciona em um prédio cedido pela CBTU ao lado da estação de metrô do Santa Efigênia e atualmente possui capacidade de atender até 200 crianças (SANTA TEREZA TEM, 2019b).

O principal objetivo do grupo é o trabalho preventivo realizado com as crianças e adolescentes, tendo em vista que, segundo a coordenadora do projeto, Maura Marques, na região há índice muito elevado de consumo de drogas gerando uma situação de vulnerabilidade. Ela afirma ainda que quando as crianças ficam na rua a chance de se envolverem com drogas e outros tipos de riscos é maior, desta forma, quando estão no GASS ficam mais seguras e têm a possibilidade de participarem de diversas atividades, como esporte, informática, artesanato e ainda podem contar com reforço escolar. As inscrições são abertas todo início de ano e a criança ou adolescente deve ir acompanhada do pai ou responsável, de porte do comprovante de frequência da escola para efetuar a matrícula, além de se enquadrar em algumas exigências para participar do grupo (SANTA TEREZA TEM, 2019b).

Segundo Maura, o carro chefe do projeto é o reforço escolar, que visa ajudar os alunos com as tarefas de casa solicitadas pela escola e demonstrar a importância do estudo e valorização da escola. Desta forma, os alunos se sentem mais estimulados e passam a gostar mais da escola quando começam a obter um melhor desempenho e recebem elogios dos professores. Esse estímulo é muito importante, já que muitos deles possuem dificuldades e acabam abandonando as aulas e com a ajuda do GASS começam a ver o estudo de outra forma. A presidente do GASS Yeda Ferreira, relata que a evasão escolar a partir dos 13 anos é uma das principais preocupações do projeto e que evitar esses casos é fundamental, já que os adolescentes começam a se deparar com dificuldades em determinadas disciplinas na escola e abandonam os estudos. O esforço do grupo é justamente para ajudar na superação de seus problemas evitando a evasão escolar (SANTA TEREZA TEM, 2019b).

Outra iniciativa vem da realização de atividade por meio de oficinas com o objetivo de profissionalização, para que esses jovens possam ter maiores oportunidades de geração de renda ou inserção no mercado de trabalho. O problema relatado por Maura é que os jovens passam a desejar bens que necessitam de alguma renda para serem obtidos, como roupas, eletrônicos, veículos, etc. e essa fase é a mais perigosa, pois muitos acabam se envolvendo em atividades ilícitas e perigosas na esperança de conseguir dinheiro para satisfazer todos os seus desejos. Nesse sentido o projeto tem o desafio de conciliar atividades que ajudem esses jovens a encontrar uma profissão, com a valorização da escola e sustentabilidade do GASS, de forma a tornar tudo isso viável (SANTA TEREZA TEM, 2019b).

O Vicente, ressaltou ainda que o projeto desenvolvido pelo GASS surgiu justamente para auxiliar a comunidade. Informou que possuem uma estrutura completa, incluindo aulas de computação, professores que oferecem aulas de reforço, dentre outras atividades. Ressaltou ainda que o projeto atualmente atende prioritariamente crianças e jovens das vilas, mas que poderia inclusive estender o atendimento para o restante de bairro, visando dar suporte, principalmente, na área da educação.

Nesse sentido, pode-se perceber um enorme contraste e desigualdade de direitos com relação às diversas regiões e realidades do bairro Santa Tereza. Contraste este que inclusive também pode ser observado em diversas regiões, não só na capital mineira, como em tantas outras cidades ao redor do Brasil e do mundo. Desta forma, enquanto vemos uma parte dos moradores e representantes do bairro preocupados em assegurar seus modos de vida e o patrimônio ambiental e cultural local, de outro temos, dentro da mesma localidade e contexto, famílias que sequer dispõem de infraestruturas básicas para a manutenção de sua saúde e qualidade de vida e que como relatado possuem demandas muito mais urgentes. Entretanto, é importante ressaltar que, embora existam essas divergências em relação às demandas dos moradores, destaca-se que ambos os lados aparentam estar preocupados e empenhados em manter ou melhorar as condições e a qualidade de vida na região, no sentido de tentar diminuir desigualdades socioespaciais.

Nesse sentido, como discutido por Acselrad (1999), as cidades passaram a ser pensadas também em função da qualidade de vida de seus habitantes, a qual pode ser definida por componentes não mercantis da existência cotidiana da população e que estão relacionadas com as

implicações sanitárias das práticas urbanas. A qualidade de vida nesse sentido estaria também intimamente relacionada e articulada a noção de sustentabilidade urbana e, esta última, associada a categoria patrimônio, no sentido de valorizar não apenas a materialidade das cidades, mas também seu caráter, suas identidades e seus valores e heranças, construídos ao longo do tempo. Desta forma a valorização desse patrimônio poderia se inserir tanto no fortalecimento do sentimento de pertencimento dos moradores ao lugar, quanto para criar e promover uma imagem característica para a cidade ou região (ACSELRAD, 1999).

No caso de Santa Tereza pode-se identificar claramente esses dois raciocínios e essas duas lutas. Com relação à qualidade de vida e situação sanitária da população, observa-se que as vilas do bairro se encontram muito desprivilegiadas ou desassistidas em relação ao restante do bairro, caracterizado principalmente por áreas mais nobres e valorizadas. Já com relação à questão cultural e patrimonial também observamos o que foi discutido por Acselrad (1999), tendo em vista que, uma grande parcela dos moradores, preza e luta veementemente por seu patrimônio e possui intensa relação e sentimento de pertencimento e reconhecimento com o bairro. Contudo, vale ressaltar aqui que não se trata de exaltar ou minimizar essa ou aquela luta, pelo contrário, é preciso ter ciência de que todas essas lutas são extremamente legítimas e relevantes, entretanto, também é imprescindível entender esses mecanismos de disparidade e os motivos pelos quais eles ocorrem.

Nesse sentido e como relatado pelos moradores e lideranças locais, bem como pelo portal Santa Tereza Tem, o bairro possui situações graves que necessitam de soluções e destacou como exemplos, dentre outras questões, a implantação de saneamento básico na Vilas Dias e São Vicente, projeto que foi aprovado pelo orçamento participativo mas que ainda não saiu do papel. Tal relato demonstra que essas localidades do bairro possuem de fato necessidades urgentes e que divergem do restante do bairro (SANTA TEREZA TEM, 2019a). Nesse sentido, a questão do orçamento participativo e do PGE elaborado e aprovado pela prefeitura para as vilas do bairro Santa Tereza, será detalhadamente tratado no tópico seguinte.

5.1.2. O PGE das vilas e a polêmica envolvendo as tentativas de flexibilização da ADE

A respeito da presente temática construiu-se inicialmente um histórico elaborado através de pesquisas documentais de notícias e reportagens, que tratam do PGE das vilas e das polêmicas envolvendo as tentativas de flexibilização da ADE de Santa Tereza, visando embasar posteriores

discussões a respeito da percepção dos entrevistados em relação ao tema. Desta forma, seguem abaixo as informações levantadas visando a elaboração desse histórico.

Em audiência promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, moradores e lideranças comunitárias do bairro se reuniram no dia 16 de maio de 2019 no Cine Santa Tereza visando debater as emendas apresentadas no novo Plano Diretor (PL 1749/15), no que se refere a ADE e seus impactos sobre o Plano Global Específico (PGE) que engloba as vilas do bairro. Na ocasião, representantes da associação comunitária do bairro e do Movimento Salve Santa Tereza também relataram, sua preocupação com as ameaças de flexibilização da ADE, para a instalação de uma drogaria Araújo ao lado da praça principal que ultrapassa a área definida pela legislação (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019; HOJE EM DIA, 2019a).

Segundo eles, desde que a ADE foi implantada em 1996 já ocorreram diversas tentativas de flexibilização de suas regras, o que de acordo com eles poderia colocar em risco o patrimônio histórico-cultural e o “modo de vida” dos moradores. Dentre os exemplos foram citadas as tentativas de instalação de uma escola automotiva no antigo Mercado Distrital e a instalação de antenas de celular no bairro, como já abordado. Já os representantes das vilas do bairro reclamaram do atraso para execução do Plano Global Específico (PGE) da Prefeitura, que foi conquistado há cinco anos pelos moradores por meio do Orçamento Participativo (OP) (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019).

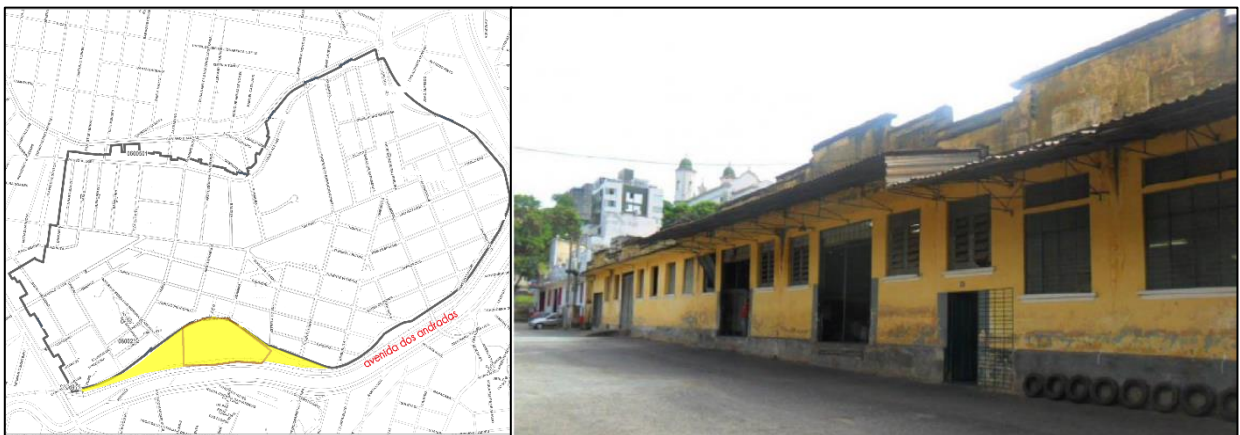


FIGURA 18: Localização da área conhecida como chapéu de Napoleão a esquerda. A direita, foto da Fábrica de Pregos São Lucas, edificação industrial típica dos anos de 1930, de estilo *art déco*.

Fontes: Indisciplinar: Grupo de Pesquisa CNPQ da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e Portal Santa Tereza Tem, respectivamente.

Porém, uma emenda apresentada ao novo Plano Diretor foi o principal foco dos protestos. Tal emenda permitiria a construção de empreendimentos não residenciais entre a Rua Conselheiro Rocha e a Avenida dos Andradas, na área denominada “Chapéu de Napoleão” que abriga a antiga fábrica de pregos, (FIGURA 18) (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019; HOJE EM DIA, 2019a). Em relação a Fábrica de Pregos São Lucas, os moradores reivindicam seu tombamento por ser uma edificação industrial típica dos anos de 1930, de estilo *art decó* e que funciona há mais de 50 anos e atualmente é a única do ramo que ainda está ativa em Belo Horizonte (SANTA TEREZA TEM, 2017b, 2017e, 2017f).

Nesse sentido os ativistas do bairro vêm reivindicando a incorporação dessa área à ADE Santa Tereza, visando evitar futuros danos ao bairro e descaracterização do estilo de vida dos moradores. Entretanto a representante da Secretaria Municipal de Política Urbana, Izabel Dias de Oliveira Melo disse que estão circulando muitas mentiras e rumores a respeito das alterações propostas no novo Plano Diretor e garantiu que, mesmo que a ADE não seja ampliada, também não haverá redução da área e os parâmetros atuais serão mantidos (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019; HOJE EM DIA, 2019a).

Durante a V Conferência Municipal de Política Urbana, realizada em 2018, ficou estabelecido que a Vila Dias e a Vila São Vicente seriam incorporadas à ADE Santa Tereza, devido a uma demanda pela proteção da região, que não possui grandes construções e pelo fato de as vilas fazerem parte do bairro. A integrante do Movimento Salve Santa Tereza, Karine Carneiro destacou que eles tinham essa previsão com relação à conferência e até hoje a inclusão das vilas à ADE não foi implantada e agora com o novo Plano Diretor havia a ameaça de remoção da Vila Dias do Santa Tereza, devido à alta especulação imobiliária e disponibilidade de área para construção que a região possui (HOJE EM DIA, 2019a).

Durante a audiência Márcio Lisboa, presidente da Associação dos Moradores da Vila Dias, juntamente com outros representantes e moradores da Vilas Dias e São Vicente, também se posicionaram contra a abordagem preferencial das demandas da “parte alta” do bairro. Destacaram ainda que o “modo de vida” nas vilas difere do restante do bairro, onde as principais reivindicações da comunidade passam, principalmente, por intervenções estruturais e de saneamento básico, que inclusive já foram conquistadas através do Orçamento Participativo, há mais de cinco anos e

incluídas no PGE, mas que até agora não saíram do papel (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019).

Segundo informações disponibilizadas no site da Prefeitura de Belo Horizonte, o Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que visa nortear as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. O PGE consiste em um estudo aprofundado da realidade dessas áreas, considerando os aspectos urbanístico-ambientais, socioeconômicos e organizativos, e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do plano é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nesses locais e integrá-los ao conjunto da cidade. Ainda segundo a PBH já foram concluídos 72 PGE's na cidade, beneficiando 101 localidades, onde vivem em torno de 260 mil pessoas (PBH, 2018).

Em contrapartida, a representante da URBEL informou que o município não possui recursos para a realização do PGE nas vilas do Santa Tereza e os defensores da ADE temem que construtoras acabem oferecendo realizar essas obras em contrapartida para outras intervenções imobiliárias na área do “Chapéu de Napoleão”. Temem ainda que os moradores das vilas aceitem a oferta, tendo em vista, não somente as melhorias para a região, mas uma possível oferta de empregos com a instalação dos empreendimentos (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019).

Após ouvir todos os que se inscreveram durante a audiência, foi anunciado que uma reunião seria marcada com os moradores e lideranças comunitárias para avaliação do Plano Diretor e a busca de união e mobilização contra as pressões do setor imobiliário e a vereadora Cida Falabella destacou a importância das reuniões e audiências públicas para a escuta e acolhimento das comunidades nos assuntos de seu interesse. Os vereadores presentes se comprometeram a trabalhar para reverter algumas das propostas do Plano Diretor a lutar contra a flexibilização da ADE (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019).

Já a questão da inserção do “Chapéu de Napoleão” na área da ADE e manutenção dos parâmetros de uso e ocupação do solo seriam levados à Procuradoria Geral do Município. Além disso, seria incluída à pauta a defesa de paridade entre o poder público e a sociedade civil na composição do Conselho Municipal de Política Urbana. Com relação às demandas específicas das vilas, foi anunciada que uma audiência pública seria marcada na própria comunidade para ouvir os

moradores e que a consolidação das vilas e a execução do PGE seriam reivindicadas ao Executivo (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2019).

Após toda essa movimentação, no dia 05 de fevereiro de 2020 o novo Plano Diretor de Belo Horizonte entrou em vigor e de fato não trouxe nenhuma nova ameaça para a ADE Santa Tereza, como havia sido garantido pela representante da Secretaria Municipal de Política Urbana durante a audiência. A lei estipula regras para o crescimento da cidade, cria medidas de recuperação ambiental e prevê instrumentos de financiamento de urbanização e infraestrutura de assentamentos precários. A principal estratégia de financiamento e urbanização de áreas carentes de infraestrutura, prevista no novo ordenamento urbano de Belo Horizonte, será a outorga onerosa, sendo que os recursos arrecadados irão compor os Fundos de Centralidades e Habitação e só poderão ser destinados para a urbanização adequada e universalização de infraestrutura em assentamentos precários e novas centralidades (BELO HORIZONTE, 2019; SANTA TEREZA TEM, 2020a).

Nota-se, portanto que a região das vilas e o bairro Santa Tereza como um todo são alvos de intenso interesse e especulação imobiliária por possuírem, dentre outros aspectos, proximidade com as áreas centrais do município e capacidade de verticalização e adensamento populacional. Ressalta-se também o antigo e sistemático interesse na implantação desses projetos em áreas com moradias de baixa renda, não somente no bairro, como em outras regiões da cidade, tendo em vista que, na maioria das vezes tratam de parcelas da população menos favorecidas, com grau reduzido de esclarecimento sobre seus direitos e de reduzida ou limitada mobilização social e apoio público e político, propiciando uma maior facilidade na desocupação ou remoção dessas famílias do local.

Diante do histórico trazido acima, durante as entrevistas realizadas questionou-se a respeito do PGE e do atraso na execução das obras, tendo em vista que os estudos foram realizados em 2013 e até hoje o plano não saiu do papel. Na época em que os estudos foram realizados, previa-se que os custos para implantação do PGE ficariam em torno de 9,9 milhões de reais (SANTA TEREZA TEM, 2019d). Nesse sentido segue abaixo os relatos dos moradores e lideranças do bairro entrevistados durante a pesquisa.

O ex-candidato à presidência da associação de moradores do bairro, Vicente, relatou que na época de elaboração do PGE foram realizadas diversas reuniões e pesquisas na área e que os moradores acompanharam todo o processo de elaboração do plano, que ao final foi aprovado pela

comunidade. Salientou também que o PGE previsto traria diversas melhorias e obras de infraestrutura para as vilas, principalmente nos setores de saneamento básico. Foi acordado ainda que, as famílias que seriam retiradas para implantação das obras e alargamento das vias seriam reassentadas na mesma área, em prédios residenciais previstos no PGE e que seriam construídos para esta finalidade.

O ex-presidente da Associação de moradores do bairro, Paulo, informou ainda que Dias lutou muitos anos pelo orçamento participativo e para conseguir a Operação Urbana Consorciada, para as vilas do bairro. Entretanto não obtiveram sucesso na obtenção do recurso, possivelmente devido à baixa mobilização popular que, na época, ocorreu de forma mais marcante e com uma atuação mais forte em outras favelas de Belo Horizonte. Nesse sentido, o orçamento para as obras não foi liberado e a política foi perdendo força ao longo dos anos.

Já o Jorge, integrante do MSST, relatou não concordar com o argumento apresentado por Paulo, relativo à ausência de mobilização popular para aquisição dos recursos. Nesse sentido, afirmou que a mobilização seria mais pertinente e necessária na fase de elaboração do PGE e que, a partir do momento em que o plano estivesse pronto e aprovado, faltaria apenas a execução das obras e que isso não dependeria necessariamente de uma mobilização popular.

Ressaltou ainda a problemática da naturalização das atitudes seletivas recorrentemente tomadas pelo poder público, que prioriza determinadas obras ou ações em detrimento de outras. Desta forma, afirmou que já que o PGE havia sido aprovado, as obras deveriam ter sido executadas, independentemente de maior ou menor mobilização social. Mas reiterou que, como o PGE, após tanto tempo, ainda continua apenas no papel, talvez seria realmente necessária uma mobilização visando tentar obter recursos junto ao poder público para a execução das obras. Neste caso, afirmou que tanto ele como o MSST poderiam oferecer todo o apoio necessário e que, inclusive, seria uma boa oportunidade de aproximação com os moradores das vilas, tendo em vista que existe uma certa distanciamento e conflito entre a “parte alta” e a “parte baixa” do bairro. Desta forma, tal aproximação representaria uma maneira de valorização e apoio à luta das vilas por melhores condições de vida.

Entretanto, vale reiterar, como também destacado por Jorge do MSST, que se trata de uma lógica cruel imposta às comunidades, tendo em vista que muitas vezes, faltam condições e estrutura

para efetivamente se construir uma mobilização popular efetiva. Nesse sentido, é necessário discutir que, embora seja vital que as comunidades defendam os seus direitos, até que ponto essa luta é possível ou não acaba prejudicando a vida dessas pessoas?

Os movimentos sociais e a busca por direitos são de fato ações extremamente necessárias e benéficas para alcançar mudanças sociais significativas e que sem elas essas comunidades estariam muito mais fragilizadas e propensas a maiores e mais severas injustiças ambientais, definidas aqui como a distribuição, de forma não equitativa, dos riscos ambientais e sociais que são produzidos pelas sociedades e a que estão expostos (DESCHAMPS et al., 2009).

Nesse sentido, nota-se uma distribuição desigual dos riscos ambientais e sociais no que tange as condições de vida presentes nas Vilas Dias e São Vicente, principalmente voltados à carência de infraestruturas básicas, de moradia e acessibilidade. E, tendo em vista que a ideia de justiça ambiental defende a equidade na distribuição qualitativa do meio ambiente e visa articular novas discussões para o tema meio ambiente e escassez, na medida em que denuncia as desigualdades ambientais, centradas na falta de equidade e divisão injusta de diferentes qualidades do meio ambiente em que as populações humanas estão inseridas (ACSELRAD, 2002; ZHOURI, 2008), apresenta-se aqui, portanto um retrato das reivindicações e denúncias apresentadas através das falas dos moradores e lideranças locais.

Mas há também que se pensar que muitas dessas pessoas abandonam suas rotinas e seus empregos para lutar por direitos individuais e comuns, passando por situações desagradáveis e humilhantes e muitas vezes, ainda assim, não conseguem conquistar as melhorias desejadas e lutadas por tanto tempo, gerando um processo contínuo de aceitação e perda de esperança por melhores condições de vida. Além disso, diversas vezes, essas pessoas possuem necessidades muito mais urgentes, como trabalhar para conseguir sustentar suas famílias, não dispondo de tempo ou disposição para atuarem junto a movimentos sociais.

Desta forma, o discurso de que os movimentos sociais e o engajamento da população, nos assuntos que lhes dizem respeito, são extremamente necessários e pertinentes. Pode-se, de fato, discutir formas de mobilização popular para que as comunidades se organizem socialmente e lutem contra as injustiças ambientais e desigualdades ambientais que possam vir a ocorrer. Mas é preciso pensar até que ponto esse engajamento é realmente possível em comunidades onde a

vulnerabilidade, a falta de informação e conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos públicos, a baixa escolaridade e o desconhecimento de seus direitos são tão gritantes. Nesse sentido, muitas dessas comunidades são carentes de tantos outros serviços e infraestruturas básicas e possuem necessidades mais urgentes, como ressaltado pelo próprio integrante do MSST no trecho abaixo.

Ele ressaltou ainda a constante tentativa, por parte do poder público, de desestimular e gerar desesperança nas pessoas, principalmente através a burocratização e demora na execução das ações, para que essas não se sintam motivadas a participarem e se mobilizarem. Tais estratégias geram um constante sentimento de estagnação política e social, injustiça e desesperança aliadas à ideia de que os processos no Brasil são burocráticos e extremamente vagarosos e, por isso, muitas vezes sequer saem do papel. Sobre isso é muito comum escutar discursos no sentido de que não vale muito a pena lutar, pois as mudanças raramente chegam ou chegam muito tardiamente.

Ressaltou ainda que o MSST é visto como um movimento composto por “uma meia dúzia de intelectuais”, mas afirmou que se não fossem por eles, que ficam atentos ao que está ocorrendo no bairro, não haveria mobilização alguma, pois o restante da comunidade não costuma se mobilizar. Disse ainda que tem a consciência de que para eles é muito mais cômodo realizar essas mobilizações, mas que compreende a dificuldade que isto representa para os moradores das vilas por exemplo:

*É uma realidade muito cruel. [...] o cara vive de subemprego, o cara tem que ter dois, três empregos, [...] chega em casa exaurido, às vezes não tem a mínima condição de sequer descansar direito, tomar um banho decente, uma alimentação decente, e aí ele vai se mobilizar? Como assim? Não é tão simples. E é uma pessoa que as vezes ninguém nunca nem deu esperança nenhuma para ela [...] é complicado, é uma árdua tarefa e eles (Poder Público) sabem disso, então eles trabalham para isso para tirar as esperanças das pessoas para deixar que as pessoas não participem mesmo. Inclusive um dos adjetivos do Salve Santa Tereza é esse, que nós somos **meia dúzia de intelectuais**. Só que igual eu estou falando a gente fica na brasa morna e na hora que a questão afina mesmo, aí a gente chega com abaixo assinado de 20 e tantas mil pessoas, né, e aí eles vêm que não é só meia dúzia de intelectuais. **Mas se a meia dúzia de intelectuais não ficar ali atenta observando, o resto das pessoas não se mobiliza, infelizmente. E são pessoas que tão aqui numa situação bem mais tranquila, né?** Agora quem está lá numa situação... precisa muito mais desse apoio, né? (Entrevista com Jorge, novembro de 2021, grifo nosso).*

Portanto, e diante da fala acima, o acesso e participação, por exemplo, dos integrantes do Movimento Salve Santa Tereza, se torna muito mais viável, tendo em vista que se trata de uma

população de classe média e alta, geralmente bem instruída, com formação acadêmica e composta em sua maioria por funcionários públicos. Entretanto, essa quase exigência de uma intensa mobilização social, se torna difícil para uma população mais pobre e vulnerável, composta por trabalhadores informais ou autônomos de baixa renda e sem estabilidade salarial, com baixa escolaridade, desprovidos muitas vezes de uma infraestrutura de moradia adequada e serviços públicos essenciais e que geralmente representam a parcela mais necessitada de auxílios e apoio do poder público e da sociedade em geral.

Não que a intenção seja dizer que esse é o cenário que melhor se encaixa na realidade do bairro, embora se enquadre em tantas realidades presentes no Brasil e no mundo. Nem tampouco se trata de minimizar ou desqualificar o trabalho e a luta de movimentos como o Salve Santa Tereza e muitos outros que atuam visando a manutenção cultural, identitária e patrimonial. São causas igualmente importantes e que merecem real atenção e apoio. Porém busca-se aqui trazer uma discussão sobre populações que se encontram em situação de vulnerabilidade, não só no bairro Santa Tereza, como em tantos outros locais e que muitas vezes são invisibilizados ou deixados em segundo plano, por parte do poder público, devido à falta de luta e mobilização social e que buscam o reconhecimento de seus direitos. Ou até mesmo tentam se organizar e recebem apoio externo, mas ainda assim, devido a diversos fatores como discriminação, invisibilização ou falta de representatividade política são deixados à margem da sociedade. Para estes falta não só recursos, falta vontade.

Nesse sentido cabe discutir como essas comunidades poderiam ser melhor apoiadas e instruídas para que não só fosse possível uma melhor e maior mobilização social e política mas que também visasse promover a melhoria nas condições de vulnerabilidade e qualidade de vida dessas populações e certamente essa é uma questão que engloba os diversos setores da sociedade e que deve ser promovida de baixo para cima, diminuindo as desigualdades sociais, dando mais oportunidades, melhorando a educação, saúde e segurança, erradicando a miséria, dentre outras ações, ou seja, passa por uma reestruturação radical do sistema em que vivemos.

Ainda relacionado a essa temática, Dias, liderança da Vila Dias, também informou que o orçamento participativo das vilas foi aprovado e o diagnóstico e o projeto do PGE elaborado pela URBEL na época, entretanto disse que a prefeitura precisava apenas **querer** executar o plano e que

sempre alegavam falta de verba. Informou ainda que a empresa PHV demonstrou interesse em investir nas vilas em contrapartida à construção do empreendimento das torres à margem da avenida das Andradas, projeto que foi barrado pela associação dos moradores e pelo MSST, por infringir as regras da ADE.

Questionado sobre a aceitação dos moradores em relação à construção do projeto da PHV, Dias afirmou que a maioria dos moradores não queria que o projeto fosse implantado. Mas relatou que na opinião dele e conhecendo as necessidades da vila, acredita que tiveram prejuízos com a interrupção das negociações com a PHV, pois o projeto previa investimentos de aproximadamente 16 milhões na área. Informou ainda que na época houve promessas relacionadas a geração de emprego para a comunidade.

Nesse sentido afirmou que traria muitas melhorias para a comunidade, já que os investimentos seriam realizados seguindo as diretrizes do projeto realizado pela URBEL. Afirmou ainda que o projeto melhoraria a estética e a paisagem do local, além de prever a construção de um viaduto, próximo ao complexo, que ligaria o bairro Santa Tereza à Avenida dos Andradas.

Desta forma e diante do cenário exposto previamente, há a percepção de que as vilas possuem muitas carências e vulnerabilidades e que por esse motivo podem estar sujeitas a promessas advindas de grandes projetos com o da PHV, que fazem contrapartidas às comunidades visando a aprovação dos empreendimentos. As falas apresentadas pelo representante da Vila Dias demonstram ainda a existência de um conflito interno nas vilas, na medida em que, alguns moradores, na época, se posicionaram a favor do empreendimento e da contrapartida oferecida pela PHV, porém a grande maioria foi contra o projeto.

5.1.3. Gentrificação: uma ameaça para as vilas e um caminho para a mercantilização da cultura?

Há ainda a percepção, principalmente, por parte dos representantes da Associação de Moradores e do MSST em relação a um possível processo de gentrificação da área, caso o empreendimento da PHV seja aprovado e instalado no bairro, provocando impactos diretos, não somente para a “parte alta” do bairro, mas especialmente para as vilas. A esse respeito considera-se aqui o conceito de gentrificação como o processo de substituição de famílias de classes baixas

e médias por famílias de classes superiores, em decorrência dos elevados valores dos imóveis ou dos aluguéis (JACQUES, 2003; TICLE, 2016).

Nesse sentido, a instalação do empreendimento da PHV poderia de fato gerar o impacto de gentrificação das vilas, tendo em vista que a área, que já é valorizada e cobiçada pelo setor imobiliário, passaria a ser vista ainda mais como uma possível área de construção de grandes empreendimentos e ocupação pela classe média e alta da sociedade. Tal impacto, portanto, poderia futuramente ocasionar na “expulsão” da população que hoje habita as vilas e na substituição por famílias de classe média e alta.

A gentrificação, portanto, se apresenta enquanto um setor da economia que é justificado diversas vezes por projetos que passam a imagem de valorização cultural, fortalecimento da identidade, criação de empregos e diversificação social, mas que na realidade atendem apenas aos interesses do mercado, se mostram conflituosos e não dialogam com as subjetividades locais (TICLE, 2016).

Desta forma, percebe-se visivelmente essas características nos projetos apresentados pela PHV engenharia. Como exemplo, podemos citar a tentativa inicial, mencionada anteriormente, de relacionar o projeto a elementos de valorização e melhoria da área, como a construção de praças públicas, bem como a associação a conceitos de sustentabilidade e gentileza urbana.

Desta forma, nota-se de fato a tentativa de inserção desses conceitos e imagens como forma de criar uma maior aceitação e atratividade para os projetos. Além disso, como relatado a partir das falas da liderança da Vila Dias, na época fizeram promessas de geração de emprego para a comunidade. Portanto, observa-se a utilização de tais estratégias visando dividir a comunidade, enfraquecer as resistências e criar conflitos internos, que em última instância facilitam a aprovação e instalação dos projetos.

Entretanto, vale discutir ainda que, apesar da possibilidade de gentrificação das vilas através da implantação do projeto da PHV, até que ponto os processos de gentrificação e elitização já não vêm ocorrendo no bairro? A esse respeito pode-se utilizar o conceito de mercantilização da cultura que pode ocorrer em bairros tradicionais e culturais (TICLE, 2016) como o Santa Tereza, que lutam pela preservação e manutenção do seu patrimônio e dos seus modos de vida locais.

Nesse sentido, as reflexões sobre os valores e as formas de manutenção do patrimônio cultural e a produção de uma imagem a partir deles, conduz para considerações sobre a mercantilização da cultura e os cuidados a serem tomados nos movimentos de patrimonialização da paisagem (TICLE, 2016). Nesse sentido, é necessário atentar para o fato de que os instrumentos de preservação do patrimônio e uso da cultura como estratégia de renovação urbana podem ser utilizados como forma de inserção da cidade em uma rede global, gerando um certo “culturalismo de mercado” (ARANTES, 1996; JACQUES, 2003).

Tal processo poderia gerar uma “espetacularização” do patrimônio e de suas imagens, levando a criação de pontos específicos dentro das cidades “geridos” por patrocinadores, onde a população participa raramente desse processo ou se vê completamente a parte dele, provocando a gentrificação dos espaços (ARANTES, 1996; JACQUES, 2003; TICLE, 2016).

A tentativa constante de se criar a imagem de uma cidade pautada em uma identidade, visando vendê-la como mercadoria, se encontra no centro das políticas de revitalização, ressaltando o discurso de singularidade das cidades. Desta forma, através de campanhas de venda e *slogans*, esse modelo homogeneizador, visa beneficiar o turista e não o morador e a memória local, que deveria ser preservada, dando lugar para a criação de grandes cenários para turistas, enquanto a população local, responsável pelas tradições culturais, muitas vezes é expulsa através do processo de gentrificação. Assim, há uma estimulação de parcerias com o setor privado e a preservação do patrimônio urbano passa a ser considerada como lucro com base no turismo cultural globalizado (JACQUES, 2003).

A comercialização de patrimônios urbanos geralmente está atrelada a ausência de participação social ou apropriação efetiva dos espaços pela população. Nesse sentido é imprescindível o envolvimento da sociedade civil e dos atores intimamente inseridos nesse contexto cultural, visando impedir possíveis processos de espetacularização e mercantilização cultural e um possível simulacro da própria cultura e tradição de um lugar (TICLE, 2016).

Em resumo, pode-se dizer que a tradição se torna uma categoria turística que atrai frequentadores das mais diversas regiões que vem para o bairro em busca de uma boemia e uma cultura supostamente vivida de forma “tradicional”, “autêntica” e “antiga”, gerando uma espécie de mercantilização da tradição. Desta forma esse modo de vida passa a ser ao mesmo tempo vivido

e encenado pelos moradores do bairro e pelos “de fora” que por lá transitam (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011).

A constatação de supostas incoerências no discurso de laços de vizinhança e união entre os moradores também foram percebidas em entrevista aos moradores. Assim, para 80% do total de entrevistados, os moradores do bairro seriam pouco ou mais ou menos solidários e para 86% os moradores seriam individualistas, característica que não combina com a imagem que é passada do bairro, marcada pela pessoalidade e proximidade de relações (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011).

Assim, respostas como essas suscitam questionamentos sobre uma certa incoerência ou contradição entre o que o bairro é e o que ele deseja ser, além de questionar se as respostas dos entrevistados não denunciariam uma cobrança dos moradores ao exigir que seus vizinhos se comportem como uma verdadeira comunidade moral, como na imagem que é frequentemente passada para o restante da cidade. Desta forma, se por um lado, as vivências cotidianas compartilhadas pelos moradores acabam por forjar um discurso semelhante, por outro percebe-se um discurso capaz de moldar a realidade social (SOUZA; CAJAZEIRO, 2011).

Não que o caso do bairro Santa Tereza possa ser explicado por esse contexto de mercantilização e consequente espetacularização da cultura e das tradições, entretanto, apesar de ainda não existirem maiores estudos sobre o tema, a questão permanece sendo um ponto relevante a ser considerado. Nesse sentido, vale ressaltar que o Santa Tereza aparentemente vem passando, principalmente nos últimos anos, por uma elitização do público que frequenta o bairro e de alguns estabelecimentos como bares e restaurantes, além da elevação dos valores cobrados pelos serviços nesses locais. Tais fatores possivelmente afastam ou reprimem a utilização desses espaços por pessoas de classe média e baixa e, inclusive, pelos moradores das vilas do bairro e pode também demonstrar o início de um processo de mercantilização e gentrificação a partir da cultura e identidade difundida por seus moradores e frequentadores.

Ressalta-se ainda os resultados obtidos através das entrevistas realizadas que sinalizaram questões de conflitos internos presentes no bairro, inclusive relativos a moradores que reclamam do incômodo provocado pelos bares e eventos de carnaval, bem como contradições presentes na imagem habitualmente conhecida do bairro. Tais pontos serão detalhadamente discutidos nos tópicos seguintes que tratam do diálogo, interação e conflitos presentes entre a “parte alta” e a

“parte baixa” do bairro e questões relacionadas à discriminação e segregação social sofridas pelos moradores das vilas.

5.1.4. A interação da Associação de Moradores e do MSST com as vilas

Em relação à participação dos moradores das vilas na associação de moradores, Paulo informou que havia dois moradores das vilas que participavam da associação e que sempre priorizavam colocar um representante de cada área do bairro. Entretanto, com o passar do tempo um dos moradores se mudou do bairro e o outro parou de participar devido a conflitos e por alegar que a associação defendia mais os interesses do restante do bairro, em detrimento das vilas.

Ele informou ainda que tentaram conversar diversas vezes e ter um diálogo mais próximo com as vilas, mas sempre esbarram em conflitos. Nesse sentido relatou que reconhece que as vilas possuem diversas demandas urgentes que poderiam ser apoiadas de forma mais efetiva pela associação de moradores junto ao poder público, mas que a associação tem dificuldade em se aproximar e estabelecer um diálogo e uma negociação com as vilas, principalmente devido aos conflitos existentes no bairro e disputas entre as lideranças.

Mencionou ainda o conflito envolvendo o projeto das tores da PHV Engenharia, tendo em vista que a construtora possui um terreno no local e, frequentemente, realiza investidas de contrapartidas sociais para as vilas, como já relatado anteriormente, visando a concessão para construção do empreendimento. Nesse sentido, o ex-presidente da associação ressaltou que esse também é um conflito muito significativo, tendo em vista que o projeto traria benefícios para as vilas, em forma de contrapartidas sociais, mas afetaria negativamente o restante do bairro.

Desta forma, como principais impactos gerados advindos do projeto, ressaltou que o bairro se transformaria em um local de passagem, devido a construção de uma via ligando o Santa Tereza à Avenida dos Andradas, aumentaria o fluxo de veículos com a construção de um estacionamento para mais de dois mil carros, pioraria a qualidade de vida local e criaria uma barreira de vento, devido à elevada altitude do prédio, prejudicando o microclima local, além de ir contra diversas regras da ADE do bairro. Ressaltou ainda a preocupação em relação à gentrificação das vilas e “expulsão” dos moradores em decorrência de possíveis impactos sociais advindos do projeto, como já discutido anteriormente.

O Dias, representante da Vila Dias, também ressaltou a existência de certos conflitos e disputas entre as vilas e o restante do bairro, tanto pelo comando da associação de moradores, quanto conflitos internos às vilas. Porém, informou que sua relação com a associação de moradores e com o MSST sempre foi amistosa e colaborativa e que sempre pode contar com o apoio das duas instituições.

Informou ainda que na época da pandemia conseguiram arrecadar kits higiênicos, máscaras e cestas básicas para auxiliar as famílias mais carentes e que sempre realizam campanhas de doação e arrecadação de alimentos, roupas e demais itens de necessidade básica. Nesse sentido, relatou que sempre possuiu um relacionamento próximo e um canal de comunicação aberto com a associação e o MSST. Em relação à participação de moradores das vilas junto à associação e ao MSST, informou que não tem conhecimento de ninguém que participe e que alguns moradores realizam ações sociais nas vilas, mas de forma isolada, sem estarem ligados a nenhuma instituição ou associação.

Já o Jorge do MSST informou que já tiveram a participação de diversos moradores das vilas em reuniões e eleições, mas que atualmente não possuem nenhum representante deles que esteja à frente do movimento. O Vicente, alega que criaram a chapa para concorrerem a eleição pela presidência da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST), visando uma maior representatividade e poder para atuarem em favor das vilas. Entende ainda que, um morador da vila à frente da associação do bairro, seria importante para fornecer apoio aos projetos e ações sociais nas vilas.

Paulo relatou ainda que a associação de moradores vinha realizando assembleias para averiguar as principais demandas do bairro e auxiliar nesta mediação, principalmente com a vilas. Entretanto, as demandas levantadas eram referentes à “parte alta” do bairro, devido à dificuldade de comunicação e os conflitos enfrentados com as vilas, como relatado anteriormente.

Diante do exposto acima, vale ressaltar que, apesar de haver uma certa comunicação entre as vilas e os demais movimentos atuantes no bairro, ainda existe um distanciamento muito expressivo, que se reflete na ausência de diálogo e apoio para os assuntos e demandas das vilas do bairro.

Foi reportado ainda por Paulo, que o principal problema enfrentado na “parte alta” do bairro seria o conflito entre os bares e os eventos de carnaval com os moradores. Muitos moradores se sentem incomodados com a presença dos bares e dos blocos de carnaval tão próximos às suas residências e locais de convívio, que trazem problemas como barulho, som alto, prejuízos à qualidade de vida e intensa aglomeração de pessoas, o que é um problema, principalmente devido à pandemia. Nesse sentido, a associação tem tentado desenvolver um diálogo para que se chegue a um meio termo entre bares e moradores. Assim, verifica-se que características como a vida noturna e os eventos carnavalescos que compõem a fama cultural, boêmia ou mesmo *cult* do bairro Santa Tereza, também possuem seu lado negativo.

Nesse sentido, alguns moradores que convivem diariamente com essa realidade, se sentem incomodados com a presença de tantos bares e pessoas próximas a suas casas. Observa-se, portanto, conflitos resultantes de uma contradição presente no próprio espaço do bairro. Desta forma, ao mesmo tempo em que os moradores se sentem orgulhos de serem reconhecidos por sua boemia no mundo todo, também sofrem com essa realidade, tendo em vista os relatos do incômodo provocado pelos bares e festas locais.

Olha, a gente convive com essa dicotomia, né? Que é um bairro conhecido mundialmente pela sua cultura, pela sua boemia, pelo seu estilo de vida e as pessoas que moram aqui “há séculos”, que estão aqui desde a formação, as pessoas mais tradicionais aqui têm essa dificuldade de lidar com esse público também, porque a cidade vem pro Santa Tereza né? Carnaval em Santa Tereza é um inferno, aquela coisa toda, então alguns pontos aqui do bairro ficam complicados, principalmente à noite e tal... então esse convívio é um grande desafio. (Entrevista com Jorge, novembro de 2021).

Em relação à “parte alta” do bairro, o ex-presidente da associação de moradores, Paulo, não relatou problemas de infraestrutura, tendo sido levantadas apenas questões pontuais de despejo incorreto de resíduos sólidos e acúmulo de lixo e sujeira em alguns pontos do bairro. Entretanto, a questão do descarte incorreto de resíduos não foi uma questão apresentada, pela associação de moradores, enquanto um problema sério e de ocorrência frequente.

Já o Movimento Salve Santa Tereza, segundo Jorge, não atua no bairro em tempo integral, mas pontualmente para tratar demandas ou problemas que ameacem o bairro e/ou sua ADE. Mais recentemente, tendo atuado ativamente em atividades de apoio para a manutenção da Fábrica de

Pregos, no estudo de seu tombamento, bem como no acompanhamento da questão da seção do Mercado Distrital, que foi feita para o grupo UAI pelos próximos 25 anos.

Agora a gente tem focado bastante na questão do mercado que está numa fase preliminar, mas que provavelmente com a abertura das coisas ano que vem deve começar a ocupação de fato do mercado, é uma coisa que nos preocupa. Dependendo da forma que ocupar pode ferir diretamente a ADE e abrir espaço para outras coisas, então assim, hoje nós estamos focados na questão da ADE, do patrimônio, a gente tem cerca de 300 imóveis tombados aqui no bairro, então a gente tá sendo vigilante com a questão do patrimônio também e atuante, atuante que eu digo assim, nós somos pessoas do bairro, a maioria de nós, tem gente do MSST que nem mora mais aqui no bairro, mas continua militando, porque vem tanto ao Santa Tereza que se sente morador, mas assim, a gente aqui tá mais ligado a essas questões do dia a dia e apoiando as pessoas, a questão do mercado, questão de segurança, a gente tenta usar a mobilização do MSST hoje pelo mercado (Entrevista com Jorge, novembro de 2021).

Afirmou ainda que se mobilizam principalmente através de redes sociais e grupos de aplicativos de mensagens. No caso de surgirem demandas mais urgentes, retomam as reuniões em praça pública, que são abertas a todos que queiram participar. Entretanto, com a pandemia, o MSST teve que suspender as reuniões, mas pretendem retomá-las assim que possível.

Em relação aos demais problemas enfrentados em Santa Tereza, relatou, enquanto morador, que os problemas do bairro são os mesmos da cidade. Disse que Santa Tereza possui uma população de rua muito elevada e que tem aumentado os índices de violência, devido, principalmente à degradação das condições de vida da população e aumento da miséria. Apesar da “parte alta” do bairro ter seus problemas e demandas, as Vilas Dias e São Vicente, assim como várias outras vilas de Belo Horizonte e até mesmo do Brasil, apresentam demandas muito mais urgentes. Afirmou ainda que é contra essa realidade que o bairro Santa Tereza e o MSST visam lutar, evitando a ocupação dos espaços por megaempreendimentos, e a quase inevitável gentrificação do bairro, que possivelmente incorreria na “expulsão” da população mais pobre e vulnerável presente no bairro, como já ressaltado anteriormente.

[...] os problemas de Santa Tereza são os problemas da cidade... nós temos uma população de rua muito elevada [...] essa situação deles é muito mais desesperadora. Mas a gente está aqui de perto e vê isso. Mas Santa Tereza sofre com os problemas da cidade. [...] eu estava na reunião do orçamento participativo com a camisa do MSST, [...] mas o cara passou por mim e falou assim, Santa Tereza tá salva moço, nós temos que salvar é as vilas e as favelas, então assim, a gente tem problemas em Santa Tereza sim, a gente tem umas coisas

que podem melhorar e tal, mas a gente tem muito mais problemas na Vila Dias, na Vila São Vicente. [...] mas isso aí eu não vejo como problema de Santa Tereza, vejo como um problema de Belo Horizonte e não é um problema só de BH, é um problema das cidades... é exatamente isso, em uma pequena escala, né? Mas é exatamente contra isso que Santa Tereza tenta lutar, né? Nós não queremos expulsar as pessoas daqui só porque o lote delas é valioso e tal... não queremos expulsar o cara daqui pra mandar ele lá pra Justinópolis, nada contra Justinópolis, mas se o trabalho dele é aqui, se ele vive aqui, tocar essa pessoa daqui para amanhã ou depois ele ficar sem teto ou algo assim... E essas coisas acontecem nessas pequenas escalas, vão ficando maiores e vão de tornando Belos Horizontes aí, né? (Entrevista com Jorge, novembro de 2021).

Além do MSST, Jorge já participou da associação dos moradores. Segundo ele, a mesma, em mandatos anteriores, vinha sendo usada para outros fins, principalmente para interesses próprios dos envolvidos. Entretanto, conseguiram em 2014 ganhar as eleições e desde então a associação vem sendo conduzida por pessoas ligadas ao MSST. Contudo, apesar da associação ter deixado de representar interesses individuais e passado a refletir as demandas da comunidade, ainda assim esse cenário também traz uma certa disparidade e exclusão dentro do bairro. Afirma, que as demandas das vilas constantemente não são tratadas como pautas e medidas urgentes a serem apoiadas pela associação, devido a existência de conflitos internos.

O ex-presidente da ACBST, Paulo, relatou ainda que em mandatos passados havia duas pessoas das vilas que faziam parte da associação e que tentavam priorizar a inserção de um representante de cada área do bairro. Entretanto, ao longo do tempo um desses integrantes teve que se mudar do bairro e o outro deixou de participar por questões de conflito, pois considerava que a associação não estava defendendo os interesses das vilas. Relatou ainda que tentaram retomar o diálogo com as vilas, mas que a relação sempre culmina em um certo conflito.

A gente priorizou colocar um representante de cada área. Mas ao longo do tempo uma teve que mudar do bairro e a outra deixou de participar, mas ela deixou de participar porque também estava meio conflituoso pra ela. Por questões assim: Ah, está defendendo os interesses do pessoal lá de cima e não os nossos. Mas a gente tentou conversar, ter esse diálogo assim, colocar uma pessoa, mas sempre esbarra nessa complicação. (Entrevista com Paulo, outubro de 2021).

O integrante do MSST também relatou haver um certo conflito e distanciamento entre os moradores das vilas e os moradores do restante do bairro e que as vilas, assim como o bairro têm uma história muito antiga. Relatou ainda que conhece a realidade das vilas e que elas sofrem problemas sérios de infraestrutura e ausência de apoio e investimentos por parte do poder público,

mesmo residindo praticamente na área central do município. Além disso relatou que já sofreram e ainda sofrem com o preconceito e exclusão por parte dos moradores do próprio bairro, o que faz com que essa situação de conflito interno se acentue ainda mais.

Nós fomos uma vez em uma reunião do GASS [...] e o presidente da associação [...] começou a falar e aí [...] uma senhora lá... por que o pessoal das vilas são mais diretos né? Não têm meias palavras, a senhora [...] falou assim: mas vem cá, você veio aqui falar, quem que é você? Aí ele falou, eu sou presidente da associação comunitária do bairro Santa Tereza. Aí ela falou: ah, você é presidente “lá de cima”. Então assim, acredito eu [...] que o pessoal das vilas criou esse ranço da gente. [...], mas resultado, existe um certo distanciamento sabe, é difícil da gente quebrar, eu mesmo já participei de várias reuniões da vila. [...] Porque as pessoas também vão perdendo a esperança... o cara não tem esgoto, não tem luz, não tem água, o cara é abandonado pela cidade, mesmo morando há dois quilômetros da Praça Sete, o cara é abandonado pela cidade, então ele perde a confiança nas instituições e aí não quer saber de reunião e tal... [...] E tem essa relação desgastada de muito anos, sabe? [...] a gente tem pouca penetração nas vilas, se você chegar lá nas vilas e falar que você é “lá de cima” complica, entendeu? E eu acho que isso é uma reação ao tratamento que sempre tiveram das pessoas aqui. [...] Santa Tereza também tem um pessoal que é bem complicadinho, tem muito classe média, né? [...] pessoal do colonialismo, feudalismos, casa grande e senzala... essa realidade que a gente vive infelizmente até hoje. (Entrevista com Jorge, novembro de 2021).

Relatou ainda que enquanto MSST, não possuem muito poder de atuação nas vilas, tendo em vista que o foco do movimento é outro. Entretanto, quando é necessária alguma intervenção ou auxílio à comunidade, atuam como associação de moradores. Além disso, relatou que caminham muito próximos à ACBST e diversos integrantes fazem parte dos dois movimentos e que atuam apoiando a associação no que for necessário, além da participação em audiências, reuniões e debates. Entretanto, a parte representativa oficialmente é desempenhada pela associação de moradores.

5.1.5. Reconhecimento, segregação social, discriminação e exclusão

Os entrevistados foram questionados também sobre as principais diferenças observadas entre os moradores das vilas e os demais moradores do bairro. Nesse sentido, as principais diferenças relatadas pelo ex-presidente da associação de moradores e pelo integrante do MSST foram as questões envolvendo as demandas por melhorias estruturais, que geram, conseqüentemente, vulnerabilidades locais e a diferenciação de renda dos moradores.

O integrante do MSST relatou ainda acreditar que os moradores das vilas se sentem tratados de forma inferiorizada pelo restante do bairro, devido ao histórico de ocupação das vilas e por serem uma população de baixa renda, gerando justamente um sentimento de distanciamento e rejeição, bem como um conflito permanente, mesmo que de forma velada, entre a “parte baixa” e a “parte alta” do bairro.

É melhor você chegar lá na vila e falar que você é do interior [...] que eu acho que eles vão tratar você muito melhor do que se você falar que é de outro lugar ou bairro, só de você falar que é de Santa Tereza. [...] esse distanciamento [...] é uma coisa que deveria já ter ficado no passado e eu não vejo que ficou ainda. Mas que já deveria ter ficado no passado e é uma barreira que pra gente, enquanto movimento, enquanto luta de morador, é uma coisa que a gente tem que quebrar e tentar cada vez mais aproximar tanto do quilombo quanto das vilas e inserir essas pessoas mesmo, dar condições, lutar para dar pelo menos a dignidade que nós temos aqui em Santa Tereza. Então uma boa forma da gente aproximar seria dessa forma, mas existe uma resistência grande. (Entrevista com Jorge, novembro de 2021).

Quando questionado se os moradores do restante do bairro conhecem as vilas, os entrevistados informaram que acreditam que sim. Entretanto, o ex-presidente da ACBST, Paulo, informou que, apesar de conhecerem as vilas, não são todos os que conhecem suas demandas e necessidades. Já em relação aos frequentadores, disse acreditar que a grande maioria não conhece as vilas, por se tratar de uma relação diferente com o bairro, em que as pessoas frequentam o local para aproveitar os pontos noturnos, bares e restaurantes de Santa Tereza, não tendo, portanto, um contato mais próximo com as vilas e os problemas e desafios enfrentados pelo bairro.

O integrante do MSST relatou acreditar que os moradores do bairro conhecem as vilas, porém afirmou que uma grande parcela das pessoas da “parte alta” do bairro nunca se importou com seus problemas ou demandas, apesar de conhecê-las. Mas que boa parte dos moradores reconhecem sua importância e a atuação de moradores que foram importantes e marcantes em épocas passadas.

Quando questionado se acreditava que os frequentadores do bairro conheciam as vilas, o integrante do MSST, afirmou que possivelmente não conhecem ou conhecem muito pouco e enfatizou a problemática de que “as pessoas tentam esconder o que acham feio”, no sentido de claramente tentar excluir ou jogar para “debaixo do tapete” os problemas e as comunidades que vivem em condições de vulnerabilidade e baixa renda.

Nota-se, portanto, diante dos relatos apresentados acima, uma percepção da tentativa de invisibilizar ou excluir as vilas, por parte da população em geral, como se elas não fizessem parte do bairro Santa Tereza, assim como ocorre em outras vilas e favelas de Belo Horizonte. Entretanto, vale ressaltar, diante dos dados aqui apresentados, que Santa Tereza não se trata apenas da realidade amplamente conhecida e reconhecida dos bares, da vida boêmia e da cultura local, possuindo também outras territorialidades, como as Vilas Dias e São Vicente e o quilombo Souza.

O representante do MSST, Jorge, problematizou ainda a necessidade e a importância de elevar e valorizar a autoestima dos moradores das vilas, no sentido de demonstrarem que aquele espaço é simples, mas pertence à comunidade. E, além disso transformar o espaço das vilas, em um lugar mais acolhedor e que disponha melhores condições e qualidade de vida para seus moradores. Nesse sentido citou estratégias de melhorias, que vão além das obras de infraestrutura propostas pela prefeitura e que possam demonstrar a diversidade e riqueza presente no local. Dentre as estratégias citou a possibilidade de transformação das vilas em um ponto turístico do bairro, com a pintura das casas, visitas à escola de circo da comunidade, atividades no campo de futebol, eventos de gastronomia, dentre outras ações visando a valorização e visibilidade das vilas.

Já ambos os representantes das vilas entrevistados disseram acreditar que os moradores e frequentadores do bairro conhecem a área, por ser um local de antiga ocupação e com alta visibilidade, além de ser próximo à Avenida dos Andradas e ao Shopping Boulevard. Ressaltaram ainda que as vilas são a “porta de entrada” para o bairro e que após da repercussão do caso das “Torres Gêmeas”, todos passaram a conhecer as vilas. Entretanto, o representante das vilas e ex-candidato à associação de moradores, Vicente, ressaltou que apesar de acreditar que todos conheçam, são poucos os que frequentam as vilas e que há de fato essa separação.

Em relação à segregação social com os moradores das vilas, o ex-presidente da associação de moradores, Paulo, afirmou que em parte esse problema é de responsabilidade da própria associação, inclusive dele próprio, por não conseguirem criar um canal de comunicação mais próximo e um trabalho conjunto com as vilas. Relatou ainda que estavam tendo alguns “rolezinhos” – ou seja, encontros marcados pela internet por adolescentes ou jovens, geralmente pobres, a

maioria negros, querendo se divertir⁴, – na praça Duque de Caxias. Diante dessa situação, a associação de moradores estava sofrendo uma pressão muito grande para acionarem a prefeitura, a guarda municipal e a polícia militar para reprimirem essas movimentações.

Posteriormente, após a ocorrência de tais incidentes e das manifestações contrárias e repreensivas da população Paulo relatou que, em uma conversa com um colega e morador das vilas, ouviu ele dizer que havia ido lá apenas para “tomar uma cerveja também”.

Ou seja, naquele momento afirmou ter percebido que aquele hábito também fazia parte da cultura e da socialização dos moradores das vilas e que eles também tinham direito àquele espaço. Mas que devido a diferenças de classes sociais e conflitos existentes, alguns moradores se sentiram “ameaçados” e no direito de acionar a associação para tentar se “proteger”. Nesse sentido nota-se claramente uma tentativa de exclusão dessa parcela da sociedade da convivência com o restante dos moradores do bairro, inclusive através da utilização de força policial para tentar reprimir e dispersar tais movimentos, evidenciando assim a segregação presente no bairro.

O integrante do MSST, Jorge, confirmou que existe preconceito em relação aos moradores das vilas e que percebem a segregação social até mesmo nas reações apresentadas pelos moradores das vilas frente aos moradores da “parte alta”. Afirmou ainda acreditar que esse preconceito em um primeiro momento partiu da “parte alta” do bairro e que atualmente os moradores da vila se conformaram com o preconceito e o sentimento de exclusão a tal ponto que simplesmente se dedicam a sua vida diária sem levarem em consideração o tratamento que recebem do resto do bairro. Nesse sentido, isso poderia explicar em parte o distanciamento e os conflitos que existem entre as vilas e o restante do bairro.

De acordo com o representante das vilas, Vicente, o preconceito dos moradores da “parte alta”, é porque eles fazem parte da comunidade. Muitos nunca visitaram as vilas, embora tenham um campo de futebol muito bom e que poderia ser utilizado por todos. Mas disse que apesar do

⁴ Os “rolezinhos” são Quando surgiu, os movimentos eram convocados por cantores de funk, em resposta a um projeto de lei que proibia bailes do estilo musical nas ruas da capital paulista. Nesse sentido, e incomodados com a quantidade de jovens cantando refrões de funk, a direção de alguns shoppings paulistanos tiveram o respaldo de decisão judicial para fazer a triagem de clientes. Posteriormente, a repressão policial aos participantes também gerou repercussão e os eventos continuam a ser promovidos e se espalharam por todo o país, como forma de protesto (SILVA, 2015)

preconceito que percebe por parte de algumas pessoas, gosta de morar na vila. Informou ainda que os jovens e os moradores das vilas em geral frequentam os bares do bairro e que nunca ficou sabendo de nenhum caso de preconceito ou discriminação nesse tipo de situação.

[...] a gente podia na verdade ceder esse espaço para eles também, [...] tem muitos meninos que querem jogar uma bola, aí jogam aqui na praça. Então é isso, só essa integração do bairro com a vila que está faltando. Então a gente está vindo com essa proposta entendeu, essa integração. Porque lá faz parte de Santa Tereza e eles não fazem questão nenhuma de falar que existe uma vila lá. E é verdade, existe uma vila no bairro, então isso tem que ser dito. [...] Elas (as vilas) fazem parte de Santa Tereza e tem que acabar com esse preconceito. [...] assim, eu vejo né, por morar em uma comunidade que já tem isso. Quando o povo sabe que a gente mora na comunidade o preconceito é geral. O cara é seu amigo, você vai lá e se apresenta, quando você fala que é comunidade, você vê que já muda. O cara fala, pô, o cara bem-vestido morando na comunidade, mas porque que eu não posso vestir uma roupa boa? Você entendeu? Então o preconceito é geral [...] E viver na comunidade hoje é muito gostoso [...]. É uma vila muito tranquila. (Entrevista com Vicente, novembro de 2021).

Já Dias disse que não percebe nenhuma forma de exclusão ou de segregação social com os moradores das vilas e que sempre recebem muito apoio de pessoas de fora da comunidade. Informou ainda que os moradores das vilas frequentam os bares do bairro e as atividades que são desenvolvidas. Disse que sempre que ocorre algum evento, os moradores das vilas também participam.

Em relação à visibilidade e tratamento diferenciado por parte do poder público, Paulo informou que de fato percebe que as demandas dos moradores que possuem maior faixa de renda do bairro, normalmente, são atendidas mais facilmente. Relatou ainda que, possivelmente, como não demandam intervenções de grande porte, acabam por serem mais facilmente solucionadas. Mas que também percebe um certo atendimento preferencial por ser uma região onde os moradores possuem melhores condições financeiras, assim como ocorre nos demais bairros nobres de Belo Horizonte. Além disso, reafirmou que possuem um acesso maior ao poder público, enquanto associação de moradores.

Em consequência, algumas demandas da “parte alta” de fato são atendidas de maneira muito mais eficaz. Entretanto, percebe que quanto menor poder aquisitivo a comunidade possui, maiores são as dificuldades que ela enfrenta na resolução dos problemas enfrentados, necessitando de uma

mobilização muito maior e mais efetiva por parte da comunidade para que alguma melhoria seja alcançada.

O integrante do MSST, Jorge, também afirmou que percebe claramente uma diferença na visibilidade e no tratamento por parte do poder público com as vilas do bairro. Ressaltou que essa dinâmica também ocorre nas demais regiões da cidade, onde as demandas das áreas mais nobres são priorizadas em detrimento das regiões mais carentes. Nesse sentido, citou o PGE das vilas, mencionado anteriormente, que até hoje não foi executado e que a prefeitura ainda usa como “barganha” para buscar implementar outros projetos.

Criticou ainda a desqualificação das instituições públicas que fazem com que os cidadãos passem a não acreditar mais na atuação do estado, diante das suas necessidades, bem como na má gestão dos recursos públicos, que geralmente são investidos em áreas de menor prioridade, sendo que os locais mais carentes e vulneráveis acabam sendo esquecidos.

Já Dias, liderança da Vila Dias, informou que também percebe uma falta de vontade por parte do poder público em atuar na área, principalmente para a execução do PGE. Informou ainda acreditar que para a prefeitura seria mais vantajoso mostrar a realização de trabalho bem-feito, que foi realizado nas vilas, do que deixar a situação como está atualmente e que como o bairro se encontra praticamente no centro de Belo Horizonte, próximo a vários pontos importantes da cidade, seria essencial promoverem a melhoria das vilas. Informou ainda que tentará realizar uma mobilização com o apoio da associação de moradores, visando pressionar a prefeitura para iniciarem as obras.

Retomando as discussões a respeito da nomenclatura utilizada pelos moradores que dividem o bairro em “parte alta” e “parte baixa”, observou-se que a maioria dos entrevistados utilizou em algum momento os termos para diferenciar as duas realidades presentes no bairro. Eles ressaltaram que apenas utilizavam os termos “parte alta” e “parte baixa” por hábito ou para facilitar a comunicação e identificação das áreas.

Porém, Jorge, representante do MSST afirmou:

...eu só ouvi isso das pessoas da vila, eu vi nessa reunião ... ela usou esse termo e depois eu vi as pessoas se referindo. Então aqui de cima você não nota assim,

eu não sei se é uma forma também de excluir, mas não é assunto, vamos dizer assim, as vilas não é assunto aqui em cima, as pessoas aqui... eu peguei o vício de falar aqui em cima, mas no bairro, você não tem grandes discussões assim, eu nunca presenciei as discussões nem para o bem nem para o mal, falando das vilas, nem depreciando ninguém das vilas, tipo, “ah, só podia ser isso ou aquilo”, “ou só podia vir lá de não sei onde”, eu particularmente nunca presenciei, mas o que eu presenciei e eu vi claramente é que existe um rancor, a palavra mais correta seria isso, um rancor do pessoal das vilas por causa talvez de tratamento de longa data aí e de exclusão, né? As pessoas se sentem excluídas e aí ficar rancorosas e tal e mantêm esse distanciamento pra até mesmo... pra não sofrer mais assédio, não sofrer mais ataque, né, para se defender também, né? (Entrevista com Jorge, novembro de 2021, grifo nosso).

Desta forma, nota-se que os termos “parte alta” e “parte baixa” talvez não seja uma nomenclatura ou forma de se referir ou distinguir, conscientemente, as nuances de ambientes presentes no bairro, mas claramente é algo que se repete nas fontes de dados pesquisadas e está presente na maioria das falas dos entrevistados. Portanto, talvez seja algo que já se encontra internalizado e embutido no imaginário das pessoas como uma forma de tratamento trivial, mas que na realidade diz muito sobre a diversidade socioeconômica e cultural presente no bairro. Ou seja, não se trata de uma diferença relacionada à uma questão topográfica, mas sim de uma diferença de classe social, que escancara as desigualdades presentes no bairro.

Nesse sentido, recorre-se aqui ao conceito de representação social que seria um conjunto de conceitos, explicações e frases que possuem origem na vida diária das pessoas e se estabelecem durante o curso das comunicações interpessoais (MOSCOVICI, S, 1981 *apud* ALEXANDRE, 2004). Podem ser consideradas ainda como formas de conhecimento prático orientadas visando a comunicação e compreensão do contexto social, material e ideológico em que se vive. São formas de conhecimento que podem se manifestar como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas a estes, sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuindo para a construção de uma realidade comum, bem como possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Nesse sentido, as representações sociais são fenômenos que necessitam ser entendidos a partir do seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (JODELET, 1986).

Desta forma e diante do conceito apresentado acima, nota-se que a nomenclatura utilizada pelos moradores do bairro Santa Tereza se caracteriza como uma forma de representação social

que foi criada e difundida entre a comunidade. Tudo indica que representa uma forma de segregação social e exclusão, mesmo que inconsciente, praticada tanto pelos moradores da “parte alta”, quanto pelos moradores da “parte baixa” do bairro. O significado mais explícito aparece em situações tensas ou conflituosas, em que o uso da nomenclatura – sobretudo pelos moradores das vilas – revela a diferenciação de hierarquias sociais.

5.2. O quilombo do Santa Tereza

Como ressaltado anteriormente, foi identificado em 2019 no bairro Santa Tereza uma comunidade remanescente de quilombolas, localizada na Vila Teixeira. A comunidade se autodeclarou quilombola após ter sido alvo de um processo de reintegração de posse que já corria há décadas na justiça. A Vila Teixeira está localizada na Rua Teixeira Soares onde vivem cerca de 40 pessoas de 16 famílias que residem no terreno há mais de 70 anos e que recentemente vinham sendo ameaçadas de despejo. A área é alvo da disputa judicial há 50 anos e em abril de 2019, a justiça havia determinado reintegração de posse do terreno para um clube que fica na mesma área (BRASIL DE FATO, 2019; ESTADO DE MINAS, 2019a, 2019b; HOJE EM DIA, 2019b).

Desta forma e como discutido por Little (2002), há uma imensa diversidade sociocultural presente no território brasileiro, que é, entretanto, acompanhada por uma extraordinária diversidade fundiária. Por um lado, têm-se as diversas sociedades indígenas, cada qual com suas formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formando um dos núcleos mais importantes dessa diversidade. E por outro, as centenas de comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas por todo o território nacional (LITTLE, 2002).

Os problemas sociais oriundo da diversidade fundiária do Brasil foram pouco conhecidos no país até o seu reconhecimento formal na Constituição Federal de 1988 pelo Estado brasileiro. Porém, na prática, a questão fundiária no Brasil está longe a ser resolvida, pois vai além do tema de redistribuição de terras, como evidenciam os processos de ocupação e afirmação territorial e que se remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial (LITTLE, 2002). Diante dessa contextualização observa-se aqui uma nítida semelhança entre os pontos de discussão apontados por Little, com o processo ocorrido com o Quilombo Souza, na busca pelo reconhecimento e demarcação do seu território, que vinha sendo ameaçado e invisibilizado perante a sociedade.

Desta forma, o presente capítulo visa relatar e analisar os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com os moradores e lideranças do bairro e do Quilombo Souza, além de apresentar informações obtidas através de fontes documentais, como notícias e reportagens. O primeiro tópico apresenta o histórico do quilombo, como forma de contextualização e embasamento para as demais discussões que serão trazidas ao longo do capítulo. O tópico seguinte analisa as principais demandas do quilombo, apontadas durante as entrevistas.

Em seguida, apresenta-se os resultados relativos à interação e diálogo entre a Associação de Moradores do bairro e o MSST, com o quilombo, visando identificar em que medida tais relações acontecem e como são percebidas pelos diferentes atores entrevistados. Por fim, elaborou-se uma discussão através das falas dos entrevistados visando identificar em que medida o quilombo é reconhecido e/ou sofre processos de segregação social, discriminação e exclusão, tanto perante a própria comunidade do bairro, quanto por meio do poder público.

5.2.1. O histórico do quilombo Souza

A territorialidade de um grupo se apresenta enquanto uma força latente, cuja manifestação depende de contingências históricas. Qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos, tendo em vista que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social. Desta forma, para analisar o território de qualquer grupo, precisa-se, portanto, de uma abordagem histórica demonstrando o contexto específico em que surgiu, bem como os contextos em que o território foi defendido e/ou reafirmado (CASIMIR, 1992 *apud* LITTLE, 2002).

Visando entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utiliza-se aqui o conceito de cosmografia abordado por Little, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. Como observado no caso específico do Quilombo Souza, a cosmografia de um grupo inclui os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva da família, seu regime de propriedade e o uso social que dá ao território, bem como as formas de defesa do mesmo.

Como será relatado a seguir, o quilombo Souza possui vínculos profundos como o território, além de uma história de ocupação desde o início do século XX, guardada na memória da família. Mais adiante aprofundamos que todas as características do grupo se referem a características geralmente observadas nas comunidades quilombolas, embora eles mesmos não soubessem, inicialmente, que poderiam ser reconhecidos como tal. Desta forma, iniciaram a luta pelo seu território, embora, tivessem vivido todo esse tendo na invisibilidade.

Entretanto, a esse respeito, Carvalho (1996) afirma que a sobrevivência dessas comunidades, durante séculos deve-se, em parte, à estratégia da invisibilidade, tanto simbólica quanto social, empregada pelos quilombolas, visando a manutenção de seus territórios (CARVALHO, 1996). No caso do quilombo Souza, não foi possível identificar se essa estratégia de fato foi utilizada pelos antepassados da comunidade, porém, a manutenção dos vínculos afetivos e da história guardada na memória da família permitiu que a comunidade descobrisse a tempo o direito de serem reconhecidos e terem seu território preservado.

Diante da introdução exposta, apresenta-se abaixo o histórico do quilombo Souza, como forma de contextualização e embasamento para as demais discussões que serão trazidas ao longo do capítulo.

Conforme dados históricos, o quilombo da família Souza constituiu-se a partir do início do Século XX, liderado por Dona Elisa e pelo Sr. Petronillo, oriundos de fazendas cafeeiras de São José de Além Paraíba (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019). O terreno que hoje abriga o quilombo foi adquirido pelas famílias em 1923 por Elisa de Souza, nascida sob a lei do Ventre Livre e seu esposo Petronillo de Souza, ex-escravo. O casal veio para a capital para trabalhar no abastecimento agrícola do bairro Santa Tereza e na Construção da Igreja da Boa Viagem (BRASIL DE FATO, 2019). Em audiência realizada no dia 11 de julho de 2019, o advogado Joviano Maia relatou que em 1905 Arthur Ramos adquiriu terras da Colônia Werneck e começou a vender as partes. Um desses compradores adquiriu um dos terrenos que foi vendido para um terceiro e, posteriormente, transferido para Dona Elisa, a matriarca da comunidade, tendo registrado o contrato de compra e venda em 1923 (ESTADO DE MINAS, 2019a).

A nossa história de quilombo é que o meu bisavô e minha bisavó são de São José de Além Paraíba, [...] e vieram para Belo Horizonte em 1910. Onde eles se

instalaram em Santa Tereza na rua Salinas, onde o nosso terreno a princípio era uns 6.500 m² mais ou menos e hoje a gente tem 2.500 m² aproximadamente, que foram perdendo ao longo desse período. [...] eles compraram esses terrenos, que foram adquiridos através de trabalho [...]. Então nós fomos crescendo junto com a capital. A minha família tem 100 anos que veio para cá né? E Santa Tereza tá fazendo 121. Santa Tereza estava nascendo e a gente mora aqui desde então. Agora a gente morava sempre no mesmo lugar, nunca saímos daqui. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Os herdeiros de Arthur Ramos, vendedor do terreno, entraram com uma ação demarcatória e pedido de subsequente emissão de posse do terreno contra vários réus em 1970, dentre eles os moradores da Vila Teixeira e o processo corria desde então na justiça (BRASIL DE FATO, 2019; ESTADO DE MINAS, 2019a; HOJE EM DIA, 2019c). A ação foi julgada em segunda instância como procedente sem mais possibilidade de recursos em novembro de 2011. A demarcação do terreno foi homologada em dezembro de 2006 e a primeira ordem de emissão de posse aos autores foi concedida em fevereiro de 2009. Posteriormente a Justiça já expediu dois mandatos de imissão de posse em 2015, porém, segundo o TJMG, os mesmos não puderam ser cumpridos integralmente devido à resistência das famílias em saírem do local e a falta de condições para realizar a remoção (ESTADO DE MINAS, 2019a; HOJE EM DIA, 2019c). Em 2019 as famílias foram surpreendidas pela ordem de despejo, sem que fossem ouvidos pela justiça (BRASIL DE FATO, 2019). Os moradores da vila afirmam que não participaram dos trâmites legais e alguns moradores de outras partes do Santa Tereza relatam que houve influência política na decisão e que a remoção da propriedade seria uma fraude (HOJE EM DIA, 2019b).

Nesse sentido, Souza, uma das lideranças do quilombo entrevistada, explicou que

[...] na realidade é um processo antigo que existiu, mas que a gente não tinha o conhecimento, porque era um processo muito antigo e os herdeiros de Artur Ramos queriam achar um terreno que eles tinham aqui em Santa Tereza. Aí eles fizeram uma ação contra a minha avó, contra o clube, contra a escola, contra a caixa econômica e outros vizinhos [...] querendo a reintegração de posse. Só que aí esse processo foi extinto porque argumentaram que não era esse terreno [...]. Quando foi em 1983 eles reabriram esse processo aí em 1983 minha avó apresenta o documento que meu avô comprou o terreno, aí eles alegaram que ele não valia [...]. Aí fizeram um levantamento com um perito, mostrando que eles estavam de má fé, porque eles [...] foram vendendo e quando foi em 1924 eles registraram sem diminuir a área que eles já tinham vendido pra várias pessoas e aí o processo foi extinto novamente e quando foi em 2006 reabriram de novo, só que aí a gente achou que já tínhamos provado que a gente não estava nesse processo. E na verdade quem estava era minha avó que na época já tinha falecido e ficou meio que a revelia. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Vale ressaltar que houve, portanto, uma tentativa de grilagem⁵, através da formalização de um processo que requeria um terreno que já havia sido vendido e não pertencia mais aos antigos proprietários, além da tentativa desqualificação dos documentos apresentados pela comunidade, comprovando a compra do terreno. A liderança do quilombo confirmou ainda que em momento algum foram consultados ou informados de que o processo havia sido reaberto e que a família estava novamente correndo o risco de perder o terreno. Além de não serem notificados ou procurados pela justiça, foram tratados como se fossem apenas números e não famílias que possuíam direitos e uma história centenária de uso e ocupação do imóvel e entraram posteriormente com um comunicado na justiça para tentar rever a decisão do juiz.

[...]o oficial de justiça tirou foto das placas da nossa casa, dos números sabe? Dos interfones, então nós passamos a fazer parte desse processo, porém sem nome, só o número e toda a comunicação que foi feita do oficial de justiça, foi feita no Clube Oasis. Ai quando chegou 2018 eles falaram, ó, vocês vão ter que entregar a terra para os herdeiros. Aí deu que estava trânsito em julgado. Ai a gente falou, uai, mas nós não fomos ouvidos, não fomos comunicados, nem nada. Ai esse oficial de justiça deixou tirar uma foto desse papel e aí nós fomos e procuramos um advogado e daí então foi feito um comunicado ao juiz que a gente não era número, que a gente morava e tinha documentações. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Posteriormente, foi relatado que o oficial de justiça fez um levantamento e cadastramento das famílias que residiam no terreno e realizaram uma reunião, na qual deram prazo de 15 dias para que todos saíssem do imóvel. As famílias então se recusaram a aceitar a decisão do oficial e foram atrás dos seus direitos, buscando apoio junto à associação de moradores do bairro, que, em meio a conversas e conhecendo melhor a história da família, identificaram que poderia se tratar da história e dos modos de vida de um quilombo.

[...]através da associação do bairro [...] nós pegamos e fizemos a nossa voz. Aí pedimos ajuda e aí eles perguntaram: ‘mas vocês moram aqui há quanto tempo?’ e foram saber da história. Aí foi através disso que eles falaram: ‘olha, vocês vivem aí há tanto tempo, com esse modo de viver, vocês parecem mais um quilombo’. Aí fomos para Além Paraíba, onde achamos a certidão de batismo do meu bisavô no livro dos escravos, aí fomos e achamos a certidão de casamento dos meus bisavôs, né, na igreja e com isso conseguimos a prova. Porque muitos dos quilombos, esse documentar da história, muito se perdeu né... porque quando a gente teve lá em Além Paraíba eu não consegui todos os documentos que eu queria, porque teve uma enchente e se perdeu muita coisa, então é mais a gente conhecer a história

⁵ O termo grilagem é utilizado para definir todo ato que visa obter posse ou propriedade da terra por meio ilícito. Normalmente, a forma mais conhecida é pela falsificação de títulos de terra que foram registrados em cartório.

da oralidade né? E ter esse palpável foi muito importante para nós. É uma forma de resistência mesmo né, por quê? Porque aí nós fizemos o parecer técnico, enviamos pra Palmares, enviamos para Prefeitura, né? E enquanto esse movimento estava acontecendo nós conseguimos ter tempo para ir adiando a ordem de despejo. Porque a gente não é só número. Aí o juiz mandou cadastrar, ver quantas famílias tinha, porque eles não sabiam nada. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Então, no dia 30 de junho de 2019, durante uma assembleia para discutir a identidade da Família Souza que contou com a participação dos moradores da Vila Teixeira Soares, todos os presentes se reconheceram como quilombolas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019). A Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cidadania, emitiu no dia 18 de julho de 2019 o registro da Vila Teixeira como Comunidade Quilombola Família Souza, sendo a quarta comunidade em contexto urbano de Belo Horizonte.

A portaria certificando o autorreconhecimento realizado pelos moradores foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) (BRASIL, 2019; BRASIL DE FATO, 2019; ESTADO DE MINAS, 2019a, 2019b; HOJE EM DIA, 2019b, 2019c). Em relato, Souza afirma que tal medida ajudou as famílias a valorizarem mais suas tradições e seus modos de vida que andavam “adormecidos” e ressaltou a importância da ligação que possuem com seus ancestrais (BRASIL DE FATO, 2019).

Nesse sentido foi em uma luta de resistência e através de conversas com a associação de moradores do bairro, que a família descobriu que possuíam características típicas de uma comunidade quilombola e que poderiam ser reconhecidas como tal, visando a garantia de seu território. A partir daí, foram atrás da sua história e dos seus direitos, visando evitar o despejo eminente.

Segundo Souza, então, foi através da afirmação e reconhecimento enquanto comunidade quilombola, que conseguiram assegurar a manutenção em seu território, apesar de um processo repleto de irregularidades em que não terem sido ouvidos ou tido a chance de se defender. Afirmou ainda que viu todo o processo como uma forma de preconceito estrutural e ressaltou ainda acreditar que a proteção dos antepassados da família os protegeu e guiou durante essa luta.

[...] Porque a nossa história era nossa e a gente já sabia e tinha o conhecimento, porém a gente não sabia que a gente poderia ser reconhecido como quilombo como forma de resistência ao despejo. Porque tem umas políticas públicas que a gente não conhece, que quando a gente precisa é que a gente tem que correr atrás

daquilo que a gente tá precisando. [...] Então várias coisas foram acontecendo e com isso a gente foi ganhando prazos, que eu acredito muito que é uma força espiritual, uma força de proteção dos nossos antepassados, que foram nos protegendo e nós fomos seguindo numa velocidade que eu falo que é a velocidade da luz (risos). [...] Aí quando nós conseguimos a Palmares, faltando poucos dias para o último prazo de despejo a gente estava sofrendo, porque não adiantava, a gente não conseguia argumentar que estava tudo errado nesse processo. [...] Tem um documento, um contrato, mas [...] nós nunca tivemos o direito de defesa, nós nunca fomos informados, então esse é um processo cheio de irregularidades... aí você vê que há um preconceito estrutural, eu acho. Por que como que todos conseguiram sair (do processo) e a gente não? E porque que o documento que minha vó apresentou lá em 83 não foi considerado? (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Em julho de 2019 foi instaurado um inquérito civil pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF) para apurar as medidas adotadas pelo poder público visando a regularização fundiária da comunidade. O Procedimento foi instaurado depois da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) receber uma cópia do pedido de reconhecimento e valorização da área como remanescente de quilombo. Um outro documento recebido pelo órgão contém também elementos indicativos de que a comunidade é remanescente de quilombo. O órgão ressaltou ainda que inquérito visa garantir reparação integral dos danos provocados à comunidade, a proteção do patrimônio cultural imaterial e o atendimento às demandas por bens e serviços públicos (ESTADO DE MINAS, 2019a; HOJE EM DIA, 2019c; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019).

No dia 22 de julho de 2019 foi realizada uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para discutir a desocupação voluntária das famílias. A seção foi marcada antes da concessão do registro da Vila Teixeira como Comunidade Quilombola. Entretanto ficou decidido que a ação de despejo das famílias ficaria suspensa por 100 dias (BRASIL DE FATO, 2019; ESTADO DE MINAS, 2019a, 2019b; HOJE EM DIA, 2019b). O prefeito Alexandre Kalil estava presente na audiência, além de moradores da comunidade, representantes do Ministério Público Federal e Estadual, as vereadoras Cida Falabella e Bella Gonçalves, a defensoria pública e membros da Associação Comunitária de Santa Tereza (BRASIL DE FATO, 2019). Alexandre Kalil afirmou que o interesse da prefeitura é de que as famílias permaneçam onde estão e que Santa Tereza seja preservada como sempre foi e disse ainda que a origem dos moradores é o que menos importa, o que realmente importa é que são pessoas e que

não podem ser removidas após 50, 60 anos, com a afirmação de que o terreno não lhes pertence (HOJE EM DIA, 2019b).

Visando evitar a desocupação que seria realizada no dia 25 de julho de 2019, o município se comprometeu a promover a Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) e o tombamento da área e em troca os autores da ação receberiam a Unidade de Transferência do Direito de Construir (UTDC) (BRASIL DE FATO, 2019). A UTDC permite ao proprietário de um terreno a possibilidade de exercer, em outro local, o potencial construtivo que teria no imóvel original ou vender esse direito a outra pessoa. Nesse caso o direito de edificar fica desvinculado do de propriedade, permitindo a minimização das perdas financeiras em casos em que o poder público estabelece limites de cunho ambiental, histórico ou cultural, por exemplo.

Entretanto, Souza, uma das lideranças da comunidade declarou que as famílias não aceitaram assinar esse acordo porque se os herdeiros não concordassem eles teriam apenas 15 dias para sair do imóvel. Afirmou ainda acreditar que os supostos herdeiros não têm direito ao terreno, já que não possuem nenhuma documentação comprobatória da propriedade, diferentemente da Família Souza e que seria injusto eles receberem uma outra propriedade que não é deles (BRASIL DE FATO, 2019; HOJE EM DIA, 2019b). A Associação Comunitária de Santa Tereza também se posicionou contra a medida e o advogado e membro da diretoria da Associação, Joviano Mayer, afirmou que em hipótese alguma irá concordar com a desocupação da área e que o município não deve arcar com recursos que visam beneficiar herdeiros que não possuem direito ao imóvel, devido às diversas ilegalidades que constam no processo (BRASIL DE FATO, 2019). O prefeito Alexandre Kalil disse que a suspensão do despejo se trata de uma decisão importante diante do problema social que ela acarretaria e da riqueza cultural da região e afirmou ainda “não podemos colocar essas famílias na rua” (ESTADO DE MINAS, 2019b).

A advogada e representante dos supostos herdeiros do terreno, Wanessa Amaral assinou o acordo e relatou que o objetivo desde o início era de conciliação entre as partes, tendo em vista os 50 anos de andamento do processo na justiça e destacou que iria conversar com seus clientes sobre a oferta da prefeitura de pagamento pela área. Disse ainda que o processo não se trata de especulação imobiliária e que a família foi criada em Santa Tereza (ESTADO DE MINAS, 2019b; HOJE EM DIA, 2019b). Ao final da audiência o juiz Lamego Sleumer reiterou a suspensão do

despejo por 100 dias até que seja tomada uma decisão final e o compromisso firmado pela prefeitura de tombamento da área e direito de potencial construtivo para os autores do processo (ESTADO DE MINAS, 2019b).

Após a decisão da suspensão da ordem de despejo por 100 dias a família continuou na luta por seus direitos e permanece morando atualmente no local e acreditam que, pelo menos por enquanto, não correm mais o risco de sofrerem despejo. Tendo em vista inclusive que a Prefeitura de Belo Horizonte reconheceu o Quilombo Souza como Patrimônio Material e Imaterial de Belo Horizonte e de Santa Tereza. Informaram ainda que agora permanecem na luta para obterem o reconhecimento junto ao INCRA, ao IEFA e ao IFAN e que todo esse processo, apesar de extremante burocrático e desgastante, fez com que a família se fortalecesse ainda mais e tivesse ainda mais conhecimento da sua história e reafirmação e ligação com suas tradições e com seu território.

Diante do exposto acima, tal descoberta ressalta ainda mais a diversidade sociocultural presente no bairro e abre possibilidades de discursões sobre outras formas de preservação e reconhecimento da diversidade cultural e identitária do Santa Tereza, além das já reconhecidas e tratadas como patrimônio de Belo Horizonte.

5.2.2. Principais demandas do Quilombo Souza

Em relação às principais demandas do Quilombo Souza a liderança informou que atualmente não possuem demandas urgentes, que a princípio estava relacionada principalmente com a elaboração do dossiê para reconhecimento da comunidade. Embora teria sido um processo moroso, dispendioso e burocrático, tiveram uma ampla rede de apoio, que foi fundamental, tanto na construção do dossiê quanto para conseguirem a salvaguarda e reconhecimento pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Ressaltou ainda que até serem reconhecidos como patrimônio material e imaterial pela prefeitura de Belo Horizonte ainda estavam sofrendo com a possibilidade de despejo. Porém, acreditam que atualmente a situação se encontra estabilizada. Informou ainda que o processo de reconhecimento e o dossiê elaborado se encontram protocolados na instância federal, junto ao

INCRA. Entretanto, devido ao contexto da política atual ainda não se sentem totalmente seguros de que o documento será aceito e assinado.

Souza disse que consideram que estão seguros, por terem conseguido permanecer em seu território e pela existência de leis que garantem tal permanência, porém ressaltou que houve e ainda há um desgaste muito grande por terem que brigar judicialmente por esses direitos, além da incerteza de que futuramente possam sofrer novas ameaças. Destacou ainda que a constante sensação de terem que ficar constantemente em estado de alerta, além do desgaste emocional e de energia, prejudicam as atividades da família. Tempo e energia que poderiam ser direcionados para outras questões.

Afirmou que possuem muitos planos e projetos para o quilombo e pretendem começar a construir nossos objetivos. Estão construindo um centro cultural, que ainda se encontra com as obras inacabadas e têm participado também de editais para conseguirem verbas. Estão também com o projeto de construção do Jardim dos Sagrados, em parceria com a prefeitura, que se prontificou a doar mudas, mas ainda precisam de aquisição ou doação de insumos para o plantio.

Porém, ressaltou que a pandemia atrasou muitos desses planos, que já poderiam estar em andamento. Gostariam de realizar eventos e festas para a arrecadação de verbas, como as festas juninas que sempre promoviam, entretanto estão tendo que conduzir tais projetos mais lentamente, não por falta de vontade, mas devido a situação atual, que requer cuidados por parte de todos.

Possuem também uma demanda para tentarem reduzir os custos com energia elétrica e informou que se cadastraram recentemente em um projeto para aquisição de energia solar e para isenção de impostos junto à prefeitura. Informou ainda que possuem um problema relacionado ao controle populacional de gatos no quilombo e que já tiveram apoio da prefeitura para castrar os animais, porém muitos deles continuam vindo de propriedades vizinhas, intensificando o problema.

A liderança do quilombo relatou ainda que após serem reconhecidos como quilombolas a visão em relação à família mudou. Informou que antes estavam sendo vistos como invasores do imóvel e que sofreram muito durante o processo de ameaça de despejo, principalmente, por não terem o direito de voz reconhecido e acolhido. Porém, atualmente relatou que como a história já foi reconhecida e apresentada, ao menos em Belo Horizonte, possuem uma segurança e uma

salvaguarda maior, inclusive por pertencerem à ADE de Santa Tereza. Ressaltou ainda a característica de serem um patrimônio dentro de outro, no sentido de que a ADE de Santa Tereza se apresenta enquanto um patrimônio e o quilombo outro.

A gente tem agora uma salvaguarda onde que a gente pode ficar mais tranquilo [...] tem as plantações as áreas verdes que a gente ainda preserva e agora a gente vai ajudando o meio ambiente. Além disso a gente ajuda também na ADE especial. Porque Santa Tereza é um patrimônio e dentro tem outro patrimônio né, então um vai auxiliando o outro [...] porque o Quilombo também tem a sua salvaguarda e não poder ter por exemplo aqui do lado um prédio enorme, então na realidade, um vai sempre colaborar com o outro né, para a preservação que é muito importante. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Criticou ainda a burocracia em relação aos processos de reconhecimento e que precisam ir desenvolvendo aos poucos os processos junto aos órgãos competentes e que não consegue compreender o sentido de terem que ser reconhecidos em vários órgãos.

[...] a gente venceu, né? De não ter sido despejado, porém a gente continua porque a gente quer ter o reconhecimento do INCRA, do IEFA e do IFAN. Então a gente continua na luta [...] porque as coisas ainda são muito burocráticas. Porque na minha opinião, por exemplo, se você foi reconhecido pela Palmeiras, se foi reconhecido por Belo Horizonte [...] por que que não pode ser um por todos né? Ser reconhecido em uma instância e automaticamente ir para as outras... não, você tem que ir subindo cada degrau. [...] Porque igual eu falei, a burocracia você tem que ir aos poucos, desenvolvendo esse trabalho junto a vários órgãos. Na verdade, em 2019 eu conheci órgãos que eu nunca imaginei que existiam. E eu acho que é importante eu falar, porque as pessoas atentam, e falam olha, vamos ver se as vezes eu tenho esse direito também, porque a gente tem sempre que procurar os seus direitos. (Entrevista com Souza, setembro de 2021, grifo nosso).

Portanto, diante do exposto assim, é importante destacar a fala de que para garantirem a territorialidade formal do quilombo é necessário obter o reconhecimento em todas as instituições. Porém a liderança do quilombo entrevistada ressalta muito bem a crítica feita a esse processo de reconhecimento. Por que não basta ser reconhecido uma vez? Tal questão demonstra, portanto, a burocratização dos meios de reconhecimento dos territórios tradicionais, que dificultam o reconhecimento formal da territorialidade desses grupos. Além disso, demonstra que foram por muito tempo invisibilizados e sujeitos ao um processo de reintegração de posse repleto de irregularidades. Nesse sentido, vale reiterar que a sociedade geralmente só enxerga tais territórios após sua formalização e reconhecimento pelo estado.

5.2.3. Interação da associação e do MSST com o Quilombo Souza

A respeito da interação com o quilombo Souza, o ex-presidente da associação de moradores, Paulo, informou que foram avisados da possibilidade de despejo das famílias do quilombo através da polícia militar e a princípio, enquanto associação de moradores, acreditaram que não havia mais nada a ser feito no momento, tendo em vista que o processo já havia sido julgado. Posteriormente foram contactados por representantes da Gabinetona⁶ e, enquanto associação, começaram a se mobilizar para verificar as possibilidades de defesa para as famílias ameaçadas de despejo.

Relatou ainda que nesse primeiro momento foram identificadas características de grupo presente entre as famílias que se assemelhavam a de comunidades quilombolas. A partir dessa identificação começaram a se mobilizar visando auxiliar no processo de identificação e reconhecimento da comunidade. Entretanto, destacou que o processo em si foi direcionado principalmente por vereadores que passaram a apoiar a causa e pela própria Gabinetona. Informou ainda que, enquanto associação de moradores do bairro, auxiliaram e estão sempre em contato com o quilombo visando identificar possíveis demandas futuras das famílias e, além disso, buscam sempre participar de eventos e atividades, visando promover o fortalecimento da comunidade.

Segundo Souza, durante uma reunião da associação e moradores, eles se apresentaram e expuseram a ameaça de despejo que estavam sofrendo e pediram o auxílio da associação. Informaram ainda que, possivelmente, se o despejo se concretizasse, havia a possibilidade de construir uma faculdade no local onde hoje residem as famílias do quilombo e que tal empreendimento poderia ferir as diretrizes previstas na ADE do bairro.

Disse ainda que o papel de apoio oferecido pela associação foi importante na luta pelo território, tendo em vista que alertaram as famílias sobre as características que possuíam e a possibilidade de serem reconhecidos como quilombo. Nesse sentido orientaram para que buscassem elaborar um parecer técnico e que entrassem com o pedido de reconhecimento da comunidade quilombola. Desta forma, a associação indicou o “caminho das pedras” e foi essencial

⁶A Gabinetona é um mandato coletivo que teve início em 2017, em Belo Horizonte. Ao longo de quatro anos, essa experiência inovadora de ocupação da política institucional reuniu parlamentares das três esferas do Legislativo, por meio do compartilhamento de equipes, ações e estratégias comuns, em diálogo e cooperação com as lutas populares e diversos segmentos sociais (Portal memória Gabinetona, disponível em: <https://memoria.gabinetona.org/>).

para que já pudessem iniciar a luta pelo seu território de forma direcionada e assertiva. Posteriormente tiveram ainda todo o apoio político, principalmente de vereadores que apoiaram a causa, bem como da bancada do PSOL e da Gabinetona.

Relatou ainda que a associação continuou acompanhando e participaram de todo o processo e que possuem uma boa relação com a associação, que continua mantendo o apoio ao quilombo em caso de necessidade. Nesse sentido, a associação tem sido mais uma voz na luta pelos direitos do quilombo

O representante do MSST, Jorge, informou que grande parte da luta do quilombo foi apoiada por integrantes do movimento, que acompanharam de perto todo o processo despejo e reconhecimento da comunidade. Tiveram apoio também das brigadas populares e de um de seus advogados.

Informou ainda que o MSST realizou algumas ações de apoio e logística. Por serem um movimento muito diverso e plural que abrange diversos profissionais e setores, como engenheiros, artesãos e setores de base, possuem certa facilidade em atuar e dar suporte para a população em diversas áreas. Nesse sentido, acredita que o apoio disponibilizado ao quilombo foi de grande importância, tanto pelo apoio quanto pela divulgação da causa.

5.2.4. Reconhecimento, segregação social, discriminação e exclusão

Em relação ao conhecimento do quilombo pelos frequentadores e moradores do bairro, tanto o ex-presidente da associação de moradores, quanto o integrante do MSST informaram que possivelmente conhecem de forma superficial, tendo em vista que foi reconhecido recentemente. O integrante do MMST afirmou ainda que possivelmente a região onde se encontra o quilombo é conhecida devido à antiga ocupação da área, porém, não instituída e reconhecida enquanto quilombo.

Em relação às principais diferenças observadas nos moradores do quilombo em relação aos demais moradores do bairro, o ex-presidente da associação dos moradores informou que se trata de uma família que possui renda mais baixa em relação à média observada no bairro. Por outro lado:

*[...]são uma família, em relação a renda tem uma renda mais baixa sim, **mas tem sim uma qualidade de vida, tem seu próprio imóvel, tem espaço, então assim, não é uma... não se caracteriza como uma favela né? Então eles são tradicionais aqui, tem algumas famílias aqui que tem a mesma condição e renda da deles.** (Entrevista com Paulo, outubro de 2021, grifo nosso).*

Tendo em vista questões de preconceito, segregação social e exclusão, o ex-presidente da associação de moradores, Paulo informou que não teve conhecimento de ocorrências entre os moradores do bairro. Porém, observou certo preconceito e discriminação por parte do poder público que, segundo ele, já expressou através do judiciário diversas formas de preconceito.

Nesse sentido, informou que devido ao perfil do governo e pelo fato do processo de reconhecimento se desenrolar até chegar à instância federal, através da Fundação Palmares, esse processo tem sido dificultado. Além disso, houve a tramitação do processo entre as instâncias estadual e federal por diversas vezes, dificultando o processo de reconhecimento, revelando claramente um preconceito em relação à formação dos quilombos que, segundo ele, em última instância se apresenta enquanto um preconceito racial por ser uma formação cultural de raça negra.

Em relação à segregação social, discriminação e exclusão Souza relatou que ainda sofre com o preconceito estrutural presente na sociedade em diversos momentos. Nesse sentido ressaltou ainda que na infância sofreram com o racismo estrutural diversas vezes devido, principalmente, à falta de pavimentação e abertura de vias de circulação, sendo que a visão que os moradores próximos tinham era de que a região “lá debaixo” era habitada por “favelados”.

Relatou ainda casos de segregação e exclusão social relacionados à participação em festas e comemorações do bairro, como os bailes de carnaval por exemplo. Contou que:

[...] porém há sempre aquele problema do racismo, que eles não conhecem a gente e antes falava assim... ah lá embaixo... porque aqui hoje em dia tem a rua, tem asfalto, mas antes não era assim. Ah, é aquele povo da barroca, é os favelados, então a gente na infância sofreu um pouco com isso. É aquela história né, a gente frequentava por exemplo o carnaval aqui em Santa Tereza, tinha os blocos caricatos e eu sempre gostei, a gente gosta muito do carnaval. Minha mãe fazia um bloco pra gente e desfilava e eu nunca conseguia ser destaque eu só tinha que ser... mas é porque, eu falo que é muita panelinha né? Então tem as “panelinhas”. A gente ia com as fantasias mais lindas e nunca ganhava. Fazia aqueles blocos bonitos, mas a gente nunca conseguia ganhar. Então existe esse racismo, mas ele é muito sutil. Quando nós recebemos o certificado da prefeitura a minha tia estava no sacolão e foi muito anunciado, que a prefeitura falou e tudo

e aí a mulher que estava no sacolão falou assim, 'aí, mas, quilombo no bairro, vai desvalorizar o bairro'. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Citou ainda um episódio em que uma pessoa havia marcado uma visita ao quilombo, para realização de um trabalho de pesquisa e acabou se dirigindo diretamente para a Vila Dias. Nesse sentido observou a visão que as pessoas ainda possuem de certas culturas e territórios considerados, no imaginário da sociedade, como regiões predominantemente periféricas.

Nesse sentido, afirmou que é muito comum que parte da sociedade enxergue as comunidades quilombolas atualmente se remetendo ao passado, onde os quilombos eram considerados como lugares de negros fujões e que não possuem cultura, vivendo como viviam antigamente, como se estivessem “presos” ao passado. Se trata de uma visão distorcida e ultrapassada de que as comunidades quilombolas não compartilham do estilo de vida predominante presente na sociedade.

Uma vez chegou uma mulher aqui que queria ver o quilombo, aí ela chegou assim: 'Ô, mas eu achei que ia ter as crianças jogando bola aqui...' Aí eu falei: 'não nossas crianças estão na escola, estudam'. Na realidade a gente vive como qualquer pessoa, porém ainda mantendo as nossas tradições. E nossas tradições são o nosso modo de viver, a gente vive todos aglomerados, encontros para almoçar é todo mundo junto, fazendo as nossas reuniões. [...] Porque nós somos um povo festeiro, gostamos de comemorar, então é viver igual, eu falo, a gente vai progredindo né? Junto com todos. A gente não fica parado no tempo. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Em relação ao relato de que valorizam muito as festividades e as comemorações e encontros em família ressaltou, inclusive, tais características como um diferencial em relação aos outros moradores do bairro, demonstrando que esses traços possuem uma íntima relação com a identidade do grupo e com seu território.

Também percebem muito preconceito e julgamento em relação à questão do

...embranquecimento, nós somos muito julgados, porque falam assim: 'ah, mas nunca vi um quilombo esbranquiçado...' Aí eu falo, 'não, é porque a gente aglomera, a gente casa' e teve um momento sim, que minha tia e minha mãe quiseram casar com brancos e ter filhos mais claros pra gente... na cabeça delas né, não ter que passar pelo que elas passaram. Teve esse movimento, mas não é um movimento só do nosso quilombo, é geral de todos, onde se achava que você tinha que se relacionar com brancos. Eu acho que o que mais tem significância é o que a gente carrega, o que a gente traz dos nossos ancestrais que não tá na cor

da pele e sim nas vivências, na educação, que permanece e a gente faz tudo para que seja preservado. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Nesse sentido, como afirma Little (2002), se por um lado existem diversas formas de resistência, nem todas devem ser classificadas como tal. Existem ainda processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas. Portanto, esses longos e complexos processos resultaram na criação de territórios distintos e diversos, demonstrando como a constituição e a resistência culturais de um grupo social são dois lados de um mesmo processo. Vale ressaltar ainda que, o território de um grupo social, incluindo as condutas territoriais que o sustentam, não é engessado, podendo ser alterado ao longo do tempo, dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele. Desta forma são constantes os processos de miscigenação biológica e sincretismo cultural, criando novas categorias étnicas e raciais (LITTLE, 2002).

Tais reflexões evidenciam exatamente a realidade exposta pela liderança do quilombo entrevistada, tendo em vista a afirmação de que a família vive de forma semelhante a todas as outras que residem no bairro, demonstrando a apropriação da cultura e dos hábitos cotidianos atuais. Também explicita a percepção de que a sociedade ainda enxerga as comunidades quilombolas através de uma caracterização presa ao passado ou ligada a comunidades que vivem em periferias, demonstrando uma visão engessada e distorcida dessas comunidades. Por fim, a fala em relação ao preconceito por serem uma comunidade “esbranquiçada” se mostra muito forte, tendo em vista a reflexão relatada por Little, que justamente trata da miscigenação biológica, e que é tratada pela liderança do quilombo, justamente como uma forma de escapar do preconceito.

Além disso, tal percepção relativa à cor “esbranquiçada” dos indivíduos demonstra uma tentativa de desqualificar ou deslegitimar o reconhecimento da família enquanto comunidade quilombola. Desta forma, e como ressaltado por Little (2002), ser de um lugar ou de uma comunidade não requer, necessariamente, uma relação com etnicidade ou raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado (LITTLE, 2002). E que pode visivelmente ser identificada no quilombo Souza, não apenas em termos de ancestralidade, como em termos de vínculos e amor pelo lugar (TUAN, 1980).

Nesse sentido, segundo Tuan (1983), alguns dos elementos fundamentais dos territórios sociais são encontrados nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos (TUAN, 1983). Nesse sentido, a liderança do quilombo afirma que, apesar de todas essas questões de preconceito e discriminação, afirmou que o que importa de fato e tem mais significado é a cultura e a história do quilombo, que precisa ser compreendida e ressignificada para além do passado comumente conhecido e difundido pela sociedade. Ressaltou ainda a importância do conhecimento e da valorização da história da família e da ligação de respeito e proteção com seus antepassados. Desta forma, tal fala, demonstra claramente os elementos fundamentais dos territórios sociais elencados por Tuan.

Relatou ainda os constantes preconceitos embutidos no imaginário da sociedade de que os quilombos são comunidades formadas por negros fujões e preguiçosos. A esse respeito, Nascimento (1980) afirma que quilombo não significa “escravo fugido”, mas sim, quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência e comunhão existencial (NASCIMENTO, 1980).

Eu acho que o que mais tem significância é o que a gente carrega, o que a gente traz dos nossos ancestrais que não está na cor da pele e sim nas vivências, na educação, que permanece e a gente faz tudo para que seja preservado. Então isso é uma coisa que a gente procura através dos espaços. É importante ter esse contato com as pessoas para que elas entendam que hoje em dia é diferente. Que ser quilombo não significa que eu sou uma negra que fugi e tem um preconceito de que negro é preguiçoso... não é nada disso [...]. Então eu não fico importando com o que eles acham ou deixaram de achar não, o importante é a gente ser. Agora se quiser falar: são invasores, são isso, são aquilo... aqui a gente sabe que não é, sabe a nossa história, então deixa... e o tempo vai mostrar né? E a gente vai assim, resistindo, mostrando o que a gente tem, a força, a resistência dos nossos antepassados e a proteção, né? Que eu acredito muito nessa proteção dos antepassados, que nos guiaram e tudo no tempo, tudo na hora certa. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Em relação às suas crenças religiosas, disse que no passado já enfrentaram preconceito e que já chegaram a ser chamados de “macumbeiros”, devido a religião umbandista praticada pela família. Entretanto, afirmou que atualmente, ainda percebem algumas formas de segregação e exclusão social, mas que, ainda assim, sofrem bem menos preconceito que no passado.

Questionou ainda a forma como o Quilombo Souza é classificado como um quilombo em “contexto urbano”, assim como outros, tendo que vista que o urbano é que “tomou conta” do

território e abarcou áreas que antes pertenciam aos setores rurais de Belo Horizonte, assim como em tantas outras cidades brasileiras, tomadas pela urbanização e expansão das cidades.

[...] Falam, ah vocês são um quilombo em contexto urbano. Os quilombos rurais, tem essa diferença, porém não tem que ter essa diferença... É quilombo, porque nós não estamos em contexto urbano, na realidade foi o urbano que chegou até nós, porque a maioria dos quilombos são anteriores a construção das cidades. [...] Então o que a gente tenta passar para as pessoas é que nós somos quilombos por termos uma tradição ancestral e que estamos aqui num bairro na regional leste, no bairro Santa Tereza, uma área urbana e que no tempo que meu bisavô veio para cá, era uma área de plantio para abastecer a cidade [...]. E vieram além dos negro os imigrantes, nessa mesma época. [...] Então a gente faz parte dessa história, que muitos não conhecem. Na realidade as pessoas olham tudo só superficialmente. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Entretanto, apesar de fazerem uma justa crítica ao termo “quilombo em contexto urbano”, afirmando que foi o urbano que “tomou conta” do rural, nota-se aqui uma contradição, tendo em vista que em um trecho da entrevista afirmou que a abertura da rua Teixeira Soares, que dava acesso ao quilombo, foi benéfica para a área. Afirmou ainda que antigamente o terreno era muito acidentado e que ficavam sem ter como sair e que cederam o terreno para a abertura da rua. Além disso, relatou outras melhorias como a construção da rede de esgoto, rede elétrica e abastecimento de água tendo em vista que na época em que nasceu, a família ainda utilizava abastecimento por poço.

Nesse sentido, apesar de se sentirem incomodados com o termo, ainda assim relataram melhorias advindas da urbanização da área, demonstrando uma contradição presente nas falas apresentadas. Ressalta-se, entretanto, que não se busca aqui julgar tais pontos, mas apenas apresentá-los como forma de análise do contexto estudado e das contradições habitualmente presentes nos territórios. É importante destacar ainda que, de fato, a urbanização e as melhorias de infraestrutura relatadas facilitam o cotidiano das pessoas e devem ser vistas como uma forma de dar dignidade e qualidade de vida às pessoas. E como já discutido, tais modificações em território quilombola, não devem ser vistas como uma forma de desqualificação ou deslegitimação de sua identidade, haja vista que o quilombo não é categoria que podem se engessada, assim como as demais comunidades tradicionais.

Em relação ao preconceito vivido até hoje Souza afirma que

...a gente tem que continuar contando e recontando pra que não seja esquecido e para que os nossos jovens, nossos adolescentes aprendam também e comecem a se valorizar para que a gente possa ter sempre o nosso lugar e o nosso espaço reconhecido e com dignidade, que a gente possa manter a nossa cultura, a nossa tradição. (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

Ressaltou ainda que “hoje em dia, o preconceito é uma coisa que a gente sofre, se for é uma coisa assim muito sutil, depois que passou, que vieram os reconhecimentos, mas ainda são as coisas que hoje em dia andam acontecendo. A pessoa até tem um certo preconceito, mas não é falado” (Entrevista com Souza, setembro de 2021).

A liderança do quilombo entrevistada afirmou ainda que agora, após o reconhecimento enquanto comunidade quilombola e a intervenção do setor de patrimônio da prefeitura de Belo Horizonte, têm percebido uma aproximação maior com o bairro e seus representantes e moradores. E que inclusive passaram a se reconhecer e a serem reconhecidos com um patrimônio que surgiu no interior de outro patrimônio, que é o bairro Santa Tereza, reafirmando ainda mais a posição de importância e destaque representada pelo Quilombo Souza.

Porém, afirmou que só passaram a ter voz e foram ouvidos no processo de despejo e reintegração de posse, após conseguirem o título de reconhecimento da Fundação Palmares. Mas que o título da Palmares ainda não foi o suficiente para pararem o processo e que apenas após o reconhecimento como patrimônio material e imaterial de Belo Horizonte é que conseguiram de fato o reconhecimento e direito ao território. Então todo esse desenrolar concedeu a garantia de permanência no território.

6. CONCLUSÃO

No presente trabalho foram discutidos os contrastes socioeconômicos e culturais presentes no bairro Santa Tereza e como eles se diferenciam frente às demandas sociais, representatividade e receptividade junto aos órgãos públicos e junto aos próprios moradores e representantes do bairro. Buscou-se identificar, portanto, os contextos e as realidades experimentadas pelos moradores das Vilas Dias e do quilombo Souza, através de pesquisas documentais e entrevistas realizadas com moradores e lideranças locais.

Como apontado, o bairro Santa Tereza, um dos bairros mais antigos de Belo Horizonte, é reconhecido mundialmente por suas características singulares que incluem aspectos como sua intensa atividade cultural e boêmia, seus ares interioranos e tradicionais e suas relações de proximidade e impessoalidade entre os moradores. Tais características fizeram com que os moradores lutassem por sua manutenção e preservação, através da organização de movimentos sociais atuantes no bairro, inclusive com a conquista da criação da ADE de Santa Tereza. Nesse sentido é amplo o histórico de resistência e movimentos sociais presentes em Santa Tereza.

Entretanto, como demonstrado, Santa Tereza também possui outras realidades e territorialidades, além das já citadas e habitualmente conhecidas e reconhecidas. Nesse sentido, as Vilas Dias e São Vicente se configuram enquanto aglomerados de edificações de baixa renda presentes no bairro e que possuem uma realidade muito diferente da presenciada no restante do bairro, sendo que suas principais demandas perpassam, principalmente, por melhorias de infraestrutura e saneamento básico e acesso a ações de atenção social.

Identificou-se que, apesar de haver um certo diálogo e contato entre as vilas e a Associação de Moradores e o MSST, tal diálogo ainda é limitado e deficitário, tendo em vista, principalmente, o relato de conflitos internos que dificultam ou impedem uma maior aproximação e colaboração mútua. Foram discutidas ainda, através de relatos dos entrevistados, situações de preconceito, discriminação e segregação social sofridas pelos moradores das vilas, tendo em vista sua condição social desprivilegiada em relação ao restante dos moradores do bairro. Nesse sentido, ressalta-se ainda à falta de atuação e apoio do poder público a essas comunidades, que são deixadas à margem da sociedade.

A esse respeito, identificou-se inclusive uma forma de segregação social praticada pelos próprios moradores das vilas e do restante do bairro, que divide as áreas através dos termos “parte alta” e “parte baixa” do bairro. Desta forma, verificou-se que tal nomenclatura não se referia às características topográficas do local, mas sim se caracteriza como uma forma de representação social criada e difundida entre a comunidade representando, sobretudo, uma forma de segregação social e exclusão. Portanto, compreendeu-se que, apesar de possivelmente ser utilizada de forma inconsciente, a utilização desses termos revelou a diferenciação de hierarquias sociais presentes no bairro.

O Quilombo Souza, descoberto recentemente, foi outra territorialidade identificada e analisada, no bairro. A família, atualmente reconhecida como quilombola, vinha sendo ameaçada de despejo devido a um processo de reintegração de posse que já corria há décadas na justiça. Diante deste contexto, buscaram apoio e conseguiram o reconhecimento junto à Fundação Palmares e à Prefeitura de Belo Horizonte.

Identificou-se ainda que a interação entre o quilombo e a Associação de Moradores e o MSST, foi fundamental para o reconhecimento do território, tendo em vista a descoberta de que, devido às suas características e histórico familiar, poderiam ser reconhecidos como quilombolas. Entretanto, assim como nas vilas, destacam-se os relatos de preconceito, discriminação e segregação social sofridos pelo quilombo, principalmente relacionado às críticas realizadas que dizem respeito à visão distorcida da sociedade perante os territórios quilombolas.

Nesse sentido, constatou-se que a visão relatada de que o quilombo seria “esbranquiçado” ou poderia desvalorizar o bairro, demonstram tentativas de desqualificação e deslegitimação dessas comunidades, além de representar uma forma de preconceito e discriminação. Entretanto, apesar de todos os desafios e preconceitos enfrentados, a comunidade se mostrou resistente e disposta a lutar pelo território que tanto amam e valorizam.

As três territorialidades apresentadas, apesar de possuírem certa comunicação entre si, ainda assim convivem com diversos conflitos e falhas de comunicação e diálogo, bem como, possuem diversas visões sobre os mesmos espaços. Além disso, se configuram como realidades que possuem contradições, tanto entre si, como nas visões em relação aos demais territórios, na medida em que,

desconhecem ou não compreendem inteiramente as dinâmicas dos outros grupos, ocasionando falhas de comunicação, interpretação e relacionamento.

Ressalta-se, portanto, que é fundamental que tanto os movimentos atuantes no bairro, como a própria sociedade busque considerar essas outras realidades presentes no Santa Tereza, não só como meio de comunicação e articulação entre as lideranças, mas também visando obter conquistas e melhorias conjuntas para o bairro. Apesar de ser uma tarefa árdua, lenta e conflituosa, este é um exercício importante que deve ser praticado, visando a aproximação e o fortalecimento de tais laços, tendo em vista a percepção do desejo de atuação de todos os atores em favor da defesa e luta pelo lugar onde moram, buscando, sobretudo, a preservação e melhoria desses espaços.

Tendo em vista o exposto acima, a pesquisa buscou identificar, portanto, essas três territorialidades presentes no bairro Santa Tereza, visando contestar e reescrever a noção de que o bairro Santa Tereza não é apenas um, mas sim, possui diversas realidades pouco conhecidas e reconhecidas, cada qual com suas histórias e peculiaridades.

7. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos e Regionais**. Anpur, v. 1, ano 1, nº 1, p.79-90, maio de 1999.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 5, p.49-60, 2002.

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, v. 10, n. 23, p. 122-38, 2004.

ALMEIDA, Cristilene Almeida et al. Bairro Santa Tereza: Uma constante resistência à metropolização. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 11, n. 14, 2015.

ARANTES, O. B. F. Cultura da cidade: animação sem frase. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 229-242, 1996.

ARAÚJO, Guilherme Maciel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio e valores: A questão da reabilitação do mercado distrital de Santa Tereza em Belo Horizonte / MG. **CEP**, v. 30130, p. 140, 2008.

_____. Um capítulo da preservação em Belo Horizonte: O destino do mercado de Santa Tereza. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 1, n.1, 2012.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **A luminosidade do lugar-circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BARROS, Pedro Caldeira de. **Movimentos sociais e políticas públicas: Um Estudo de Caso do Movimento Salve Santa Tereza**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2016.

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências, 2019.

_____. Lei nº 7.166, de 27 de Agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município, 1996.

BISTENE, I. L. Patrimônio cultural em Belo Horizonte: Bairro Santa Tereza. **PATORREB**, p. 1–10, 2018.

BRASIL DE FATO. Ação de despejo do Quilombo da Vila Teixeira, em BH, é suspensa pela Justiça. Belo Horizonte, 22 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/07/22/acao-de-despejo-do-quilombo-souza-da-vila-teixeira-em-bh-e-suspensa-pela-justica>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257/2001. Câmara dos Deputados, 2001.

_____. Portaria nº 126, de 16 de julho de 2019 - Comunidade Quilombola Família Souza, 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Alteração na ADE de Santa Tereza recebeu parecer desfavorável. Belo Horizonte, 8 de maio, 2018. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunicação/notícias/2018/05/alteração-na-ade-de-santa-tereza-recebeu-parecer-desfavorável>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

_____. Lideranças comunitárias reivindicam ampliação da ADE e consolidação de vilas. Belo Horizonte, 17 de maio, 2019. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunicação/notícias/2019/05/lideranças-comunitárias-reivindicam-ampliação-da-ade-e-consolidação-de>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

CARNEIRO, K. G.; VALADÃO, J. C. F. A copesquisa como método: O estudo de caso de um trabalho final de graduação (TFG) sobre o Movimento Salve Santa Tereza. **Revista Indisciplinar**, n.3, v.2, dez. de 2016.

CARVALHO, José Jorge. A experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. In O quilombo do Rio das Rãs, J.J. Carvalho, 1996 org., págs. 13-73.76

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Despejar o Quilombo Souza no coração de Belo Horizonte é injusto e inconstitucional. 2019. Disponível em: <<https://www.cptmg.org.br/portal/despejar-o-quilombo-souza-no-coracao-de-belo-horizonte-e>>

injusto-e-inconstitucional-video-2-19-7-2019/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Mercado imobiliário, estado e natureza na produção do espaço metropolitano. In: COSTA, H.S.M. et al. (orgs.). **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 101-124.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. **Grandes projetos metropolitanos. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital**, p. 46-65, 2010.

DESCHAMPS, M. V. et al. Vulnerabilidade socioambiental nas regiões metropolitanas brasileiras. **Observatório das Metrôpoles**, Fortaleza, CE, p. 184, 2009.

ESTADO DE MINAS. Comunidade ameaçada de despejo no Santa Tereza é reconhecida como quilombola. Belo Horizonte, 18 de julho de 2019a. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/18/interna_gerais,1070617/comunidade-ameacada-de-despejo-em-bh-e-reconhecida-como-quilombola.shtml>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Desocupação de área de quilombo em disputa no Santa Tereza é suspensa por 100 dias. Belo Horizonte, 23 de julho de 2019b. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/23/interna_gerais,1071629/desocupacao-de-quilombo-em-disputa-no-santa-tereza-e-suspensa-100-dias.shtml>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. FIEMG desiste de escola e Mercado do Santa Tereza pode virar Casa da África no Brasil. Belo Horizonte, 21 de março de 2015. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/21/interna_gerais,629965/fiemg-desiste-de-escola-e-mercado-do-santa-tereza-pode- virar-casa-da-a.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. Igreja histórica no Santa Tereza é tombada e pede restauração urgente. Belo Horizonte, 26 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/26/interna_gerais,1299500/igreja-historica-

no-santa-tereza-e-tombada-e-pede-restauracao-urgente.shtml>. Acesso em 27 de jan. 2022.

_____. Mercado distrital de Santa Tereza pode virar escola. Belo Horizonte, 30 de agosto de 2013. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/08/30/interna_gerais,442034/mercado-distrital-de-santa-tereza-pode-virar-escola.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. Vizinhos das Torres Gêmeas festejam remoção da última família que ocupava imóvel. Belo Horizonte, 19 de julho de 2012. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/19/interna_gerais,306868/vizinhos-das-torres-gemeas-festejam-remocao-da-ultima-familia-que-ocupava-imovel.shtml>. Acesso em: 25 maio de 2020.

G1 MINAS. Igreja de Santa Tereza e Santa Terezinha é tombada pelo Conselho do Patrimônio Cultural de BH. Belo Horizonte, 25 de agosto de 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/08/25/igreja-de-santa-teresa-e-santa-teresinha-e-tombada-pelo-conselho-do-patrimonio-cultural-de-bh.ghtml>>. Acesso em 27 de jan. de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, v.55, 1997.

HOJE EM DIA. “Nosso interesse é que fiquem lá”, diz Kalil sobre quilombolas no Santa Tereza. Belo Horizonte, 22 de julho de 2019b. Disponível em:

<<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/nosso-interesse-é-que-fiquem-lá-diz-kalil-sobre-quilombolas-no-santa-tereza-1.729405>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Governo federal reconhece comunidade ameaçada de despejo no Santa Tereza como quilombola. Belo Horizonte, 18 de julho de 2019c. Disponível em:

<<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/governo-federal-reconhece-comunidade-ameaçada-de-despejo-no-santa-tereza-como-quilombola-1.728625>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Moradores se mobilizam em defesa do Santa Tereza. Belo Horizonte, 17 de maio de 2019a. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/moradores-se-mobilizam-em-defesa-do-santa-tereza-1.714646>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Projeto do maior edifício da América Latina em BH é cancelado. Belo Horizonte, 25 de março de 2015. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/projeto-do-maior-edif%C3%ADcio-da-am%C3%A9rica-latina-em-bh-%C3%A9-cancelado-1.300127>>. Acesso em: 26 out. 2020.

INDISCIPLINAR. Santa Tereza. **Grupo de Pesquisa CNPQ da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG**, 2013. Disponível em: <<http://pub.indisciplinar.com/santa-tereza/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 6, n. 1, 2003.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicología social*. Paris: Press Universitaires de France, 1986.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE MINAS GERAIS. MPF instaura inquérito para apurar situação de quilombo no bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte (MG). Belo Horizonte, 11 de julho de 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-instaura-inquerito-para-apurar-situacao-de-quilombo-no-bairro-santa-tereza-em-belo-horizonte-mg>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA. Informativo SALVE 01. p. 1–4, 2014. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2014/01/informativo-salve-2.pdf>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 1980.

PAULA, J. A. DE; MONTE-MÓR, R. L. DE M. As três invenções de Belo

Horizonte. **Prefeitura Municipal Belo Horizonte. Anuário Estatístico de Belo Horizonte – 2000. Belo Horizonte**, p. 27-49, 2001.

PBH. Belo Horizonte: A perfeita junção do espaço urbano e da cidade jardim em Minas Gerais. 2015

_____. Comissão. Belo Horizonte, 20 de fev. de 2018b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/comissao>>. Acesso em 26 de jan. 2022.

_____. Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Leste. **Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte**, 2008.

_____. PGE – Plano Global Específico. Belo Horizonte, 16 de jan. de 2018a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pge-planejamento>>. Acesso em: 1º mar. 2022.

_____. Quilombo Souza é registrado como Patrimônio Cultural Imaterial de BH. Belo Horizonte, 19 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/quilombo-souza-e-registrado-como-patrimonio-cultural-imaterial-de-bh>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SANTA TEREZA TEM. Aberto Edital para privatização do Mercado de Santa Tereza. Belo Horizonte, 6 de março de 2020b. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2020/03/06/edital-para-privatizacao-do-mercado-de-santa-tereza/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. Construção de mega edifício em Santa Tereza será debatida em audiência pública. Belo Horizonte, 1 de abril de 2013a. Disponível em: <<https://santaterezatem.com.br/2013/04/01/construcao-de-mega-edificio-em-santa-tereza-sera-debatida-em-audiencia-publica/>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Construção põe em risco patrimônio de Santa Tereza. Belo Horizonte, 20 de dezembro 2016a. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2016/12/20/construcao-poe-em-risco-patrimonio-de-santa-tereza/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Emenda no Plano Diretor ameaça ADE de Santa Tereza. Belo Horizonte, 22 de março de 2019a. Disponível em: <<https://santaterezatem.com.br/2019/03/22/emenda-no-plano-diretor-ameaca-ade-de-santa-tereza/>>. Acesso em: 26 maio. 2020.

_____. Fim da novela das torres gêmeas? Belo Horizonte, 28 de maio de 2013b. Disponível em: <<https://santaterezatem.com.br/2013/05/28/fim-da-novela-das-torres-gemeas/>>. Acesso em: 26 maio. 2020.

_____. Gass em Santê: Santa Tereza também é solidariedade. Belo Horizonte, 1 de agosto de 2019b. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2019/08/01/gass-em-sante/>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Marchinha critica projeto de torres em Santa Tereza. Belo Horizonte, 02 de fevereiro 2017d. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2017/02/02/marchinha-critica-projeto-de-torres-em-santa-tereza/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Moradores querem o tombamento da Fábrica de Pregos em Santa Tereza. Belo Horizonte, 15 de novembro de 2017e. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2017/11/15/moradores-querem-o-tombamento-da-fabrica-de-pregos-em-santa-tereza/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. Nem praça, nem cidade. Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017c. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2017/11/23/nem-praca-nem-cidade/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. O *art déco* do Cine Santa Tereza. Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2021/01/17/o-art-deco-do-cine-santa-tereza/>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. PGE da Vila Dias precisa sair do papel. Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2019d. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/?s=PGE+da+Vila+Dias+precisa+sair+do+papel>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. Plano Diretor entra em vigor com foco em meio ambiente e infraestrutura. Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2020a. Disponível em:

<<https://www.santaterezatem.com.br/2020/02/07/plano-diretor-entra-em-vigor-com-foco-em-meio-ambiente-e-infraestrutura/>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Privatização do Mercado de Santa Tereza. Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2019c. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2019/12/11/privatizacao-do-mercado-de-santa-tereza/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. Projeto da mega-torre é alterado para reduzir impacto na Vila Dias. Belo Horizonte, 6 de maio 2013c. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2013/05/06/projeto-da-mega-torre-e-alterado-para-reduzir-impacto-na-vila-dias/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Santa Tereza inaugura o primeiro cinema público municipal de BH. Belo Horizonte, 25 de abril de 2016b. Disponível em: <<https://www.santaterezatem.com.br/2016/04/25/santa-tereza-inaugura-o-primeiro-cinema-publico-municipal-de-bh/>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. Santa Tereza, 120 anos de história. Belo Horizonte, 5 de outubro de 2020c. Disponível em:

<<https://www.santaterezatem.com.br/?s=Santa+Tereza%2C+120+anos+de+hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

_____. Tombamento do imóvel da Fábrica de Pregos deverá ser votado nesta 4ª feira. Belo Horizonte, 24 de outubro de 2017b. Disponível em:

<<https://www.santaterezatem.com.br/2017/10/24/tombamento-do-imovel-da-fabrica-de-pregos-devera-ser-votado-nesta-4a-feira/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. Torres Gêmeas: os elefantes brancos começam a ganhar vida com a reconstrução. Belo Horizonte, 10 de março de 2017a. Disponível em:

<<https://santaterezatem.com.br/2017/03/10/torres-gemeas-os-elefantes-brancos-comecam-a-ganhar-vida/>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. Votação para decidir tombamento da Fábrica de Pregos é novamente adiada. Belo Horizonte, 25 de outubro de 2017f. Disponível em:

<<https://www.santaterezatem.com.br/2017/10/25/votacao-para-decidir-tombamento-da-fabrica-de-pregos-e-novamente-adiada/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SILVA, Evander de Oliveira. O movimento Rolezinho. 2015. Disponível em: <<https://evanderoliveira.jusbrasil.com.br/artigos/152053538/o-movimento-rolezinho>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

SOUZA, F. J.; CAJAZEIRO, K. G. A singularidade do lugar: A construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. **Teoria e Sociedade**, n. 19, 2011.

TICLE, M. L. S. **O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

_____. Tombamento, Registro e Área de Diretrizes Especiais (ADE): instrumentos de políticas de preservação do patrimônio cultural - o Bolão e o bairro Santa Tereza, Belo Horizonte. In: **Seminário Internacional Políticas Culturais**, 5., 2014. Anais... Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. “Torres Gêmeas” separadas por leilão. Belo Horizonte, 16 de junho de 2011. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2738906/torres-gemeas-separadas-por-leilao>>. Acesso em: 25 maio. 2020.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiencia**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*. Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 97–107, 2008.